

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS POR HOMENS TRANS NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR: *BULLYING* OU TRANSFOBIA?

UBERLÂNDIA
2024

SAMUEL OLIVEIRA SANTOS

VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS POR HOMENS TRANS NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR: *BULLYING* OU TRANSFOBIA?

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Saberes e Práticas Educativas.

Orientador: Prof. Dr. Vagner Matias do Prado.

UBERLÂNDIA
2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S237 Santos, Samuel Oliveira, 1986-
2024 VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS POR HOMENS TRANS NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR: BULLYING OU TRANSFOBIA? [recurso eletrônico] /
Samuel Oliveira Santos. - 2024.

Orientador: Vagner Matias do Prado.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.673>
Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Prado, Vagner Matias do, 1983-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 08/2024/868, PPGED				
Data:	Vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	[09:00]	Hora de encerramento:	[12:00]
Matrícula do Discente:	12212EDU042				
Nome do Discente:	SAMUEL OLIVEIRA SANTOS				
Título do Trabalho:	"VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS POR HOMENS TRANS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: BULLYNG OU TRANSFOBIA?"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Saberes e Práticas Educativas				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Gêneros, sexualidades e práticas pedagógicas na educação formal"				

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/sala/vagner-matias-do-prado>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professoras Doutoras: Arilda Ines Miranda Ribeiro - UNESP; Flávia do Bonsucesso Teixeira - UFU e Vagner Matias do Prado - UFU, orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Vagner Matias do Prado, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Vagner Matias do Prado, Professor(a) do Magistério Superior**, em 23/02/2024, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arilda Inês Miranda Ribeiro, Usuário Externo**, em 28/02/2024, às 23:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávia do Bonsucesso Teixeira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 21/04/2024, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5208020** e o código CRC **A5B2104C**.

VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS POR HOMENS TRANS NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR: *BULLYING* OU TRANSFOBIA?

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Saberes e Práticas Educativas

Orientador: Prof. Dr. Vagner Matias do Prado

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Vagner Matias do Prado (FAEFI/UFU)

Titular: Profa. Dra. Flávia do Bonsucesso Teixeira (FAMED/UFU)

Titular: Profa. Dra. Arilda Inês Miranda Ribeiro (UNESP)

Suplente: Profa. Dra. Keith Daiani da Silva Braga (IF/GO)

Suplente: Profa. Dra. Vanessa Therezinha Bueno Campos (FACED/UFU)

Uberlândia, 23 de fevereiro de 2024.

*A mim e aos meus irmãos guerreiros que,
assim como eu, resistem à transfobia diária de
cada dia!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial à minha mãe Valdete e à minha irmã Analice, por me incentivarem e estarem presente nos momentos difíceis.

À Universidade Federal de Uberlândia, que me propiciou a realização deste sonho.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que se mostrou uma instituição comprometida com a excelência na educação e pesquisa. Por meio de programas e bolsas de estudo, a CAPES abriu-me a oportunidade de aprimorar meus conhecimentos, ampliar minha visão de mundo e desenvolver habilidades indispensáveis para minha formação acadêmica. Fui bolsista e vi que a possibilidade foi diferente!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Vagner Matias do Prado, que acreditou em meu potencial, esteve sempre disponível e disposto a ajudar. Antoine de Saint Exupéry uma vez disse que “Só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos”. Você viu em mim todo o potencial que nem eu mesmo enxergava. Gratidão!

À Banca de Qualificação, pela leitura e pelas valiosas contribuições que, seguramente, engrandecerão este trabalho. Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos à Dra. Flávia do Bonsucesso Teixeira, por aceitar o convite para compor a banca de qualificação e defesa de minha Dissertação. Sua presença e participação ativa foi fundamental para o sucesso deste trabalho, e serei imensamente grato por sua contribuição e orientação ao longo do processo.

Também gostaria de estender meus agradecimentos profundos ao Prof. Dr. Sandro Prado Santos e a Profª. Dra. Arilda Inês Miranda Ribeiro que também aceitaram meu convite para participar do momento mais importante da minha vida. Suas contribuições são de extrema importância para aprimorar e enriquecer os estudos e investigações no campo da Educação.

Além disso, minha gratidão se estende às Professoras Doutoras Keith Daiani da Silva Braga e Vanessa Therezinha Bueno Campos, por comporem, na condição de suplentes, a Banca de Defesa desta Dissertação de Mestrado.

Ao Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividades, por ter me acolhido e auxiliado nas reuniões, oferecendo-me suporte para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao professor Alex Garcia, por me ajudar a não desistir, pelo *afeto*, pela paciência e pela dedicação.

Ao projeto TRANS34, pela parceria durante a pesquisa.

Aos participantes da pesquisa por terem contribuído e disponibilizado tempo para a conclusão dessa pesquisa.

Aos meus alunos, por ajudarem nos momentos em que pensei em desistir, e pela compreensão, principalmente, por acreditarem em meu potencial e me apoiarem para que eu chegasse até aqui.

Aos amigos que encontrei nesta jornada. Márcia Helena (Lelena), obrigado pelo incentivo e pelas contribuições necessárias para que eu pudesse iniciar minha trajetória no mestrado. Rafael Silva (Rafa), obrigado por dedicar seu tempo para me ajudar nos momentos tão pavorosos. Breno Rafael, obrigado pela gentileza e hospitalidade em ceder um espaço da sua casa para minha estadia nos dias de aulas. Simone de Fátima, obrigado por estar presente nos momentos mais delicados deste percurso.

Enfim, agradeço aos que confiaram em mim. Devo tudo isso a vocês, pois se não fosse por esses motivos, com certeza não teria um ponto de partida!

*“Transformamos o cotidiano com nossa existência e
pertencimento nos espaços públicos. Nossas
vivências são educadoras. Educamos com os nossos
corpos, com as nossas vidas, e viver já é uma
grande resistência ao sistema transfóbico.”
(Shay de Los Santos Rodriguez)*

RESUMO

A presente pesquisa de Mestrado, que teve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para sua realização, se insere na Linha de Pesquisa “Saberes e Práticas Educativas” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. O trabalho compõe discussões desenvolvidas no GPESP - Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividades e toma como temática o bullying transfóbico em intersecção com a Educação Superior. O objetivo foi mapear experiências de bullying vivenciadas por homens trans no processo de formação inicial em cursos de graduação. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa que contou com a participação de sete homens trans, com média de idade de 19 e 32 anos e oriundos de diferentes municípios e formação superior. O questionário e a entrevista semiestruturada foram os instrumentos geradores dos dados. Como resultados aponta-se que o processo de transição da educação básica para a superior é implicado pelo processo de transição. Nos espaços de educação superior, o banheiro se constitui como uma arquitetura do terror e da demarcação de diferenças. O nome social e o tratamento adequado também foram questionados como fatores desafiantes para o processo de profissionalização. Todavia, fatores de proteção como a amizade, profissionais da educação, família e profissionais da saúde foram citados como possibilidades que produzem resistências.

Palavras-chave: Homens Transexuais. *Bullying*. Transfobia. Ensino Superior. LGBTQIAP+. Acesso e permanência estudantil.

ABSTRACT

This Master's research, which was supported by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), is part of the "Knowledge and Educational Practices" Research Line of the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia. The work is part of the discussions developed in the GPESP - Education, Sexualities and Performativities Research Group, and its theme is transphobic bullying at the intersection with Higher Education. The aim was to map the experiences of bullying experienced by transgender men during their initial training in undergraduate courses. This was a qualitative study with the participation of seven trans men, with an average age of 19 and 32 and from different municipalities and higher education backgrounds. The questionnaire and semi-structured interview were the tools used to generate the data. The results show that the transition process from basic to higher education is implicated by the transition process. In higher education spaces, the bathroom is an architecture of terror and the demarcation of differences. The social name and proper treatment were also questioned as challenging factors for the professionalization process. However, protective factors such as friendship, education professionals, family and health professionals were cited as possibilities that produce resistance.

Keywords: Transgender Men. Bullying. Transphobia. Higher Education. LGBTQIAP+. Student Access and Retention.



Meu ORCID : <https://orcid.org/0009-0008-1527-1125>

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Sofreu transfobia no Ensino Superior?	65
Figura 2: Rede de apoio a vítimas de transfobia na Educação Superior	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Resultado do levantamento realizado	19
Quadro 2: Pseudônimos dos participantes da pesquisa	56
Quadro 3: Compilação das características pessoais dos participantes	58
Quadro 4: Perfil de escolarização dos participantes da pesquisa	59
Quadro 5: Estado civil e Orientação Sexual dos participantes	61
Quadro 6: Relação entre curso de graduação e mensalidade	64
Quadro 7: Características narradas pelos participantes	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABHT	Associação Brasileira de Transmasculinidade
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APOGLBT	Associação da Parada LGBT
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FTM	<i>Female to Male</i> (feminino para masculino)
GPESP	Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividades
IBRAT	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
IES	Instituição de Educação Superior
NAHT	Núcleo de Apoio à Homens Trans
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PTS	Projeto Transexualizador do SUS
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para infância
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COVID-19	Coronavírus SARS-CoV-2

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2.1 <i>BULLYING</i> : PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE DIFERENTES DIMENSÕES DESTA PRÁTICA DE VIOLÊNCIA	23
2.2 A PRODUÇÃO DISCURSIVA SOBRE CORPOS TRNS: VIOLÊNCIAS PARA ALÉM DA PRÁTICA DO QUE A LITERATURA DENOMINA COMO <i>BULLYING</i>	28
2.2.1 PASSABILIDADE E (AUTO)RECONHECIMENTO COMO HOMEM: AUTORREPRESENTAÇÃO DE SI E A PRESENÇA DE HOMENS TRANS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	34
3 DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA	52
4 ANÁLISE E REFLEXÕES DAS TRANSVIVÊNCIAS DE CADA DIA	56
4.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	56
4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	69
4.2.1 Homens trans: experimentações de corpos fora das normas	71
4.2.1.1 Saída do armário: a transição da educação básica para a educação superior	71
4.2.1.2 Violência de gênero para além do binarismo: a violência de gênero contra corpos trans.	74
4.2.1.3 A hormonização como política de reconhecimento	78
4.2.2 Bullying transfóbico na educação superior: Das hostilizações pessoais a segregação do espaço	81
4.2.2.1 Espaços de vigilância: O banheiro como espaço de terror e a marcação de corpos abjetos	82
4.2.2.2 Violência de Gênero e o Desrespeito ao Pronome: Um Desafio Contínuo.....	84
4.2.2.3 O bullying transfóbico e os agentes de violência: o corpo trans como alvo	87
4.2.3 Agentes Protetivos na Jornada Trans: encontrando apoio em momentos de vulnerabilização	95
CONSIDERAÇÕES (TRANS)ITÓRIAS	100
REFERÊNCIAS	103
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	111
ANEXO B - PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP	114
APÊNDICE A - CONVITE	126
APÊNDICE B - MODELO QUESTIONÁRIO PERFIL SOCIOECONÔMICO	128
APÊNDICE C - MODELO ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	132

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de mestrado se insere no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, especificamente na Linha de Pesquisa “Saberes e Práticas Educativas”. O trabalho também compõe as discussões desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividades – GPESP.

O tema eleito para o desenvolvimento da proposta investigativa remete a problematizações sobre experiências formativas de homens trans no processo de formação inicial na educação superior e, as discussões se inserem na temática *bullying* transfóbico.

Nessa perspectiva, a partir da minha trajetória pessoal, sendo homem trans, graduado em Licenciatura e Bacharelado em Educação Física e profissional atuante, surgiu o interesse em discutir/abordar a temática *bullying* transfóbico, vivenciado por homens trans durante suas trajetórias na educação superior.

Com a intenção de me apresentar para leitores e leitoras em uma estratégia de tornar o “pessoal”, político, compartilharei um pouco da minha trajetória pessoal. Meu nome é Samuel, no momento da escrita desta Dissertação tinha 37 anos. Sou natural de América Dourada, município localizado no centro-norte do estado da Bahia. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), América Dourada conta com uma população residente de 15.137 pessoas, e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,561, variável que é mensurada pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente de determinado município. Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é considerado o município.

Aprendi desde cedo a sobreviver! Sim, sou um sobrevivente. Digo isso porque passei por muitas situações, como a pobreza extrema, assédios e abusos, exploração de trabalho e tentativas de suicídio, esses fatos perpassaram a minha infância e juventude.

Minha trajetória educacional começou em escolas públicas. Como homem trans, meu processo de formação educacional foi doloroso, seja na educação básica, seja na educação superior. Senti na pele o que é não pertencer a um grupo, não “ser normal”. Ouvia todos os dias que eu era menina e que deveria me portar como tal. Ouvia que a fila das meninas era outra. Ouvia que estava no banheiro errado...

Nesse período, ainda aos 14, trabalhei em um bar próximo a minha casa, na função de garçom, em uma jornada que se estendia das 13:00 horas às 05:00 horas da manhã. Cabe ressaltar o exorbitante valor de R\$ 50,00 que eu recebia na época, ainda não transicionado e

confundido com uma mulher cis lésbica, sendo atravessado pelas violências múltiplas (que hoje nomeio como interseccionalidades!) por ser jovem, pardo, pobre, e homem que, ao se olhar no espelho, produzia uma representação de corpo condizente com a minha posição de sujeito.

A educação foi minha âncora em meio a tantas adversidades: uma luz no fim do túnel?! Mesmo com todas as dificuldades, eu estava me esforçando para não desistir. Eu acreditava que, através da educação, poderia conquistar um futuro melhor, escapar das situações difíceis que me cercavam. Cada dia, na escola, era uma pequena vitória. Um passo em direção a um futuro diferente. Foi uma época desafiadora, mas a perspectiva de um futuro melhor me impulsionou. A educação abriu portas que eu nunca imaginei que pudesse transpor.

Em 2013, em meio a constantes enfrentamentos, consegui ingressar no curso de graduação em Educação Física em um centro universitário, privado, em Patos de Minas - MG, cidade em que resido desde os sete anos de idade. Durante o primeiro semestre, arqueei com as despesas relacionadas à mensalidade. Nessa época, trabalhava em uma empresa de tratamento de resíduos hospitalares. Também morava sozinho, no mesmo bairro de alguns familiares. Essa primeira “transição” foi um marco importante na minha jornada de vida.

Ao iniciar o segundo semestre de curso, concorri a uma bolsa de estudos ofertada pela universidade, e fui contemplado com um desconto de 50% no valor da mensalidade, que se estendeu até a finalização do curso de Licenciatura. Já, a complementação para conseguir a habilitação como Bacharel, que somou mais um ano de estudos, arqueei com a mensalidade em seu valor integral! Durante esse período de estudo no Bacharel, preferi não recorrer ao auxílio dos programas do governo, pois minha renda era suficiente para arcar com as despesas.

Com a entrada na educação superior, minha vida começou a mudar de maneira significativa. Minhas experiências na Educação Superior também moveram outras possibilidades de subjetivação. Decidi cortar o cabelo, bem curtinho, o que foi um espanto para alguns familiares, colegas e professoras, sendo que duas delas perguntaram por que eu havia cortado um cabelo comprido, tão bonito! O que pensariam se, na época, soubesse que, após o corte, “joguei” o cabelo fora?

A jornada na formação inicial trouxe muitos aprendizados. A profissionalização em um curso de nível superior abriria novas possibilidades de trabalho. Após a formação na complementação para a obtenção do título, repositionei-me no mundo do trabalho como profissional de educação física.

Todavia, também foi durante a graduação, mais especificamente na complementação para o “bacharelado” que, todos os dias, pensava em desistir, em faltar ou inventar uma fatalidade para não ter que participar de aulas práticas. Sim, a maior parte das minhas experiências ruins foi nas aulas práticas, em especial nas aulas de natação. Era horrível ter que usar maiô, tomar banho após a aula e ouvir as colegas falando: “para de me olhar, esse banheiro é das mulheres e você está no lugar errado”. Minha única resposta era: “Não gosto de mulheres e não gosto de mim, estando nessa condição”. Até hoje não sei o porquê essa era a minha única resposta para todos os comentários maldosos.

Enfim, tive todas essas experiências antes da hormonização. Acredito que se fosse hoje, cursando a graduação, com toda documentação retificada e performando o masculino, seria diferente. Não saberiam que sou homem trans. Vejo que o que somos diz muito para o outro no quesito pré-julgamento. Quem sou eu para você quando não me revelo? O que meu corpo físico é para você quando não estou de acordo com os padrões sociais? Seria eu objeto ou abjeto? Um conjunto, talvez. Apresento-me como Samuel, homem trans, pardo, baiano “arretado”, transgressor da “normalidade”, marcado pelas violências sociais e institucionais.

Foi durante a graduação que surgiu o interesse em discutir/abordar a temática da perseguição sistemática relacionadas a transgressões na tríade corpo, gênero e sexualidade. O termo *bullying* me soava como interessante para incursionar por tais estudos, inclusive em nível de pós-graduação. Recordo que durante os estágios no campo da licenciatura, palestras e discussões sobre essa forma de violência fizeram aparições na escola na qual estagiei.

Como também comecei a me interessar por ser professor na educação superior, a possibilidade de cursar o Mestrado veio à tona. Nesse sentido, ao tomar conhecimento do edital do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, e resgatando meu interesse de estudos no campo das discussões acadêmicas sobre o *bullying*, decidi propor um anteprojeto de pesquisa com o título de “*Bullying* vivenciado por estudantes transexuais nos cursos de graduação em Educação Física”.

Em 2020, submeti minha inscrição para o processo seletivo do mestrado acadêmico da UFU. Apesar de não obter uma classificação suficiente para ingressar como aluno regular, obtive uma vaga como aluno especial, permitindo-me cursar duas disciplinas em 2021. Essa conquista me encheu de entusiasmo, embora, ao mesmo tempo, eu enfrentasse a apreensão de equilibrar meus compromissos profissionais com as aulas.

No decorrer de minha jornada acadêmica, percebi, no curso de Mestrado em Educação, uma oportunidade preciosa para enriquecer meu currículo e expandir meus conhecimentos. A decisão de prosseguir com uma pós-graduação em nível *stricto sensu* foi

impulsionada por um profundo desejo de crescimento, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional.

Em 2021, meu histórico acadêmico começou a se moldar com determinação, dedicação e paixão pelo aprendizado. No entanto, foi somente em 2022 que pude finalmente ingressar no curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como aluno regular. No início das discussões para a elaboração do projeto de pesquisa, a partir das orientações recebidas do professor que foi designado pela Linha de Pesquisa Saberes e Práticas Educativas para ser “meu orientador”, a proposta inicial foi delimitada para ampliar a abrangência da pesquisa, o que culminou com a delimitação da temática: *Bullying* vivenciado por homens transexuais no Ensino Superior.

Nessa trajetória de aprendizados, deparei-me com um ambiente intelectualmente estimulante, repleto de desafios e oportunidades de crescimento. Mas, o que tornou essa jornada ainda mais significativa, foram as pessoas que encontrei no caminho. Professores e professoras inspiradores, em especial meu orientador, colegas dedicados e parceiros de pesquisa comprometidos se tornaram parte fundamental da minha trajetória na pós-graduação. Suas orientações, discussões e amizades foram cruciais para o meu desenvolvimento acadêmico e humano.

Diante desse contexto, e ao ampliar leituras sobre o assunto, a educação escolarizada, em todos os seus níveis e modalidades, torna-se palco para violências diversas contra corpos transexuais. Violências essas que interseccionam diferentes marcadores sociais, tais como gênero, sexualidade, classe social, “raça” /etnia, capacitismo, religião etc., para produzir seus efeitos subjetivos no processo de produção dos sujeitos.

Como relatado, minha própria história traz marcas das “dores e alegrias” de vivenciar minha identidade e expressão de gênero, considerada por muitos e muitas como abjeta. Para poucos/as, um corpo que transita no meio de muitos outros que, assim como eu, desobedecem à cisheteronormatividades. O termo cisheteronormatividade, segundo Rosa (2020, p.71), “é usado em substituição a heteronorma na reafirmação de que a construção da identidade de gênero é socialmente realizada na tentativa de unificar identidade de gênero e identidade sexual, mas que tais construções são distintas e representam opressões diferentes contra o indivíduo”.

Esse regime de normalização, que tende a policiar os corpos em relação as marcas de gênero e sexualidade, e que é pautado no heterossexismo, produz diversas formas de violências que, em muitos contextos são reiteradas cotidianamente, fazendo com que pessoas que subvertem os binarismos de gênero e sexualidade sejam perseguidas violadas, silenciadas

e não reconhecidas como humanas. No que se referem aos estudos da área da Educação, violências que remetem a perseguição diária e repetida contra determinadas pessoas, geradas por alguma característica física, subjetiva ou cultural podem ser nomeadas como bullying.

O *bullying* contra pessoas transexuais está atrelado, entre outros fatores, ao processo histórico e cultural da sociedade (Gomes, 2014). Embora essa violência ocorra em outros ambientes sociais, faz-se necessário problematizá-la no âmbito acadêmico.

O *bullying* contra pessoas transexuais, no contexto da Educação Superior, pode acontecer, inclusive, de maneira indireta. Conforme Ana Cláudia Porfírio Couto *et al.* (2010), a violência indireta é caracterizada por forçar a vítima ao isolamento social. Sendo assim, segundo as autoras, os *bullies*¹ agem por meio de comentários maldosos, fofocas ou zombarias.

No processo de escolarização, não excetuando a Educação Superior, em que há necessidade maior de socialização, alguns colegas podem se recusar a socializarem com alunos transexuais, causando-lhe angústia e sofrimento (Miranda, 2021). Como destacado por Noemi Lopes Miranda (2021), pode haver recusa em chamar-lhes pelo nome social ou acolher o gênero no qual se identificam e constrangimento em utilizar os banheiros que não condizem com seu sexo biológico etc.

Diante disso, como homem trans, afirmo que o *bullying* é mascarado no universo acadêmico, pois quem não compreende essa forma de violência nem percebe o dano emocional e físico que provoca aos corpos transexuais, visto a naturalização de muitos comportamentos violentos pautados nos regimes normalizadores da cisheteronormatividade. Não obstante, embora essa prática de violência seja praticada mais por homens contra as mulheres transexuais, o homem trans também sofre assédio moral e sexual quando está em ambientes compostos apenas por homens cisgêneros como, por exemplo, no banheiro masculino (Halberstam, 2008; Silva, 2022).

Ao vivenciar essas experiências durante a graduação, foi possível perceber que conhecer os direitos como cidadão, constitui-se em uma estratégia de resistência frente às violências. Sabendo disso, homens trans, que são resguardados por algumas leis, poderiam se impor contra atos discriminatórios e transfóbicos.

¹ *Bullies* “são agressores/as com uma atitude mais positiva face ao uso da violência, são impulsivos/as e com uma enorme necessidade de exercer domínio sobre os outros. Têm, por norma, uma visão bastante positiva sobre si. Os *bullies* são também especialistas no uso de técnicas de intimidação” (Gomes, 2014, p. 4-5).

Diante dessas considerações, faz-se necessário conhecer experiências vivenciadas por homens trans durante o processo de formação na Educação Superior² (ES), em nível de graduação, buscando-se conhecimentos sustentados para superar, paulatinamente, possíveis obstáculos formativos enfrentados. Seja pela formação de redes de proteção que impactem no fortalecimento subjetivo do homem trans, seja pela criação de projetos e políticas no âmbito das Instituições de Educação Superior (IES) que visem à garantia do acesso e permanência dessa população na ES.

Isto posto, nesse contexto que remete ao acesso e à permanência da população transexual na educação superior, este estudo problematizou as seguintes questões: o termo *bullying* se configura como uma categoria analítica eficaz para problematizar vivências de violências que acometem corpos transexuais na ES? Em sua configuração transfóbica, perseguição cotidiana e repetida contra homens trans, matriculados em cursos de graduação na ES, são por eles percebidas e nomeadas como *bullying*? O conceito de transfobia seria, operacionalmente, mais potente para mapear situações de violências vivenciadas por homens trans na ES?

Assim, o objetivo geral deste estudo foi mapear experiências de *bullying* vivenciadas por homens trans no processo de formação na Educação Superior. Para atingir esse propósito, os objetivos específicos foram:

- a. Averiguar experiências que homens trans vivenciaram/vivenciam durante o processo de formação em relação às suas expressões de gênero;
- b. Problematizar as implicações do *bullying* transfóbico materializado no processo inicial de formação;
- c. Mapear possíveis formas de resistências que produzem ou que possibilitam construir redes de apoio e proteção para ocuparem os espaços formativos na Educação Superior.

Para justificar a relevância social e acadêmica da pesquisa, e ao proceder com buscas sistematizadas³ na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICTE), na base de dados sobre Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), no *Sistema de Información Científica* (Redalyc), Anais das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de

² Optaremos pela utilização da expressão “educação superior” em detrimento de “ensino superior”, conforme apontamento realizados por Pablo Beneitone, sob a coordenação do IIPE UNESCO (2019). Para os propósitos desta dissertação, o termo abarcará tanto faculdades, universidades e centros universitários. Disponível em: https://siteal.iipe.unesco.org/pt/eje/educacion_superior Acesso: 2 de jul. 2023.

³ A busca foi feita em 7 de junho de 2022.

Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Saúde) com os termos/expressões “transmasculinidade” / “homens trans”, “ensino superior” e “educação superior” “transfobia” e “bullying” observei que ainda são poucos os estudos que se debruçam sobre a intersecção das temáticas *bullying* e transfobia contra homens trans na educação superior. Obtive 3 resultados, sendo: 2 dissertações de mestrado, 2 teses de doutorado e 1 artigo científico.

Ressalto que, como critério de inclusão para o levantamento foram considerados estudos, em qualquer formato disponibilizados pelas plataformas consultadas, que discutem, de forma direta e objetiva, relações entre *bullying*, transfobia e ensino/educação superior. Estudos sobre educação básica, *bullying* em espaços não escolares e transfobia sem sua relação com a prática sistematizada que prevê o conceito de *bullying*, foram descartados. O quadro 1 sintetiza os resultados obtidos.

Quadro 1- Resultado do levantamento realizado

Autor	Título	Formato	Ano de publicação	Local
Samuel Moreira de Araújo	As trajetórias escolares de homens trans: da educação básica ao ensino superior	Dissertação	2021	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Rosilaine Cristina Silva	(TRANS)formando no Ensino Superior: Trajetórias de estudantes Travestis e Transexuais na Universidade Federal de Uberlândia	Dissertação	2022	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Adelaine Ellis Carbonar dos Santos	Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil e a multiplicidade espacial	Tese	2020	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
André Lucas Guerreiro Oliveira	A educação é uma catapulta para a liberdade: acesso e permanência de homens trans em instituições de ensino superior	Tese	2020	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Carolina Pinto Viana; Igor Matheus Delgado; Anderson Rosa; Lucíola D'Emery Siqueira	A vivência de estudantes transgênero na universidade	Artigo	2022	Acta Paul. Enferm.

Fonte do autor (2023)

A dissertação de Araújo (2021), na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), realizou uma análise das vivências escolares de homens transexuais matriculados no ensino superior. O estudo buscou identificar os indícios de desestabilização que a presença desses sujeitos provocou ao longo de seu percurso educacional, desde a Educação Básica até a Educação Superior. O objetivo da pesquisa consistiu em compreender se os transexuais masculinos⁴ enfrentam desafios semelhantes aos vivenciados por travestis e transexuais femininas durante seus trajetos educacionais.

Dentre esses desafios, a pesquisa destacou questões como o uso do banheiro, a utilização do nome social, conflitos com o corpo docente e a gestão escolar, experiências na aula de educação física, casos de expulsão escolar, dificuldades relacionadas à aceitação familiar e obstáculos no acesso ao mercado formal de trabalho. Ao trazer à tona questões relacionadas à identidade de gênero e à inclusão social, a pesquisa de Araújo (2021) representa uma contribuição relevante e valiosa para o campo acadêmico, pois aborda as complexidades enfrentadas pelos homens transexuais no ambiente educacional brasileiro.

Por sua vez, a dissertação de Silva (2022), na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), buscou compreender como se deu o processo de acesso, permanência e vivências de estudantes travestis e transexuais de cursos de graduação e pós-graduação da UFU. Como referencial teórico, a autora se pautou em estudos pós-críticos e pós-estruturalistas sobre gênero e sexualidade. Essa pesquisa qualitativa e exploratória revelou que o(a)s estudantes em sua maioria ingressaram na UFU através do ENEM/SISU e cada um(a), ao seu modo, desenvolveu estratégias para manutenção de sua existência e permanência dentro da instituição. O estudo mostrou que o ingresso na universidade impactou positivamente o(a)s participantes no sentido de buscarem informações sobre identidade e proporcionou socialização. No entanto, vivenciaram transfobias físicas, simbólicas e psicológicas, as quais não receberam tratativa adequada pela Universidade. Silva conclui que apesar das políticas afirmativas vigentes, é necessário ampliar ações concretas, e destaca a importância da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU para apoiar a promoção de direitos constitucionais e institucionais da(o)s estudantes travestis e trans.

Por sua vez, Santos (2020) em sua Tese de Doutorado apresentada na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), aprofundou-se nas vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior no Sul do Brasil, examinando como elas contribuem para a formação de suas diversas espacialidades (ocupação de espaços). Para isso, foram delineadas

⁴ Expressão utilizada pelo autor.

três subquestões, abordando a identificação dos homens trans na educação superior, a vivência nesses espaços educacionais e como as experiências acadêmicas reconfiguram suas múltiplas espacialidades. Os resultados indicam que os espaços educacionais de nível superior são permeados pela cis-heteronormatividade e estão interligados com outras espacialidades vivenciadas pelos homens trans. Ao acessar esses espaços, eles precisam adotar estratégias para permanecer, evidenciando as dinâmicas de poder presentes. A presença desses sujeitos no ensino superior desafia as normas hegemônicas, promovendo rearranjos espaciais e relocando-os nas relações de poder entre centro e margem. A interconexão entre essas espacialidades indica que as vivências acadêmicas desses homens trans influenciam e são influenciadas na constituição das diversas espacialidades.

A Tese de Oliveira (2020), defendida na Universidade Federal do Paraná (UFPR), explorou o papel da educação como uma catapulta para a liberdade, focalizando o acesso e a permanência de homens trans em instituições de educação superior. A pesquisa buscou compreender os desafios enfrentados por homens trans estudantes universitários, tanto em nível de graduação quanto em pós-graduação, na busca por garantir seu acesso e permanência no ambiente acadêmico, seja em instituições públicas ou privadas. O referencial teórico adotado na pesquisa envolveu conceitos de cisgeneridade, cisonormatividade, heteronormatividade e racismo estrutural, proporcionando uma reflexão sobre as micropolíticas de exclusão que contribuem para a sustentação da transfobia estrutural, que impacta as relações discentes de homens trans nas instituições de ensino superior. Os resultados revelaram que ser um estudante universitário proporciona possibilidades de existências diversas para os homens trans, mesmo diante das consideráveis dificuldades impostas pela transfobia estrutural. Eles não apenas perseveraram, mas também contribuem para a construção de novas narrativas pessoais, colaborando para a criação de ambientes universitários mais inclusivos, plurais e, conseqüentemente, mais universalizantes.

Por fim, o artigo de Viana *et al.* (2022) teve como objetivo compreender a vivência de estudantes transgênero na universidade. Trata-se de um estudo qualitativo realizado com método da História Oral Temática com nove estudantes trans de uma universidade pública do Estado de São Paulo. O estudo revelou que a identificação como pessoa trans pelos participantes surgiu desde a infância, mas o processo transexualizador teve início durante o ingresso na universidade, ambiente este considerado por eles como heteronormativo e transfóbico, o que intensificou sentimento de insegurança e não pertencimento, comprometendo sua permanência. O apoio de outros estudantes e ações institucionais foram apontados pelo(a)s participantes como possibilidades de enfrentamento.

A partir da análise do material encontrado pela busca nas bases de dados listadas, destaco que estudos que relacionam *bullying*, transexualidade e educação superior abrem espaços para discussões que buscam identificar desafios e potencialidades que enfrentam para o acesso e a permanência em cursos de graduação. Mais especificamente, problematizar experiências de homens trans na educação superior se mostra relevante para que se possa desvelar realidades nem sempre estudadas em pesquisas acadêmicas. Ressalto que estudos sobre mulheres trans têm se sobressaído em detrimento de estéticas transmasculinas, fato que justifica minha intenção investigativa para esta Dissertação.

Diante disso, espero que os dados gerados por esta pesquisa em nível de Mestrado possam contribuir para desvelar, pontuar e discutir questões de violências contra corpos transexuais durante o processo de formação em Instituições de Educação Superior (IES)⁵, especialmente no que se refere a homens trans, bem como para o reconhecimento das singularidades humanas e ampliação das discussões de gênero e sexualidade na área da Educação.

Esta Dissertação de Mestrado está estruturada em quatro seções. Na primeira seção, denominada “Introdução”, forneço a contextualização da pesquisa, mapeamento sobre produções correlatas, sua justificativa e seus objetivos.

Na segunda seção, abordo o tema violências vivenciadas por homens trans: *Bullying* ou transfobia? Exploro a caracterização do bullying, desde suas definições até os processos de internalização da transfobia, além de discutir o *bullying* transfóbico. Por fim, discorro sobre desafios enfrentados pelos homens trans, bem como o processo de modificação das terminologias, busca pela passabilidade e a questão da invisibilidade que acarreta essa população.

Na terceira seção, apresento a delimitação metodológica adotada na pesquisa. Na quarta seção, socializo os resultados gerados a partir das análises sobre as “transvivências” de cada dia. Para tal, em um primeiro momento apresento os resultados dos questionários aplicados e, posteriormente, analiso os dados produzidos por meio das entrevistas conduzidas com quatro homens trans, estudantes de graduação em diferentes IES. Seguem-se algumas considerações e elementos pós-textuais.

⁵ Optaremos pela utilização da expressão “educação superior” em detrimento de “ensino superior”, conforme apontamento realizado por Pablo Beneitone, sob a coordenação do IIPE UNESCO (2019). Para os propósitos desta dissertação, o termo abarcará tanto faculdades, universidades e centros universitários. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/pt/eje/educacion_superior Acesso: 2 de jul. 2023.

2 VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS POR HOMENS TRANS: BULLYING OU TRANSFOBIA?

Nesta seção, intenciono apresentar algumas definições sobre o conceito de *bullying* e problematizar os impactos dessa forma de violência na vida das vítimas. Ao questionar se o termo daria conta de pensar formas específicas de violência contra homem trans, incursiono em discussões sobre o conceito de transfobia e exercito pensar possibilidades de especificar o *bullying* quando direcionado a corpos trans como “*bullying* transfóbico”.

2.1 BULLYING: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE DIFERENTES DIMENSÕES DESTA PRÁTICA DE VIOLÊNCIA

Embora muito se discuta sobre a prática de *bullying*, trata-se de uma forma de violência psicossocial e cultural que não é nova, apesar de ter sido nomeada de forma específica nas últimas décadas do século XX. Segundo Josi Rosa de Oliveira e Magda Altafini Gomes (2012), o termo *bullying* é recente e contribuiu para ampliar discussões sobre formas de violência entre escolares. Cleo Fante (2012), umas das pioneiras nas discussões sobre o assunto em território nacional, define *bullying* como “um comportamento cruel intrínseco nas relações interpessoais, em que os mais fortes convertem os mais frágeis em objetos de diversão e prazer, através de ‘brincadeiras’ que disfarçam o propósito de maltratar e intimidar” (Fante, 2012, p. 29, aspas da autora).

Marcos Vinicius Francisco (2010) reitera que o *bullying* é uma forma de violência bastante antiga porque, apesar de não nomeada, sempre existiu nas instituições escolares. Cabe ressaltar que tais práticas não estão restritas ao contexto escolar, fazendo-se em todos os ambientes em que haja interação social. Ou seja, os comportamentos de violência estão envolvidos por um contexto social e histórico.

No que refere as investigações sobre práticas do *bullying*, Fante (2012) afirma que essas manifestações vêm sendo investigadas e estudadas nas últimas décadas. Em termos de investigações acadêmicas, Francisco (2010) argumenta que o *bullying* é um assunto recente e, portanto, merece ser investigado. Nesse sentido, embora questionado por perspectivas críticas, não é possível negar a presença dessas discussões na área da educação.

Oliveira e Gomes (2012), bem como Correia e Santos (2018), afirmam que o *bullying* está ligado aos estudos sobre violência. Caberia então definir o que compreendo como violência. Ao ser afetado por leituras de Michael Foucault entendo a violência como resultado

da ação de destruição do “outro”. Segundo Costa, “a violência em Foucault aparece como elemento de demarcação da especificidade das relações de poder e no campo do governo” (Costa, 2018, p.154). Schilling (1997) contribui com a discussão ao explicitar que, em Foucault, a violência deveria ser analisada em paralelo com os mecanismos de controle populacional advindos do século XIII.

No que se refere às diferentes manifestações de violência, Raissa Gazola Correia e Rodrigo dos Santos (2018) e Couto *et al.* (2010) destacam que a prática do *bullying* se configura em atos agressivos repetitivos, sem razão aparente, que geram dor, sofrimento, angústia, problemas na saúde física e mental, podendo levar à baixa autoestima, insegurança, depressão e até mesmo ao suicídio.

Denise Bolzan Berlese *et al.* (2017), afirmam que o *bullying* está relacionado à honra, dignidade, saúde, integridade física e psíquica da vítima. É importante salientar que, de acordo com os mesmos autores, as consequências desse dano moral se traduzem em sofrimento imediato. Reforçando essa ideia, Couto *et al.* (2010) consideram que o *bullying* pode ser caracterizado por atos persecutórios e intimidadores, além de atitudes e gestos violentos. Nessa perspectiva, de acordo com Francisco (2010), a violência afeta os processos de subjetivação do sujeito e de todos os envolvidos, porém as consequências variam de sujeito para sujeito, mesmo em situações semelhantes.

Cabe destacar que as discussões sobre *bullying* supracitadas, não se aprofundam nas variáveis socioculturais e políticas que produzem essa forma de violência. Tampouco, não relacionam essa prática como uma estratégia normativa de marcar, “hipervisibilizar” e tratar o “outro” como “algo” a ser eliminado.

Numa perspectiva pós-estruturalista poderíamos identificar a prática do *bullying* como instrumento de normalização de corpos e condutas que visa segurar a ideia de naturalidade de determinada identidade/corpo considerada como padrão, como verdade absoluta. Ao considerar as provocações de Tomaz Tadeu da Silva (2000) sobre os processos socioculturais de produção da identidade da diferença por meio da linguagem, defendo pensar o *bullying* no interior de uma trama de poder que produz a aversão do considerado como diferente, em todas as suas dimensões (classe social, capacitismo, gênero, sexualidade, religião, “raça” /etnia etc.). Essa versão reitera a legitimidade da norma que considera o corpo cis, branco, masculino, cristão, de classe média, ocidental, heterossexual e reprodutivo como a norma padrão que pode ser considerado com humano.

Nesse sentido, penso ainda, provocado por um surto pós – estruturalista, que não é possível compreender o termo *bullying* fora de uma discussão sobre os processos de produção

dos corpos que são considerados abjetos. Considero abjetos os corpos que ao serem lidos pelos “padrões sociais”, provocam estranhamentos, repulsas, aversão, nojo, o que legitima a criação de estratégias que visam a exterminá-lo. Como argumenta Porchat:

O corpo abjeto é aquilo que não queremos ver em nós mesmos: nossos excrementos, nossos excessos e, em última instância, nosso cadáver. O nosso corpo abjeto é nossa doença, nossa morte. Os corpos abjetos da sociedade são aqueles que execramos da mesma maneira que execramos nossos excessos e aquilo que em nós apodrece, levando à nossa morte (Porchat, 2015, p.40).

Críticas postas, é preciso destacar as múltiplas determinações históricas, sociais, culturais e políticas que produzem as violências, dentre elas o que parte da literatura da área da educação determina como *bullying*. Ao continuar as leituras, Francisco (2010) relata que muitos estudos sobre *bullying* vão destacar esse tipo de violência entre pares, ou seja, entre crianças ou jovens que se encontram na mesma faixa etária e convive no mesmo espaço.

Fante (2012) evidencia que o *bullying* ocorre de forma direta, caracterizado por agressões físicas e verbais. Segundo Couto *et al.* (2010), agressões físicas, apelidos e ofensas verbais são classificados como *bullying* direto. No entanto, Correia e Santos (2018) salientam que no *bullying* direto os agressores atacam as vítimas por meio de ameaças, apelidos, e expressões ou gestos que lhes causam mal-estar.

Quanto ao *bullying* indireto, Couto *et al.* (2010) salientam que existem outros aspectos socialmente significativos incluindo a etnia, religião e deficiência, pois os ataques ocorrem através de difamação, recusa em se socializar. Também, como formas de intimidar outras pessoas que desejam socializar com a vítima. Ameaças por meio de isolamento e indiferença são outros desdobramentos do *bullying* indireto.

Apresentando uma abordagem aproximada de Couto *et al.* (2010) e Correia e Santos (2018) sinalizam que no *bullying* indireto, atitudes de indiferença, difamação e exclusão ocorrem quando as vítimas estão ausentes. Contudo, a forma indireta, de acordo com Fante (2012), é mais grave, pois, pode criar traumas irreversíveis. Essa violência indireta visa à discriminação e exclusão da vítima do seu grupo social.

Para a escrita desta dissertação, assumi o exercício de uma escrita baseada em alguns estudos de inclinação pós-estruturalista com intuito de desconstruir as dicotomias produzidas pelos autores citados acima. Nessa perspectiva, caberia problematizar que ambas as formas de violência, direta e indireta, são graves, pois não raro ou muitas vezes são praticadas ao mesmo tempo, ou seja: caberia pensar que, em muitos casos, o que é considerado *bullying* direto ou indireto poderia ocorrer ao mesmo tempo.

Francisco (2010) afirma que as agressões não deixam somente marcas externas, mas também marcas internas que perduram, causando sofrimento e angústia nas vítimas, tais como: baixa autoestima, medo de frequentar as escolas, baixo rendimento escolar; em casos mais extremos, tentativas de suicídio etc. Além disso, esses comportamentos e atitudes podem influenciar na imagem que a pessoa constrói de si e de todos a sua volta.

No que se refere a compreensão do *bullying* como uma forma de violência entre pares (Francisco, 2010; Fante, 2012), e a partir das discussões do Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividades (GPESP), do qual participo, defendo que esse tipo de compreensão acaba por “infantilizar” e “individualizar” essa forma de violência, como se adultos não a praticasse. Nesse sentido, durante o processo de formação, os próprios agentes pedagógicos podem produzir violência contra estudantes.

Raissa Gazola Correia e Rodrigo dos Santos (2018) não consideram como *bullying*, unicamente, agressão entre pares. De acordo com esses autores, para que ocorra o bullying, os sujeitos precisam conviver em um mesmo ambiente por um período prolongado, independente de seus marcadores geracionais.

Correia e Santos (2018) argumentam que o *bullying* também pode ser considerado como um problema de saúde pública mundial e que deve ser investigado e acompanhado por profissionais especializados da área. No tocante à questão, Oliveira e Gomes (2012) afirmam que a impunidade, o descaso, a falta de investimentos e de políticas públicas voltadas à Educação e à Saúde para identificação de diferentes fatores contribuem para a perpetuação dessa prática de violência.

A partir do relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2018), intitulado de “*An Everyday Lesson: #ENDviolence in schools*”, metade das crianças e adolescentes em nível global relataram vivenciar esse tipo de violência nas escolas e nas imediações. O relatório aponta que um em cada três estudantes com idades entre os 13 e os 15 anos passaram por situações de *bullying* e já tiveram envolvimento em confrontos físicos e psicológicos.

É importante ressaltar, em conformidade com o relatório supracitado, que em curto prazo o *bullying* afeta o desempenho acadêmico de alunos e, a longo prazo, deixa uma marca no seu futuro. O *bullying* interfere no processo de aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo, sensorial e emocional, o que por vez favorece um clima de insegurança e medo tanto para aqueles que são alvos, quanto para aqueles que assistem calados aos ataques (Oliveira; Gomes, 2012).

Uma questão importante a ser problematizada é que, de certa forma e não negando as possibilidades apresentadas pela construção do termo, se não analisarmos criticamente o *bullying* acabamos por invisibilizar formas específicas de violência no contexto educacional.

Antes de abordar as formas específicas de violências, neste caso o *bullying* transfóbico no contexto da Educação Superior, importa relatar como a literatura compreende as pessoas envolvidas com a prática do *bullying*. Simone Thais Vizini (2017) afirma que o *bullying* pode ser descrito a partir de três perspectivas: agressores, vítimas e vítimas-agressoras.

Para elucidar essa discussão, Francisco (2010) ressalta que as vítimas podem ser classificadas em: típicas, ou seja, as que sofrem a violência e não conseguem externalizá-la; as vítimas provocadoras, isto é, aquelas que sofrem a violência e a reproduz em outras pessoas. Neste caso, na maioria das vezes, são vistas como alunos “rebeldes”⁶, porque tentam externalizar o sofrimento por meio de atos agressivos. Cabe também enfatizar os agressores “que são movidos pela necessidade de dominar os demais colegas” (Francisco, 2010, p. 27).

Contudo, ao fazer leitura da literatura sobre *bullying*, não raro, essa forma de violência é pensada a partir também de dicotomias entre agressores e vítimas. Entretanto, nas interações sociais em que essas violências ocorrem, como nos espaços de escolarização, muitos agentes atuam como espectadores. Eles veem essa forma de violência ocorrer e muitas vezes não interferem, ou por medo de também se tornarem vítimas, ou por omissão.

Ainda caberia questionar: a omissão seria por medo ou por concordar com a violência praticada? Silenciar frente à prática de violência não pode ser considerado como uma estratégia para perpetuá-la? Neste ponto do texto, ao entender a violência como um discurso legitimado por políticas de estado, dentre elas as educacionais, busco auxílio em Foucault que alerta para não incorremos na armadilha de tentar separar o dito e o não dito em uma prática discursiva, pois, para o autor, os silenciamentos, apagamentos e omissões no campo das relações de poder fazem parte da mesma estratégia que visa a legitimar a prática da violência contra corpos considerados abjetos.

Ademais, pensar apenas na tríade agressor, vítima e espectadores de forma isolada não é suficiente para discutir outras violências como, neste caso, a transfobia. É interessante fazer um adendo para enfatizar essa problemática com o seguinte questionamento: seria possível uma pessoa ser vítima por um marcador social e ser agressor por outro ou pelo mesmo marcador social? Ou seja, um homem trans pode ser vítima de *bullying* de caráter transfóbico e ser transfóbico contra outra pessoa transexual?

⁶ Aspas minhas.

Com todas essas problematizações que penso ampliar e provocar novas possibilidades analíticas sobre a prática do *bullying*, o termo, de forma genérica e sem complementos linguísticos torna complicada a discussão sobre processos de violência produzidos pela marcação social de diferenças, assimetrias e processos de normalização que marcam determinadas vidas como abjetas⁷ por meio do gênero, sexualidade, religião, “raça” /etnia, capacitismo etc.

Dessa maneira, e para ser coerente com a fundamentação desta pesquisa cuja escrita se movimenta em um exercício pós-estruturalista, é preciso nominar as práticas de violências que atingem, de forma específica, os sujeitos. Nesse sentido, o termo *bullying* precisa indicar qual é a marca social que produz a violência a ser analisada. Com isso, quando o alvo da prática de perseguição são os homens trans, a categoria analítica de gênero e o dispositivo da sexualidade precisam ser problematizados. Assim, em um exercício de demarcação linguística para expressar práticas de violência que atingem esses corpos, passarei a questionar qual seria a forma mais potente para desvelar fatores que produzem a ideia de abjeção, legitimando práticas de extermínio contra homens trans: *bullying* transfóbico ou transfobia?

2.2 A PRODUÇÃO DISCURSIVA SOBRE CORPOS TRNS: VIOLÊNCIAS PARA ALÉM DA PRÁTICA DO QUE A LITERATURA DENOMINA COMO *BULLYING*

Como relatado na seção anterior, para que possamos enfrentar diferentes formas de violências, elas precisam ser nomeadas. De acordo com a perspectiva pós-estruturalista, a nomeação permite analisar o que produz determinado fato. Nesse sentido, quando falamos do *bullying* cujo alvo são as pessoas transexuais, não podemos falar unicamente de *bullying*, pois trata-se de um tipo de *bullying* específico contra pessoas transexuais. A partir deste ponto do texto serei acompanhado da expressão como *bullying* transfóbico⁸.

Thiago Soares Beserra, Ahecio Kleber Araujo Brito e Sergio Luis Galan Ribeiro (2019) ressaltam que o *bullying* ocorre devido à diversidade de classes e grupos sociais,

⁷ “ao não se enquadrarem em uma determinada norma social, são alocados à abjeção e têm a existência e a materialidade de seus corpos ameaçadas socialmente, suas vidas tornam-se frágeis e precárias, pois são considerados menos humanos, aberrações de uma humanidade de que se pretendia saudável e perfeita” (Porto, 2016, p.164)

⁸ Contudo, não podemos generalizar que tudo é *bullying*, pois, se assim o fizermos, estaríamos naturalizando apenas uma forma de violência e apagando a historicidade das lutas contra a transfobia, homofobia, racismo, etc. Sendo assim, devemos estar a postos para agir de forma pertinente diante de qualquer indicador.

gêneros e, principalmente, pessoas que possuem orientação sexual diferenciada das consideradas “normais”. Porém, Serrano, Caminha e Gomes (2017) afirmam que a exclusão e a violência contra pessoas que se expressam pela adoção de um gênero diferente do heteronormativo estabelecido pela sociedade podem ser compreendidas como transfobia.

Souza e Bernardo (2014) complementam ao afirmarem que o grupo que mais sofre discriminação e *bullying* no ambiente escolar são pessoas transexuais e travestis. Isso ocorre devido a não aceitação da transgeneridade, portanto, esses sujeitos se tornam vítimas de preconceitos e humilhações, agressões físicas e psicológicas. Condutas como essas afetam a subjetividade, impactando nas perspectivas de vida desses sujeitos. Dentre os motivos que podem ocasionar a evasão escolar, destaco:

elevado nível de assédio de alunos transgêneros⁹ está associado ao aumento da evasão escolar, à diminuição das aspirações educacionais e à redução do desempenho acadêmico. Quase a metade dos alunos transgêneros perdem aulas por sentimento de insegurança ou desconforto, e quase um em cada seis enfrentam um assédio tão grave que são forçados a sair da escola. (UNESCO, 2013, p. 20).

Dessa forma, Beserra, Brito e Ribeiro (2019) ressaltam que as escolas, incluindo as universidades, são espaços públicos para a promoção da cidadania, não podendo reduzir a sua função de transmissora formal de conhecimento, por meio da Educação. A pesquisa realizada pela Agência do Senado (2016) com adolescentes brasileiros que se expressam como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, “Queers”, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e demais expressões de gênero e de sexualidade que subvertem a normas heterossexual (LGBTQIAP+), revelou que 73% sofreram *bullying* e 37% já apanharam na escola. Segundo a pesquisa:

No Brasil, foram ouvidos 1.016 estudantes de 13 a 21 anos. Sessenta por cento disseram se sentir inseguros na escola, 73% foram agredidos verbalmente, 48% ouvem comentários homofóbicos e 27% foram agredidos fisicamente. Já 36% acham a escola ineficaz para evitar agressões (AGÊNCIA DO SENADO, 2016, p. 1).

Cabe indagar que as discussões sobre os tipos de violência que afetam estudantes e que tem como dispositivo propulsor marcas de gênero e de sexualidade precisam avançar no sentido de analisar os impactos que tais práticas produzem no processo de subjetivação de experiências. Dados de relatórios que apenas tipificam violências sofridas por grupos não

⁹ Termo utilizado no relatório da UNESCO

heterossexuais não dizem muito sobre as marcas, feridas e cicatrizes que as violências produzem na dimensão subjetiva do humano.

Em contraponto a essas marcas, a subjetividade pode ser pensada por meio de discussões butlerianas e foucaultianas que ampliam a possibilidade de estabelecer estratégias de resistências frente a regimes normalizadores de sujeição. De acordo com Furlin (2013, p. 396):

Tanto em Foucault como em Butler, o sujeito encontra as suas próprias possibilidades de subjetivação, construindo estratégias de resistência ou de subversão aos mandatos sociais que o limitam. Essa possibilidade, que se dá por atos de liberdade em Foucault (2007), é denominada subjetividade ética, e em Butler (2009) é definida como agência, em cuja noção o desejo aparece como um aspecto fundamental.

No que se refere às marcas da violência nos corpos, neste trecho do texto passarei a tencionar o conceito de *bullying*, problematizando seu alcance quando a violência que nos referimos incide sobre corpos de homens trans.

As discussões explicitadas até aqui também me levam a problematizar o termo *bullying* e a violência contra homens trans a partir da categoria analítica de gênero. O termo “gênero”, de acordo com Guilherme Paiva de Carvalho e Aryanne Sêrgia Queiroz de Oliveira (2017) pode ser entendido como uma construção cultural em determinado contexto histórico-social, pois é associado ao feminino, ao masculino, à transexualidade, ou à intersexualidade. Para esses autores, esse termo também pode ser associado a outras designações que constituem modos de identificação diversificados, que são construídos por práticas discursivas e relações sociais e culturais.

Judith Butler (2019) e Guacira Lopes Louro (2021) consideram que a identificação é sempre um processo ambivalente. Na percepção de Butler,

identificar-se com um gênero nos termos dos regimes contemporâneos de poder implica identificar-se com um conjunto de normas realizáveis ou não, cujo poder e condição precedem as identificações por meio das quais se intenta insistentemente se aproximar. “Ser homem” ou “ser mulher” são assuntos internamente instáveis. Estão sempre acometidos por uma ambivalência precisamente porque há um custo na assunção de cada identificação, a perda de algum outro conjunto de identificações, a aproximação forçada de uma norma que nunca pôde ser escolhida, uma norma que nos escolhe, mas que nós ocupamos, invertemos e ressignificamos na medida em que ela fracassa em nos determinar por completo (Butler, 2019, p. 223).

Em outras palavras, somos constituídos de múltiplas formas que se pretendem “identitárias” e assumimos uma posição específica em relação aos códigos sociais dominantes. De acordo com Louro (2021) as tais “identidades” são histórica e culturalmente

específicas. Contudo, à medida em que o sujeito é forçado a uma norma que nunca pode escolher, ele se esforça para fixá-la e estabilizá-la, para dizer quem é ao contar a respeito do seu sexo (Butler, 2019).

Discorrendo sobre o assunto, Carvalho e Oliveira (2017) relatam que além da construção do sujeito em si, expressão de gênero também é construída por uma gama de saberes que perpassam o sujeito, que constrói uma visão acerca da estrutura corporal, seja por meio de discursos ou de técnicas cirúrgicas e hormonais aplicáveis.

Desse modo, Heloisa Aparecida de Souza e Marcia Hespanhol Bernardo (2014) afirmam que alguns sujeitos se submetem a procedimentos cirúrgicos ou hormonização para adequar o seu corpo às condições subjetivas, haja vista seus sentimentos de querer corresponder às expectativas definidas socialmente para o seu sexo anatômico, acarretando sofrimento.

Todavia, como já problematizado por Paul Preciado (2011), mesmo enredado a regimes normativos, os corpos não são passíveis de seguir, sem questionamentos, os padrões para eles propostos. No que se refere ao gênero, este não se constitui como efeito de uma biologia ou designação médica. Antes, poderíamos concebê-lo como um dispositivo que, inclusive, seria objeto de reapropriação pelas “minorias sexuais”, dentre elas, a população trans. Para Prado (2014):

O corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação protética dos gêneros. A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... as minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se queer (Preciado, 2011, p. 14).

Nesse sentido, Prado (2014, p. 204), a partir de discussões propostas por Preciado, argumenta que:

(...) ao se apropriar das tecnologias de produção de corpos e as manejarem de forma a subverter a norma, as multidões ou coletivos queer desenvolvem a “desterritorialização” do corpo e, conseqüentemente, da noção de “normalidade”. Convertem as representações negativas e utilizam as tecnologias em prol da construção de corpos cada vez mais abjetos, mais desviantes, mais imprecisos, mais ilegíveis. De forma política, utilizam as posições de “abjetos” para explorar, de forma contínua, as fissuras dos regimes de verdade. Nessa política, os corpos se transformam em agentes de novas materializações e não meros produtos performáticos de regulações discursivas.

Para elucidar o exposto, pode-se fazer referência ao posicionamento de Carvalho e Oliveira (2017), que afirmam que viver a subjetividade transexual não é algo simples, uma vez que a sociedade cobra comportamentos heteronormativos que se divide em corpos-homens e corpos-mulheres; aqueles que não apresentam essa correspondência fundante tendem a estar fora. Contudo, Souza e Bernardo (2014) consideram que a principal fonte do sofrimento para os transexuais é a aceitação da realidade regida pelas normas culturais vigentes da sociedade.

Com estas problematizações auxiliadas por parte da literatura acadêmica sobre transexualidade, quero visibilizar que mesmo os discursos que tendem a nomear, classificar e definir o que seria a transexualidade ou os “corpos trans”, também expressam relações de poder que permitem perceber que a violência também se expressa nessas tentativas de demarcação. O fato de determinados discursos médico-biológicos tentarem patologizar essas expressões de vida, são, para esta dissertação, tomadas como formas de violência.

Esses discursos construíram a ideia de “identidade trans” a partir de estratégias de poder com o objetivo de marcar esses corpos como desviantes, abjetos e doentes. Como identificou Aguiar (2020) o “paradigma de patologização das identidades trans, que tem suas raízes no século XIX, mas que atingiu sua máxima expressão entre 1949-1959, com a criação e popularização da categoria diagnóstica de “transexual” na literatura científica” (p. 48) possibilitou a “produção de saber sobre pessoas trans, gênero-diversas e intersexo dentro do âmbito médico-científico” (p. 86). Tal estratégia discursiva construiu a condição histórica de possibilidade para que “a patologização das corporalidades trans e gênero-diversas [assumisse] uma função de correção social: em meados do século XX, no mundo ocidental capitalista, tornou-se imprescindível produzir populações perfeitamente alinhadas com a cisnormatividade” (Aguiar, 2020, p. 86).

Para Lopes (2015), a linguagem está envolvida com a produção de formas de violência contra as pessoas trans. Nesse sentido, caberia:

desnaturalizar, problematizar e denunciar a linguagem performativa que institui sentidos. Linguagem historicamente possibilitada que forja processos de subjetivação, normatização e controle. Dessa maneira, pela linguagem e pelo discurso é possível não só reforçar a hegemonia heterossexual e cissexista, como também afirmar e propor desestabilizações e subversões na e da matriz heterossexual e cissexista (Lopes, 2015, p. 12)

Para Jaqueline de Jesus (2014, p. 11):

(...) a cidadania trans e a identidade de gênero da população transgênero são vilipendiadas pelo Estado, por instituições, grupos e pessoas. Formadores de opinião, em todos os meios de comunicação, preservam o juízo de que os gêneros e suas expressões são designios puramente biológicos, traduzidos em termos de cromossomos, pênis e vaginas. O direito a adequação de seus registros civis é impedido, na ausência de Leis que reconheçam as demandas ou mesmo na presença de operadores do Direito contrários à livre expressão de gênero. O seu direito à vida é ferido cotidianamente, no país em que mais se matam pessoas trans no mundo.

Nesse sentido, percebo que para além do *bullying*, as violências que atingem corpos trans são produzidas e acionadas por diferentes dimensões do cotidiano, inclusive pela linguagem! Nesse sentido, a própria desconsideração do reconhecimento da expressão de gênero homem trans poderia ser pensada na perspectiva da violência, ou seja, de negação da existência daquela performatividade.

Peçanha (2021), pesquisador trans, corrobora essa discussão quando problematiza a invisibilização dos homens trans que, muitas vezes, são confundidos com mulheres cisgêneras, justamente por que, segundo o autor, existe uma “grande confusão entre a leitura social que muitos homens trans passam a ter e o que, de fato, é a transmasculinidade¹⁰” (Peçanha, 2021, p. 136).

A ideia de um “homem sem pênis” também provoca alguns pânicos morais e destitui a possibilidade e potência de reconstruir a própria representação do que seria “homem” para própria população cis. Um homem cis que, por alguma adversidade, tem parte ou totalmente seu pênis decepado deixaria de ser homem a partir disso? Um homem estéril, que precisa recorrer a tecnologias e/ou adoção para exercitar a paternidade seria menos homem?

No cerne da discussão sobre linguagem, ao trabalhar com parte da literatura sobre homens trans possibilitada pela busca em bases de dados de acesso livre, também notei uma diferenciação na nomenclatura utilizada pelo próprio movimento social para se autorrepresentar. Percebi certa diversidade de termos e expressões para se referir a esses corpos. *Female to Male* (FTM), trans homens, homens trans, pessoas transmasculinas, boycetas, transmasculines e transmasculinos são aparentes na produção de conhecimento analisada neste trabalho.

Essas terminologias expressam “nossa existência na sociedade”, bem como a luta dos movimentos sociais pela visibilidade de homens trans. Tal imersão é importante para marcar a historicidade de processos que afetam nossas vidas e atentar para não produzir apagamentos

¹⁰ Termo utilizado pelo autor. Para os objetivos desta Dissertação de Mestrado, defendemos a utilização da expressão homens trans.

históricos de uma luta por existência que tenciona a produção de conhecimentos acadêmicos com a vivência de movimentos.

2.2.1 PASSABILIDADE E (AUTO)RECONHECIMENTO COMO HOMEM: AUTORREPRESENTAÇÃO DE SI E A PRESENÇA DE HOMENS TRANS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ao abordar essa temática *bullying* e a violência transfóbica é necessário destacar a masculinidade de homens trans¹¹ que vivenciam e performam suas masculinidades de diferentes maneiras no processo de constituição de suas subjetividades. Como relatado por Peçanha (2021), a maioria deles são lidos pela sociedade como “mulheres masculinizadas”, “sapatão”, “caminhoneira”¹². Entretanto, para André Lucas Guerreiro Oliveira (2020), ao experienciar a masculinidade, seja por motivos diferentes ou em certas ocasiões, nem todas as pessoas desejam uma desvinculação total do feminino. André destaca que:

peçoas que experienciam a masculinidade sem desejar alterações corporais; peçoas as quais ainda que realizem algumas transformações corporais como uso de hormônios masculinos, preferem ser reconhecidas fora do binarismo de gênero; e por último, peçoas que desejam e/ou executam mudanças corporais e buscam o reconhecimento de sua masculinidade (Oliveira, 2020, p. 35).

Diante disso, a masculinidade e feminilidade não podem ser definidas como hegemônicas, pois todo ser humano – nesse caso específico, homens trans – em função dos seus diferentes pertencimentos sociais, como classe, orientação sexual, etnia e origem geográfica, performatizam suas expressões de vida de maneiras singulares. Oliveira (2020, p.35) ressalta que “as masculinidades de homens trans não são únicas, ao contrário, apresentam uma variabilidade de vivências”.

No que se refere às nomenclaturas utilizadas para se referir aos homens trans, Berutti (2002, *apud* UCHÔA, 2017, p. 51) demarca que o termo utilizado pela comunidade transgênera americana para denominá-los era

Female to Male (FTM) para “designar os transexuais masculinos-mulheres biologicamente que optam por transformar seu corpo em masculino por meio de

¹¹ O termo homem trans é uma identidade política usada por muitas pessoas transmasculinas, contudo, o termo homem transexual também é usado como autoidentificação. Deixo evidente que abordarei o termo homem trans nesta discussão, pois é o termo mais utilizado pela comunidade transmasculina.

¹² Lésbicas “caminhoneiras” são mulheres masculinizadas, as quais são facilmente confundidas com homens devido à sua aparência física e vestimenta, mas que podem se identificar única e exclusivamente como mulheres. (Peçanha; Neves, 2021, p. 5)

hormônios ou cirurgia”, diz a docente. A autora utiliza o termo “opção” para identidade de gênero transexual, propondo a reflexão a partir da ideia de que existem múltiplas identidades de gênero e sexuais, e que a opção por uma ou mais delas implica na assunção dos encargos sociais que todas elas trazem em seu bojo e no silenciamento de tantas outras identidades sociais que se pode assumir no cotidiano (Beruti, 2002 *apud* Uchôa, 2017, p. 51 aspas do autor)

Segundo Leonardo Farias Pessoa Tenório¹³ e Luciano Palhano¹⁴ (2022) a sigla FTM, foi assimilada por parte do movimento social de homens trans no Brasil.

A maior parte das informações na internet estava em inglês, muita coisa dos EUA, Canadá, Europa, Austrália, mas também havia sites (e ativismo) em espanhol de países da América Latina como México, Chile, Argentina e Colômbia. Até hoje utilizamos as palavras em inglês “*packer*” (objeto para fazer volume na região genital) e “*binder*” (colete compressor para ocultar as mamas), herança da “cultura FTM” importada do exterior. Em nosso país, na internet aos poucos fomos criando blogs, sites e fóruns. Havia informações produzidas por homens trans nos blogs Transhomem Brasil e FTM Brasil, no site também de nome FTM Brasil, num grupo de e-mails do Yahoo (FTM Brasil) e algumas comunidades no Orkut13 de homens e mulheres transexuais (“Disforia de Gênero”, “F64.0” e “Transexuais MTF e FTM”). No Orkut e no Facebook, foram criados por nós, grupos exclusivos de homens trans. No Facebook, o primeiro e principal grupo foi criado por Vincent Masaki (MG) e Pietro Augusto (PR) (Tenório; Palhano, 2022, p. 89).

A sigla *FTM*, passou a ser denominada no Brasil como “homens trans/transexuais” ou “transhomem” (Tenório; Palhano, 2022). Poucas pessoas tinham entendimento sobre tais denominações, justamente por ser uma expressão de outro país. Ademais, a internet foi a maior fonte de troca de experiências e informações, criação de redes de apoio e socialização dessa população.

No contexto nacional listar características comuns entre os homens trans no início dos anos 2010 não era fácil, pois além dos desejos de fazer uso de hormônios e cirurgias de readequação (mastectomia masculinizadora) as pessoas não sabiam da nossa existência, tão pouco a comunidade de pessoas transexuais e travestis e, muitas vezes, nem as ativistas (Tenório; Palhano, 2022).

¹³ Leonardo Tenório: Recife, 32 anos, transmasculino, branco latino, ex-trabalhador sexual, pesquisador independente disponível em: <<https://revistaestudostransviades.files.wordpress.com/2022/06/revista-estudos-transviades-v.3-n.-5-3.pdf>> acesso em: 15 de abril de 2023

¹⁴ Luciano Palhano (Luck Yemonja Banke) é transmasculine, vocalista e percussionista da banda apocalypse cuier, afroitalianista e tradutor -UFSC, fundador do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidades), do I Encontro Norte Nordeste e do I Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT), membro fundador do FONATRANS (Fórum Nacional de Pessoas Trans Negras), coordenador do cursinho pré vestibular PREPARA UBUNTU (UFSC) e membro do Núcleo Nacional de pesquisadores Trans Negros). Leonardo Farias Pessoa Tenório é homem trans, fundador e presidente da ABHT (Associação Brasileira de Homens Trans) e membro do IBRAT.

Entretanto, Samuel Moreira de Araújo (2021) ressalta que a ausência de movimentos sociais de homens transexuais antes de 2010, não pode ser vista como inexistente. Temos que considerar a existência de pessoas que, mesmo ao não serem designadas pelo discurso médico como “macho”, se (auto) reconheciam como homens. Antes desse período existiam pessoas que buscavam estabelecer relações sociais, discutindo demandas e particularidades, redes de apoio e formas de se identificarem na sociedade.

Isso aponta para um processo de constituição subjetiva que, em muitos momentos, subverte regimes normalizadores e possibilita a emergência de “outras” expressões de vida possíveis, ressignificando a ideia de abjeção para com seus corpos. Tal ponto deve ser destacado para não produzirmos apagamentos históricos sobre um amplo movimento de luta e contestação.

É importante ressaltar que a prática das mulheres em produzir Performatividades masculinas por corpos marcados como “mulheres” por regimes regulatórios dos gêneros, não é algo novo e tem acontecido ao longo da história. Jack Halberstam (2008) contribui para essa discussão ao afirmar que a “masculinidade feminina” pode ser representada em diferentes momentos e de diferentes maneiras, desde mulheres “se passando” por homens antes do século XX até as culturas contemporâneas de *butches* e *drag kings*, expressões aparentes em alguns contextos geopolíticos.

Segundo Prado (2021, p. 250) as “masculinidades podem ser compreendidas como processos relacionais, transpassados por inúmeras experiências que pluralizam modos de ser homem e masculino na contemporaneidade”. Com isso, o autor nos auxilia a destituir a representação macho-masculino, tomando as masculinidades como performatividades que não permitem pensar em algo “original”, biologicamente indeterminado, como “posse” de algo ou alguém (*ibid.*, aspas do autor).

Nessa perspectiva, os corpos de homens trans denunciam o terreno movediço no qual pisamos quando nos referimos às masculinidades. Além de desnaturalizar o gênero como se fosse atributos dos corpos, apontam para a noção derridiana de “diferimento”, ou seja, é uma produção contínua, inacabada e reiterativa que busca, constantemente, produzir uma estética de vida que, durante o processo, demonstra que a masculinidade é uma representação nunca alcançada, adiada.

Nesse sentido, considero importante partilhar, com os e as leitoras, momentos relacionados à participação de homens trans na busca pela visibilidade no contexto brasileiro. Dessa forma, passarei a elencar algumas de suas lutas e conquistas que referenciam parte da história do movimento. Com isso, optei por resgatar indícios da participação e presença de

homens trans em diferentes edições do Encontro Nacional de Transexuais e Travestis (ENTLAIDS), que segundo Silva e Barboza (2009) e Carrijo *et al.* (2018), aparece na literatura acadêmica como um importante marco de lutas e reivindicações da população trans no cenário nacional.

Segundo Carrijo *et al.* (2018, p. 3) “narrativas sobre a construção do movimento nacional de travestis e transexuais enlaçam enfrentamento à epidemia HIV/AIDS, a presença e interlocução com pesquisadoras/es, o mundo acadêmico e o movimento das pautas de vida/luta”. A propositura de um espaço para discussões sobre a organização de grupos de travestis e transexuais, discussões acadêmicas sobre temas que afetavam/afetam a vida desses grupos, formulação de propostas de políticas públicas nas áreas da educação, saúde e segurança pública e a produção de uma pauta de luta e reivindicações coletivas permeia a constituição do ENTLAIDS como espaço significativo para localizar os corpos e as perspectivas da população trans no Brasil (Silva; Barboza, 2009; Carrijo *et al.*, 2018).

Silva e Barboza (2009) argumentam que é importante localizar o “nascimento” do evento. Destacam que foi “motivado pela insatisfação das Travestis e Transexuais que não se sentiam contempladas nas discussões de gênero e sentiam necessidade de aperfeiçoar a organização dos grupos que as representavam e como estratégia política de combate a AIDS entre as pessoas ‘Trans’ promovida pela Coordenação Nacional de Combate à AIDS do Ministério da Saúde” (Silva; Barboza, 2009, p. 257).

Carrijo *et al.* (2018, p. 3-4), ao partirem de “encontros, entrevistas, memórias partilhadas por entre o movimento de travestis e transexuais” que possibilitaram acionar “lembranças, afetos, confusões e lágrimas que, dispersas na cronologia do tempo, reconstroem, através das narrativas da experiência, uma história que foi negada pela aspereza do olhar colonizado”, argumentam que lideranças travestis e transexuais que partilharam relatos sobre vivências com pesquisadores/as, representantes governamentais e profissionais de saúde revelam a efervescência de movimentos de contestação dessa população antes da emergência da Aids. “O cenário das ruas, da prostituição e das performances da noite foi, sem dúvida, o mesmo que transformou as avenidas em luta política por direitos de ser, expandindo, muitas vezes, o direito a existir” (Carrijo *et al.*, 2018, p. 4).

Como apontado por Silva e Barboza (2009) o Encontro Nacional de Travestis e Liberados¹⁵ (ENTLAIDS) teve início em 1993 na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Foi idealizado por Jovanna Baby, uma travesti, com o objetivo de construir estratégias de

¹⁵ Nome utilizado na época.

prevenção do HIV/AIDS entre as travestis brasileiras e contou, na primeira edição, com 95 participantes de cinco estados brasileiros.

Depois dele, surgiram outros movimentos, como o Grupo Esperança na cidade de Curitiba (PR) em 1994; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS), em 1995; o grupo Filadélfia, também em 1995, na cidade de Santos; o grupo Igualdade, em Porto Alegre (RS), no ano de 1999; e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), de Aracajú (SE), também em 1999 (Carvalho; Carrara, 2013; Silva; Barboza, 2009).

Silva e Barboza (2009), afirmam não ter encontrado nenhum registro do segundo evento. Todavia, Carrijo *et al.* (2018) indicam que o II Encontro ocorreu na cidade de Vitória, no Espírito Santo, a partir da mobilização de Jovanna Baby para contatar travestis a partir de diferentes estratégias de comunicação. Embora não datado pelos artigos consultados, as entrelinhas das escrituras parecem localizar o ano de 1994 como “período-tempo” da realização do evento.

No que se refere aos homens trans, percebe-se que no “contar” a história mobilização do movimento de travestis e transexuais esses corpos não são citados. Isso não quer dizer que não estavam presentes, o que cabe problematizarmos é o espaço dado a eles para visualizá-los no decorrer dessa trama de luta, reivindicação e (NÃO) reconhecimento.

Em junho de 1995, no Rio de Janeiro, ocorreu o III Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que teve como tema central “Cidadania plena para gays e lésbicas” (Silva; Barboza, 2009). Nele foram discutidas questões relacionadas à Aids, acordos sociais entre homossexuais, uso de silicone, inserção no mercado de trabalho, religião e violência.

Nessa edição do evento aparece na temática a preocupação com lésbicas, todavia, homens trans não são nomeados. Problematizo aqui que a própria autodenominação como homem trans talvez não tenha sido possível pelo fato de a linguagem, inclusive interna, do movimento em ascensão, de certa forma, homogeneizar essas expressões de gênero na lesbianidade, produzindo apagamentos que impossibilitaram a LOCALização desses corpos como expressões de vida específicas e atravessadas por singularidades, até então, não nomeadas.

Como Tenório e Palhano (2022) explicitaram, expressões em inglês como FTM para se referir a essas performatizações masculinas não eram bem compreendidas e divulgadas, como o foram com o desenvolvimento e democratização do acesso à *internet* pela população LGBTQIAP+. Nesse sentido, o ativista Xande Peixe revela um percurso marcado por desafios e questionamentos sobre o reconhecimento de sua identidade de gênero como homem trans. Em entrevista concedida ao *site* hshjovem.abiaids.org.br, Xande compartilhou

aspectos fundamentais de sua trajetória ao afirmar: "Eu sempre fui homem, mas não sabia muito sobre transgêneros. Me reconheci como homem trans há oito anos, quando passei a tomar hormônios. Na época, eu estava liderando a presidência da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APLGBT) e passei a participar de grupos para debater mais sobre as questões dos homens trans"(Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, 2020).

Como relatado por Alexandre Peixe, seu reconhecimento como homem trans se deveu a um processo que, mesmo ao participar de eventos para discussões de pautas relacionadas à comunidade LGBTQIAP+, discussões sobre masculinidades transexuais não estavam presentes. Peixe e Morelli (2018) comentam que, em alguns momentos da trajetória de Xande, o ativista se reconhecia como lésbica. Somente em 2004, em uma conversa com Pamela Anderson, travesti ativista já falecida, foi confrontado com a possibilidade de pensar sua expressão de gênero a partir da produção da masculinidade.

Ao retomar reflexões sobre as edições do ENTLAIDS, em 1996, o IV Encontro voltou a ser sediado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), com o tema "Conquistando novos espaços" (Silva; Barboza, 2009). Essas três edições do Encontro representam momentos significativos na história da busca por políticas de prevenção e conscientização sobre HIV/Aids, bem como na promoção da igualdade e no enfrentamento dos desafios sociais enfrentados por grupos marginalizados.

De acordo com Carrijo et.al (2018) o encontro possibilitou discussões e implementações de estratégias externas à prevenção e enfrentamento da epidemia da AIDS entre travestis e transexuais. O evento reuniu não apenas especialistas e profissionais da saúde, mas também diversas lideranças do movimento que desempenharam papel crucial na definição de abordagens práticas diante deste desafio de saúde pública. Carrijo et.al (2018) destaca a presença marcante de Keila Simpson, cujo engajamento na causa se mostrou fundamental ao longo dos anos.

No que se refere ao V ENTLAIDS, sediado em São Paulo (SP), reuniu 280 participantes em torno do tema "Abrindo novos caminhos". Já a sexta edição do evento, realizado no Rio de Janeiro (RJ), em 1998, reuniu 230 pessoas, porém, há uma lacuna de informações sobre os detalhes e especificações desse encontro (Silva; Barboza, 2009).

Já o VII ENTLAIDS, sediado em Fortaleza (CE), em 1999, desempenhou um papel crucial ao abordar questões relevantes como Políticas Públicas de Aids, Religião e Homofobia, Violência Policial e Direitos Humanos (Carvalho; Carrara, 2013; Silva; Barboza, 2009). Esse encontro representou um esforço colaborativo para promover a conscientização e

ações estratégicas em questões urgentes enfrentadas por esses grupos rumo à construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente.

Nesse sentido, considero relevante uma reinterpretação dos acontecimentos passados e dos dados memorialísticos que permitem uma visão mais ampla e crítica desses eventos, provocando reflexões sobre a participação dos homens trans nesse cenário. A luta pela visibilidade e por políticas públicas destinadas a atender às demandas de determinados grupos sociais é um processo dinâmico que, frequentemente, passa por transformações ao longo da história. Tal constatação nos conduz à reflexão sobre a presença de homens trans nestes encontros, conforme descrito por Banke e Tenório (2021):

A luta pela visibilidade era uma luta pelo não apagamento das nossas existências, um modo de dizer que não existíamos apenas numa dimensão da individualidade, existíamos em todos os lugares e em todos os tempos, e o nosso primeiro impulso coletivo quase arqueológico foi de nos fazer visíveis e existentes. (Banke, Tenório, 2021, p. 20).

Esses esforços serão reinterpretados e reconfigurados, resultando na criação de novos marcos interpretativos ou até mesmo na perda de relevância de outros como, por exemplo, a invisibilidade social e existencial das identidades dos homens trans e sua efetiva participação dentro de um movimento organizado (Silva, 2011; Banke; Tenório, 2021).

Conforme Silva e Barboza (2009), no ano de 2000, o VIII Encontro Nacional de Travestis e Liberados na Luta contra a Aids (ENTLAIDS)¹⁶ marcou um momento significativo ao ser sediado em Cabo Frio (RJ). Além disso, o evento reuniu um total de 200 participantes, representando uma quebra de paradigma por ser o primeiro a ocorrer fora de uma capital, evidenciando uma descentralização geográfica desses encontros.

As discussões explicitadas até este ponto do texto permitem problematizar que a invisibilidade não foi/é uma escolha por parte dos homens trans. Antes, uma condição historicamente exigida, impondo um desafio a ser enfrentado para alcançar o reconhecimento como titulares de direitos na sociedade.

Como destacado por Banke e Tenório (2021), no início dos anos 2000, a ausência de reconhecimento das transmasculinidades no Brasil ainda refletia tais processos históricos que dificultavam o posicionamento das expressões de homens trans, tanto no movimento social

¹⁶ Entretanto, ao consultar os registros históricos disponíveis no site da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), emerge uma aparente discrepância na informação. De acordo com os dados fornecidos pela ANTRA, o “VIII ENTLAIDS tem mais uma novidade, pois dessa vez sai da capital e é sediado numa cidade do interior e a escolhida foi Campos dos Goytacazes” (Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2018, n.p).

quanto nas discussões acadêmicas. talvez esse silenciamento tenha contribuído para que homens trans tomassem a invisibilidade como uma forma de proteção contra as violências, inclusive no âmbito das ausências linguísticas, de um sistema patriarcal que exerce um controle desmedido sobre nossos corpos designados como de sexo/gênero feminino. Cabe ressaltar, que a partir de 2002 os encontros nacionais tomaram uma nova dinâmica, passando a ser realizados bianualmente.

Ainda de acordo com Silva e Barboza (2009) em 2002, o IX Encontro, ocorrido em Curitiba (PR), foi especialmente marcante ao enfatizar a necessidade do reconhecimento do direito à cidadania livre de estereótipos para a comunidade travesti. As discussões e debates nesse encontro se concentraram na abordagem de questões fundamentais, como saúde, segurança e a efetiva participação nas políticas públicas (Silva; Barboza, 2009). A ênfase recaiu sobre a importância de garantir uma cidadania plena, desvinculada de estereótipos, e garantir condições de igualdade, respeito e inclusão nos processos sociais, legais e de saúde para a população trans. Mas, movido por inquietações provocadas por Banke e Tenório, qual população trans?

A série de eventos, durante esses anos, foi fundamental para a capacitação e união de ativistas, organizações e líderes comprometidos em abordar questões de saúde e direitos humanos enfrentados pela comunidade de travestis e outras minorias. Isso possibilitou a construção de estratégias mais eficazes para lidar com os desafios e para promover a conscientização e a igualdade, inclusive novas alianças entre movimento social e universidade.

O X Encontro foi realizado em Porto Alegre (RS), em 2003. Esse evento foi marcante devido ao aumento do envolvimento e participação das Organizações Não Governamentais (ONGs) presentes, demonstrando a entrada dessas entidades nas discussões da promoção da conscientização e na formulação de estratégias de enfrentamento dos desafios enfrentados pela comunidade travesti. Além disso, vários outros encontros e eventos foram realizados, como o XI ENTLAIDS em Campo Grande (MS), no ano de 2004 (Silva; Barboza, 2009, Silva, 2011, Banke; Tenório, 2021). Em 2005 foi realizado na cidade de Florianópolis (SC), o XII ENTLAIDS, com um total de 200 participantes, e o tema “Políticas Públicas na Diversidade”. Nesse evento,

[...] Alexandre dos Santos conhecido como Xande Peixe, foi um dos homens transexuais a se constituir enquanto uma referência dentro desse movimento. Ele participou na elaboração do Projeto Transexualizador do SUS (PTS), apontando as demandas dos homens *trans* com as cirurgias de histerectomia e mastectomia e foi intitulado presidente da Associação da Parada de Orgulho do LGBT (APOGLBT) de

São Paulo. O Núcleo de Apoio a Homens Trans (NAHT) foi criado em 2011 na cidade de São Paulo, representado pelo coordenador, Andreas Boschetti. Primeiramente, eles tinham dois objetivos principais: o primeiro era fornecer apoio psicológico e médico a homens *trans* que se identificaram recentemente e o segundo consistiu em promover a sua recolocação no mercado formal de trabalho. Andreas Boschetti explicou que o projeto do NAHT para 2012 seria a criação de uma ONG nacional com uma sede regional. A partir das demandas anunciadas pelo NAHT, foi criado em junho de 2012 a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que tem como objetivo a promoção da cidadania, saúde e os direitos humanos da população de homens *trans* e LGBT no Brasil (Araújo, 2021, p. 39).

No contexto histórico brasileiro, é pertinente observar que a consolidação do movimento social em prol dos homens trans teve seu início aproximadamente três décadas após o início da luta das travestis e mulheres trans (Banke; Tenório, 2021). Ao ter cautela para não produzir o que chamo de “apagamentos”, cabe problematizar que a constituição do movimento social pelos direitos e visibilidade dos homens trans também contou com aliadas e aliados que atuavam/atuam no contexto acadêmico de produção de conhecimento. Nesse sentido, é necessário reconhecer que a pesquisa e discussões sobre a temática no âmbito das universidades, eventos científicos e formulações de políticas públicas de educação, saúde e segurança, se reproduziram (se produzem) por movimentos de coalizão entre pesquisadoras, pesquisadores, trans ou não, bem como a contestação oriunda do movimento social organizado.

No campo da saúde da população trans e LGBT, contamos com contribuições importantes de aliadas e aliados das pessoas trans para ampliar o alcance dos debates e vincular a produção de conhecimento com a propositura e implementação de políticas públicas na área da saúde. Miskolci *et al.* (2022) ao provocarem esforços intelectuais para discutir a saúde da população LGBT no sul e sudeste do Brasil, elencaram algumas dificuldades e problemas enfrentados para acesso a serviços do sistema Único de Saúde (SUS). Apontam como desafios

(...) o acesso de LGBTI+ ao SUS; a necessidade de capacitação de profissionais; a interiorização e descentralização de serviços sensíveis à LGBTI+; as distintas formas de violências e discriminação; lacunas de pesquisas em saúde de segmentos específicos, como de lésbicas, bissexuais, intersexos e outras minorias sexuais. Os resultados corroboram a urgência da implementação plena da “Política Nacional de Saúde Integral de LGBT”. O reconhecimento das demandas dessa população contribui para alcançar os princípios que norteiam o SUS (Miskolci *et al.*, 2022, p. 3821).

Na área da Educação, também encontrei pesquisas de parceiros e parceiras que, mesmo não autorrepresentando como pessoas trans, auxiliam a ampliar o debate sobre a

visibilidade e direitos da população LGBT durante os diferentes níveis e etapas do processo de escolarização.

Silva e Prado (2023) discutem empecilhos enfrentados por pessoas transexuais na educação superior. Ao se basearem em Andrade, destacam o processo de “evasão voluntária” que acomete esses sujeitos. Para a autora e o autor “práticas sexistas, machistas, misóginas, xenófobas e as demais formas de disseminação de preconceito” (Silva; Prado, 2023, p. 291) são vivenciadas por essa população no interior de instâncias ditas “educativas”, desrespeitando, estigmatizando e violentando esses corpos em uma estratégia “invisível” de expulsá-los dos bancos escolares.

Prado e Altmann (2023), ao se preocuparem com processos de acesso e permanência do que denominaram de “estudantes LGBTQIA”, destacam a timidez da produção da área da Educação sobre o tema. Dos estudos encontrados e analisados pelo autor e autora, destaco que:

[...] em sua maioria, são da área da Psicologia, não explicitam conceitualmente os termos gênero e sexualidade, utilizam o termo “diversidade” de maneira geral, fato que nubla possibilidades de compreensão pormenorizada sobre vivências universitárias de estudantes LGBTQIA+. Também não dialogam com estudos consolidados no campo dos estudos de gênero, Teoria Feminista ou Pós-estruturalismo e recorrem, prioritariamente, a pesquisas de abordagem quantitativa e instrumentos padronizados para a geração dos dados (Prado; Altmann, 2023, p. 15).

Ao focarem em discursos da Biologia em livros didáticos, suas representações e provocações a partir de estudos pós-estruturalistas, Santos, Silva e Martins (2021) se posicionam em favor de uma biologia menor que poderia contribuir para construirmos a ideia de corpo e, conseqüentemente, de binarismos que envolve os gêneros e sexualidades. Para os autores e a autora, seria possível ações em que “potencializemos tecituras de gêneros e sexualidades desalinhados, minoritários, como também de processos de criação e resistências de todas as formas de desejar e vivermos os nossos corpos” (Santos; Silva; Martins, 2021, p. 395).

Ao resgatarmos o período de maior participação de homens trans nas discussões, três décadas depois dos momentos iniciais do movimento de travestis e transexuais aqui registrados (Banke; Tenório, 2021), demarco como importante a criação da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT).

Corroborando essa discussão, Ávila (2014, p. 193), aponta que Leonardo Tenório foi oficializado presidente da ABHT e que, ao se referir as diferentes expressões utilizadas para (auto) representação como homem, em seu discurso sinalizou que iria reconhecer todas as possibilidades de autoidentificações: homens trans, transhomens, FTM, transgêneros etc.

como possíveis, apontando que o objetivo da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT) era somar e, não dividir.

O XIII ENTLAIDS que ocorreu em Goiânia (GO), em 2006, contou com 200 participantes, com o tema: “Um Brasil de Todos é um Brasil sem Transfobia”. Logo, em 2007, São Paulo sediou a XIV edição do evento, destacando debates em torno da identidade transgênera. Este evento foi marcado por discussão contundente em torno dos desafios e necessidades enfrentados pela comunidade transgênera, reforçando a importância contínua dos encontros como plataformas de discussão e ação para a defesa de direitos, a promoção da igualdade e o enfrentamento do estigma e da discriminação. O tema eleito foi “Cidadania, um direito para tod@s” e contou o número de 200 participantes (Silva, 2011; Araújo 2021, Silva; Barboza, 2009).

Durante os anos de 2008 a 2013, o Brasil testemunhou uma série de encontros significativos que desempenharam papéis essenciais no avanço dos direitos e na visibilidade das identidades trans no contexto nacional.

Como relatado por Athaide (2013), o XV ENTLAIDS, realizado em Salvador (BA) em 2008, com o tema "Abrindo Horizontes para a Cidadania", reuniu 200 participantes. Nessa ocasião, temas relacionados à inclusão social e cidadania foram envolvidos, contribuindo para o início do reconhecimento das demandas específicas das identidades trans.

O XVI ENTLAIDS, ocorrido no Rio de Janeiro em 2009, com o tema "Muito Prazer Eu Existo", destacou discussões relevantes, especialmente em torno do projeto de lei nº 2976/08 apresentado pela até então deputada federal Iara Bernardes do Partido dos Trabalhadores (PT). De acordo com Athaide (2013), esse projeto visava a possibilidade de inclusão do nome social, ao lado do nome e pronomes oficiais em documentos de identificação como o RG. Com uma média de 180 participantes, o evento contribuiu para a conscientização e diálogo sobre os direitos legais das pessoas trans.

Em seguida, o XVII ENTLAIDS, realizado em Aracaju, em Sergipe, em 2010, com o tema “A Conquista da Cidadania Pelo Fim da Transfobia”, atraiu ativistas de diversas regiões do país. Esse encontro focou no debate e na avaliação das políticas externas para as travestis e transexuais, avanços para a melhoria da inclusão e dos direitos desses grupos. Cabe ressaltar que foi a partir de 2010 que os homens trans ganharam espaço nos Encontros, pois teve a participação de João Nery, ativista e representante dos homens trans (Athaide, 2013; Banke; Tenório, 2021), e de outras representações no campo do ativismo, como Leonardo Peçanha, Guilherme de Almeida e Bruno Santana, homens trans que se insurgiram contra as barreiras

acadêmicas e sociais e se consolidaram nos últimos anos como autores e referências na luta dos homens trans (Boffi, 2022, p. 44).

Além dos homens trans citados anteriormente, cabe destacar o nome de João Nery, homem trans e ativista. Foi um dos pioneiros na promoção da discussão e visibilidade das questões de gênero e reconhecimento das identidades dos homens trans no Brasil.

João W. Nery, conhecido como o primeiro homem trans brasileiro a se submeter a cirurgias e processo de hormonização, ainda na década de 1970, compartilhou algumas experiências no livro autobiográfico "Erro de Pessoa: Joana ou João?" (1984). A obra de João está centrada em suas vivências pessoais relacionadas à sua expressão de gênero¹⁷.

A trajetória de militância de João Nery, como destacado por Banke e Tenório (2022), foi marcada por muitos desafios ao longo do tempo. João percorreu o território brasileiro para divulgar seu livro e realizar palestras, expandindo assim o alcance de suas experiências e mensagens sobre masculinidade trans.

O impacto de seu trabalho lhe rendeu honrarias, como o título de doutor *honoris causa* concedido pela Universidade Federal do Mato Grosso. João Nery recebeu uma homenagem oficial por meio da entrega de uma carteira profissional do sistema de Conselhos de Psicologia, um reconhecimento que foi entregue à sua viúva no Rio de Janeiro. Além disso, sua contribuição foi imortalizada com o nome atribuído ao ambulatório de atendimento à saúde trans em Niterói (RJ). A dedicação de João Nery à causa da visibilidade trans e sensibilização da sociedade só cessou quando foi acometido por um câncer de pulmão, em 2018, culminando em seu falecimento no mesmo ano (Banke; Tenório, 2022).

João Nery, foi uma das maiores influências nas conversas acerca da identidade de gênero e dos direitos trans no contexto brasileiro. Além de sua significativa contribuição, diversos homens trans dedicaram e continuam dedicando esforços em prol de nossa comunidade, reivindicando nosso direito à existência. Essa luta e engajamento encontram espaço nos encontros e eventos, onde diversas pautas são debatidas e delineadas. Diante desse contexto, retorno aos momentos históricos do ENTLAIDS.

¹⁷ Em 2011, depois de incluídos os acontecimentos posteriores a 1984 da vida do João W. Nery – inclusive a experiência da paternidade –, o livro Erro de Pessoa foi reeditado e lançado sob o título Viagem Solitária: Memórias de um transexual trinta anos depois (NERY, 2011). A maior parte da vida do João é um “caso clássico” de transexualidade vivida na ótica da heterocisnormatividade. Mas o João mudou bastante desde antes da publicação do seu segundo livro, provavelmente em função do contato com as teorias de gênero e o diálogo com outros trans ativistas, pessoas trans e acadêmicos. O que veio de muito bom com essa republicação de seu livro foi uma grande visibilidade trazida aos homens trans, pois o João passou a aparecer muito na televisão, nas universidades e na internet. Depois de mais de trinta anos ocultando sua identidade de todos (até de seu filho), João “saiu do armário” para lutar pelos direitos dos homens trans, num contexto social totalmente diferente de 1984 (Bake; Tenório, 2022, p.88).

De acordo com Athaide (2013) o XVIII ENTLAIDS, sediado na cidade de Recife, em Pernambuco, em 2011, abordou o tema "Por Dignidade e Respeito" e reuniu cerca de 100 participantes. Athaide relata que esse encontro continua a contribuir para a discussão e conscientização sobre os direitos e o respeito às identidades trans.

Já o XIX ENTLAIDS, realizado em Brasília, Distrito Federal, em 2012, sob o tema "Da Transfobia à Cidadania: políticas para a redução de vulnerabilidade e riscos", envolveu aproximadamente 150 participantes. Esse encontro deu destaque às políticas específicas para reduzir a vulnerabilidade e os riscos enfrentados pela comunidade trans no Brasil.

O XX encontro aconteceu em 2013, na cidade de Curitiba, Paraná. Destacou o tema "Da Formação à Prevenção", concentrando-se na elaboração de estratégias para fortalecer o exercício da cidadania da população trans brasileira. Esses encontros progressivos refletem um período de avanço na luta pela identidade pelos direitos e na visibilidade das pessoas trans no país (Athaide, 2013). Entretanto, durante o evento, foi deliberado em plenário que o encontro passaria a ocorrer a cada dois anos.

A cidade escolhida para sediar a XXI edição em 2015 é a cidade de João Pessoa na Paraíba, todavia, devido a problemas econômicos e sinais de declínio em níveis estaduais e municipais, os organizadores do evento fizeram alterações e o XXI, ocorreu em 2016, sediado em Campo Grande, no estado do Mato Grosso junto com a eleição da ANTRA (Porcino *et al.*, 2019; Athaide, 2013; Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2018).

Essa mudança de periodicidade entre os encontros buscou melhorar a qualidade, impacto e a organização desses eventos, permitindo uma abordagem mais aprofundada e estratégica para questões e debates pertinentes às travestis e transexuais no Brasil. Reflete também uma adaptação no formato do ENTLAIDS que passou por uma abordagem mais estruturada e eficaz, mantendo o compromisso com a promoção dos direitos e visibilidade dessas comunidades (Porcino *et al.*, 2019; Athaide, 2013).

Ao longo dessa trajetória de luta pelos direitos e visibilidade a presença de homens trans aumentou progressivamente em eventos estaduais ou regionais. Portanto, considero destacar alguns homens trans que participaram desses movimentos.

No Brasil, Alexandre Peixe, de São Paulo, foi o primeiro homem trans ativista amplamente conhecido dentro do movimento LGBTQIAP+ brasileiro, tendo inclusive sido presidente da Associação da Parada do Orgulho Gay (APOGLBT) de São Paulo, uma das maiores paradas LGBTQIAP+ do mundo. Havia outros homens trans se colocando como ativistas no Brasil, com atuações restritas à sua localidade. Alexandre Peixe chegou a ser conhecido em outros lugares do país por conta da importância econômica e populacional de São Paulo. Também no estado de São Paulo, atuavam Régis Vascon; Lam Matos; e Maurício/Andreas Boschetti fazia um trabalho de ajuda na colocação profissional de homens trans, chegando a

acompanhá-los em entrevistas de empregos. O cearense Sillyvo Lucio e o paraense Raicarlos Coelho já existiam nos espaços políticos dentro de seus estados e municípios, mas, naquele momento, não obtiveram nenhum grande apoio de ativistas e lideranças do movimento LGBTQIAP+. Em alguns anos depois, Gil Santos (SP) – militante trans no movimento sem teto, de início sem ligação direta com o movimento de homens trans e depois no IBRAT – representou o segmento de homens trans no Comitê Técnico Nacional de Saúde Integral LGBT, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Homens trans também participaram de campanhas para reforçar a importância do nome social no Sistema Único de Saúde (SUS), garantido através da Portaria nº 1.820/200939 do Ministério da Saúde. No Rio de Janeiro, Guilherme Almeida chegou a pesquisar e demandar melhora nos serviços de saúde de atendimento a pessoas trans (Hospital Universitário Pedro Ernesto – HUPE/UERJ, Hospital Universitário Clementino Fraga Filho – HUCFF/ UFRJ e no Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione – IEDE), e a compor o Conselho Estadual LGBT do Rio de Janeiro. Na Paraíba, Diego Rodrigues e Eduardo Hallier Ribas colaboraram com a construção do serviço ambulatorial de atendimento a pessoas trans em João Pessoa e de um Centro de Referência LGBT do Governo do Estado (Banke; Tenório, 2021, p. 21).

Paralelamente a essas reivindicações e propostas do movimento social a discussão acadêmica também avançou no que se refere à defesa de direitos, inclusive do acesso e permanência educacional, da população trans.

De acordo com Araújo (2021), em 2013 foi criado o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) formado por “transhomens, instituições e pessoas parceiras, acadêmicos, ativistas militantes, estudantes e profissionais voluntários/as, das áreas de saúde, jurídica, comunicação e assistência social” (Araújo, 2021, p. 40). Além disso, a missão e o objetivo do instituto são direcionados para a melhoria da qualidade de vida da população de homens trans, por meio de discussões relevantes que abrangem diferentes áreas de conhecimentos e atuações.

Leonardo Morjan Brito Peçanha (2021), pesquisador, homem negro trans¹⁸, afirma que a identidade política homem trans foi decidida no “I Encontro Nacional de Homens Trans”, em 2015, na cidade de São Paulo, na Universidade Federal de São Paulo (USP). Essa decisão foi acordada pelos homens trans e pessoas transmasculinas presentes no evento. Todavia, Peçanha ressalta a existência da autoidentificação das pessoas que não se identificam como homens trans ou transmasculinos; por esse motivo, “existia uma discussão sobre como se autoidentificar e novos nomes surgiram como boycetas e transmasculines ou transmasculinos” (Peçanha, 2021, p. 135; Banke; Tenório, 2021).

Segundo Luiz Fernando Prado Uchôa (2017) homem trans, jornalista e militante LGBTQIAP¹⁹, a pluralidade das masculinidades trans produz posições de identidades desses homens. Para o autor “não há um tipo de transmasculinidade, pois mesmo que o homem trans

¹⁸ Autoidentificação do pesquisador.

¹⁹ Sigla utilizada pelo autor.

não opte por todas as transformações corpóreas e sua passabilidade seja tida como questionável ele é homem a partir do momento que assim se identifique” (Uchôa, 2017, p. 55).

Segundo Guilherme Calixto Vicente, pesquisador que se autodenomina *boyceta*²⁰ e Caru Costa Brandi (2021), os *boycetas* provocam a nossa ideia de que nem sempre os homens trans recusam o sexo biológico porque não é a genitália que vai fazê-los homens ou mulheres. Segundo os autores, o que difere *boyceta* de homem trans, e outras expressões de gênero, é a autodeclaração. Todavia, para Suome Matheus Vilela de Lima (2021)²¹, a existência de pessoas que se identificam como *boycetas*, transvestigêneres²² e outras identidades transmasculinas desafiam o paradigma tradicional de gênero.

Os *boycetas* reivindicam e reinterpretam a presença de uma buceta/vagina em corpos transmasculinos, como forma de resistência à lógica do “Cistema”, misoginia e machismo. Nessa perspectiva, essas identidades representam uma dissidência de gênero e suas existências são frequentemente apagadas pelo cisheteroterrorismo, que é a redução das pessoas à sua genitália e a imposição de papéis e construções sociais baseados nisso. É importante ressaltar que ter a mesma genitália não significa que as experiências vividas por essas pessoas serão as mesmas (Lima, 2021).

Nessa discussão faz-se necessário problematizar a noção de “Cistema” mencionado por Lima. O termo pretende provocar discussões sobre o sistema social que regula os corpos e subjetividades a partir de uma perspectiva binária, cisgênera, reprodutiva e heterossexista. Ou seja, quando homens trans são representados a partir dessas normas são “produzidos” (e, em alguns casos, se produzem!) a partir da ideia de desvio, abjeção, monstruosidade, sendo, muitas vezes, considerados como inumanos. Nesse sentido, diversas formas de violência contra eles são legitimadas por políticas de estado que visam a exterminá-los, tanto no plano da representação quanto no biológico.

Como relata Vergueiro (2016) essa ideia remete a uma discussão de gênero e sexualidade pelo crivo da crítica decolonial. Para a autora, mulher transfeminista,

(...) analisar a cisgeneridade implica também em uma possibilidade de refletir sobre a normalidade e os dispositivos de poder que produzem sua naturalização: uma análise sistêmica que nos viabilize cartografias críticas acerca das violências institucionalizadas e não institucionalizadas contra as diversidades corporais e de

²⁰ O termo se refere a homens trans e pessoas transmasculinas.

²¹ Se autodenomina *boyceta*, ativista, artista e macumbeiro.

²² Transvestigênera: neologismo que propõe substituir o termo transgênero e ser mais inclusivo, por fundir as palavras transexual e travesti, além de terminar de forma neutra em alusão às pessoas não binárias. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/bijnN> >. Acesso em: 8 de junho de 2023.

identidades de gênero. Para além desta equiparação necessária, analisar a cisgeneridade implica também em uma possibilidade de refletir sobre a normalidade e os dispositivos de poder que produzem sua naturalização: uma análise sistêmica (Vergueiro, 2016, p. 252-253).

De acordo com Peçanha e Neves (2021), os homens trans são atravessados por marcadores sociais e isso contribui para o aumento das formas de violência que os afetam, como a transfobia, que se manifesta de várias maneiras, como exclusão social, preconceito institucional, violência física e verbal, e negação de direitos fundamentais. Para esses autores, a falta de reconhecimento de sua identidade de gênero, desrespeito do pronome e nome social etc. são desafios significativos que os homens trans enfrentam ao buscarem reconhecimento nos espaços sociais.

Nesta perspectiva, em seu estudo denominado *Micropolíticas de exclusão: as dificuldades no acesso e permanência das pessoas trans na educação*, André Lucas Guerreiro Oliveira (2018) aborda as dificuldades também enfrentadas pelos homens trans para permanecerem nos espaços educacionais. Essas relações entre o sistema educacional e a hierarquização social determina quais sujeitos têm seus direitos garantidos e quais têm seus direitos violados. Além disso, deve-se pensar no direito à educação e a questão de quem é considerado cidadão para acessar os benefícios legais.

Em alguns casos, a exclusão é tão eficaz que revela uma lógica que desconsidera a humanidade da população trans (Oliveira, 2018). Diante disso, a invisibilidade e o não reconhecimento das expressões de gênero dos homens trans nos diferentes espaços sociais, dentre eles nas IES, contribuem para sua exclusão e marginalização.

Como exemplo dessa exclusão, cito a pesquisa desenvolvida por Adelaine Ellis Carbonar dos Santos (2020), que teve como objetivo investigar o impacto das experiências vivenciadas por homens trans na Educação Superior em instituições do Sul do Brasil. O estudo consistiu em entrevistar 10 homens trans. Os resultados indicam que a Educação Superior é moldada pela cisheteronormatividade. A pesquisa demonstrou que, ao “acessar” os espaços acadêmicos, estes homens trans necessitam realizar táticas de permanência, explicitando as relações de poder que constituem estes espaços” (Santos, 2020, n.p.).

Além disso, segundo o estudo, a presença dos homens trans na Educação Superior desestabiliza as normas dominantes, abrindo caminhos para novas configurações espaciais e relocando-os nas relações de poder. Dessa forma, perturbando as relações espaciais, eles são relocados simultaneamente nas relações de poder entre o centro e a margem na

constituição de suas múltiplas espacialidades por meio de suas vivências acadêmicas (Santos, 2020).

Outro estudo que colabora para essa discussão é o de Samuel Moreira de Araújo (2021). O pesquisador analisou as experiências educacionais do que denominou de “estudantes transexuais masculinos” em instituições de ensino. O estudo constatou que esses estudantes enfrentam várias dificuldades, tanto na educação básica quanto na superior. Os desafios incluem a recusa do reconhecimento do nome social dos estudantes, problemas relacionados ao uso de banheiros e participação em aulas de educação física, discriminação por parte dos gestores escolares e restrições para ingressar no mundo do trabalho. Esses desafios variam em cada nível educacional, apresentando diferentes níveis de pressão heteronormativa e particularidades específicas.

Em uma perspectiva crítica sobre como as pessoas trans enfrentam desafios em busca de reconhecimento e inclusão no âmbito acadêmico, o interesse da população trans em relação aos espaços educacionais pode ser compreendido a partir de duas perspectivas distintas. Por um lado, observa-se o envolvimento do movimento social institucionalizado em esferas de controle social, onde há uma disputa em torno de questões educacionais. Por outro lado, destaca-se a atuação direta da comunidade de pessoas trans que, por meio de demonstrações persistentes de resistência, passa a reconhecer o ambiente escolar/universitário como um espaço a ser ocupado (Oliveira, 2015).

No entanto, ainda há outros desafios a serem superados, como as microagressões e a discriminação que continuam sendo obstáculos para estudantes trans. A “discriminação tem impacto em várias facetas da vida das “pessoas trans”, como por exemplo a escola, o trabalho, os serviços de saúde ou a religião” (Gato, 2022, p. 44). Essas manifestações de violências constituem formas de opressão à diversidade, muitas vezes fundamentadas em preconceitos arraigados e estereótipos. Cabe mencionar a divergência na nomeação de diferentes formas de violência, ou seja, para os efeitos desta Dissertação: *bullying* e transfobia que emerge como um ponto crítico de conflito conceitual. Isso pode ser observado tanto pela entrada ou retomada dos estudos na escola e/ou universidade, quanto pelas discussões que amparam as temáticas de gênero e diversidade na educação (Gato, 2022; Escote; Garcia, 2020).

Nesse sentido, Foucault (2011) convoca-nos a contemplar a dinâmica de *poder e resistência*. A resistência pode ser entendida como uma força que se configura em constante relação com sua contraparte resistente, o poder, como delineado pelo autor, manifestando-se de maneira difusa e relacional. É nesse jogo de interações que se delineiam as ações afirmativas e se viabiliza o acesso de grupos sociais marginalizados ao ambiente universitário.

Isso remete à problematização de processos de supressão de direitos enfrentados pelos homens trans. Entre as dificuldades mencionadas, o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação ainda parecem ser áreas de disputa, não totalmente respaldadas pelo direito à Educação "garantido" pela Constituição Federal (Brasil, 1988), o que aponta para desafios potenciais na busca pela profissionalização dessa população.

Isso posto, apresento a delimitação metodológica elaborada para conduzir o atual estudo. Cabe destacar que as estratégias foram TRANSmudando a partir das possibilidades produzidas pelo campo e *lócus* da pesquisa.

3 DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA

A presente proposta utilizou a abordagem qualitativa. Os estudos orientados por ela têm a finalidade de identificar e descrever relações e significados produzidos pelos sujeitos em determinados contextos. Segundo Marília Cecília de Souza Minayo (2009), a pesquisa qualitativa visa compreender as relações socioculturais que os sujeitos atribuem às suas experiências. A autora destaca que “esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (Minayo, 2009, p. 21). Ou seja, a pesquisa qualitativa está centrada em compreender as explicações das relações sociais.

Embora a autoras citadas para me referenciar acerca da abordagem qualitativa não se filiem a uma perspectiva pós-crítica, na qual está dissertação se inspira, foi importante buscar o aporte conceitual para que possíveis lacunas sejam superadas. Uma delas se refere a não levar em consideração grupos humanos que, historicamente, foram marginalizados e excluídos do processo democrático. Tal crítica, mesmo implícita, pode ser observada em Meyer e Paraíso (2021). Como argumentou Paraíso (2004, p. 295):

É possível dizer, então, que as pesquisas pós-críticas em educação no Brasil têm contribuído para a conexão de campos, para o desbloqueio de conteúdos, para a proliferação de formas e para o contágio de saberes minoritários. Os sentidos são multiplicados, os conhecimentos expandidos, os espaços de criação e invenção povoados. Elas têm-se posicionado contra a fixidez de significados, de narrativas, de valores, de classificações, de subjetividades, de verdades. Sua força tem sido grande, já que desarruma muito do já pensado na educação e mostra a importância de significar de outro modo, de criar, produzir, multiplicar e proliferar nesse terreno.

O tipo de pesquisa adotado foi a pesquisa de campo. Antônio Carlos Gil (2002) argumenta que a pesquisa de campo é definida:

por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias. No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. (Gil, 2002, p. 53).

Para esta citação provooco a noção de pesquisa de campo no sentido de avançar (não negar) o conhecimento acadêmico até aqui registrado. Também, em um exercício de

adequação do conceito do autor para o desenvolvimento da pesquisa ora registrada. Embora não tenha “permanecido na comunidade” em relação aos sujeitos participantes, em uma estratégia pós-crítica, destaco que eu, como pesquisador, participo do campo investigado por meu reconhecimento como homem trans. Nessa esfera, partilho com Gil e reitero (mesmo sob “alvo” de olhares desconfiados de alguns/algumas “pós-estruturalistas”) a ideia da “importância de o pesquisador **ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo**” (Gil, 2022, p. 53, destaques meus).

Os participantes da pesquisa atenderam aos critérios de inclusão delimitados, a saber: 1) Ser formado ou estar matriculado no ensino superior, em qualquer curso de graduação, independentemente se pública ou privada; 2) Ser maior de 18 anos; 3) Reconhecer-se como homem trans; 4) Aceitar, de forma espontânea, participar da investigação; 5) Entregar, assinado, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foram adotados os seguintes critérios de exclusão: a) no caso de alunos matriculados na educação superior, aqueles que estiveram temporariamente desligados do curso devido a trancamento de matrícula ou mobilidade estudantil; b) os participantes que não entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) devidamente assinado no prazo máximo de uma semana após o contato inicial; c) além disso, foram excluídos os indivíduos que não possuíam acesso a equipamentos, pacote de dados ou conexão com a internet que permitissem a resposta aos instrumentos para a coleta de dados de forma remota.

Os participantes foram contatados por meio do Projeto Trans 34²³. De acordo com seu idealizador, Matheus Castro, o projeto foi criado com o objetivo de unir a comunidade *trans*, de Patos de Minas e região, para criar uma rede de apoio e aprendizado entre seus integrantes. A iniciativa tem o intuito de transformar, com a participação da sociedade, os espaços e interações para que assegurem o direito das pessoas *trans* e travestis à saúde, ao trabalho, ao estudo e tudo que possibilite uma vida digna e respeitada.

A escolha pelo Projeto Trans 34 se justificou pelo fato de ser um projeto-referência de acolhimento da população trans na região sudoeste do Estado de Minas Gerais, fato que possibilitou integrar pessoas da comunidade que não residem em regiões metropolitanas ou capitais. Cabe ressaltar o fato de que ser integrante do grupo que possibilitou troca de experiências a partir do contato com estudantes de graduação de diferentes cursos e municípios. Ressalto ainda a importância do grupo ser referência, mesmo distante de coletivos

²³ Disponível em: <https://projetotrans34.com>. Acesso em: 4 de agosto de 2022.

reconhecidos nacionalmente em virtude da visibilidade que detêm por estarem próximos de universidades e/ou instituições governamentais.

Para promover interação entre os participantes desse projeto, o idealizador do projeto criou um grupo de WhatsApp® chamado *Transparecer*. Por meio desse grupo, os integrantes se comunicam e compartilham questões cotidianas e agendam encontros informais e formais. Alguns integrantes do grupo são convidados para participarem de eventos sociais que debatem pautas LGBTQIAP+. Atualmente, segundo o idealizador, o projeto atende 31 homens que se autorrepresentam como transexuais.

Com vistas a explicar a proposta e chegar aos possíveis participantes, contei com o apoio do idealizador do grupo, que, gentilmente, apresentou a proposta para os membros e socializou o endereço de *e-mail* e contato telefônico do pesquisador. Dessa maneira, foi solicitado que os interessados entrassem em contato conosco para que pudéssemos lhes entregar o TCLE.

Por se tratar de um público específico, também fizemos uso da técnica *snowball* (“bola de neve”) ou “recrutamento em cadeia”. A técnica de *snowball* consiste em um participante indicar outro de sua rede de convívio que atenda aos critérios de inclusão/exclusão. (Fernandes; Carvalho, 2000). Juliana Vinuto (2014) destaca que a amostragem em bola de neve não é probabilística e utiliza cadeias de referência e de seleção de cada participante na pesquisa, o que facilita de forma útil o acesso a determinados grupos difíceis de serem analisados, como é o caso de homens trans.

Conforme a resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta os procedimentos éticos em pesquisas com seres humanos, foi garantido aos participantes o sigilo sobre informações a serem geradas. Nesse sentido, para minimizar os riscos, nenhuma informação pessoal que pudesse identificar os participantes foi utilizada.

No que se refere a possíveis situações de desconforto em relação a alguma questão formulada nos instrumentos, o sujeito foi avisado que poderia não responder à questão ou desistir de sua participação a qualquer momento do desenvolvimento da investigação. Cabe ressaltar que, durante a entrevista que foi conduzida de forma remota, o participante não foi obrigado, em nenhum momento, a ligar sua *webcam*.

Os dados foram gerados por meio de um questionário, elaborado na plataforma *Google Forms*, cujo *link* foi enviado aos participantes por e-mail ou *WhatsApp*®. A primeira questão que os participantes encontraram ao acessar o *link* foi a solicitação de sua aceitação em participar da pesquisa após terem lido o TCLE incluído nela. Para essa questão, foram elaboradas duas alternativas de resposta: *sim* ou *não*. Os participantes que escolheram a opção

sim foram direcionados, automaticamente, para as demais questões do instrumento, o que não ocorreu com aqueles que escolheram a alternativa *não*.

O questionário foi composto por 19 questões. O tempo médio para responderem ao instrumento foi calculado em dois minutos. Na primeira etapa da pesquisa, o foco das questões foi traçar o perfil socioeconômico dos participantes e mapear indícios de situações de *bullying* transfóbico vivenciadas durante o processo de formação inicial em cursos de educação superior. O instrumento em tela ficou disponível para possíveis participações por um período de 02 meses. Os participantes que responderam no questionário que vivenciaram situações de violências de *bullying* e/ou transfobia foram convidados, por *e-mail*, para uma segunda etapa da pesquisa. Esta consistiu na condução de entrevistas semiestruturadas com a finalidade de produzir dados relevantes para problematizar os objetivos específicos traçados.

As entrevistas foram conduzidas de forma remota, pela plataforma *Google Meet*[®], com duração média de 30 minutos cada. Foram conduzidas entre 27 e 30 de março de 2023, de forma individual e previamente acordada com os participantes. Todas as entrevistas foram gravadas para garantir a fidedignidade da geração dos dados. Os entrevistados foram informados que não haveria obrigatoriedade de ligar a *webcam*.

Para a análise dos dados, apresento, primeiramente, o perfil socioeconômico dos participantes. Para isso, os dados foram tabulados para a produção de quadros e descrições de modo a possibilitar sua melhor compreensão. Já as entrevistas foram transcritas na íntegra para análise, inspirada na técnica de Análise Temática, o que possibilitou a elaboração de eixos problematizadores e temáticas a serem discutidas a partir dos objetivos específicos delineados para a investigação.

Os eixos elaborados, bem como suas respectivas temáticas foram: Eixo Problematizador **1) Homens trans: experimentações de corpos fora das normas**, cujas temáticas foram: a) *Saída do armário: a transição da educação básica para a educação superior*; b) *Violência de gênero para além do binarismo: a violência de gênero contra corpos trans*; c) *A hormonização como política de reconhecimento*; **Eixo Problematizador II Bullying transfóbico na educação superior: das hostilizações pessoais a segregação do espaço**, que possibilitou discutir as temáticas: a) *Espaços de vigilância: O banheiro como espaço de terror e a marcação de corpos abjetos*; b) *Violência de gênero e o desrespeito ao pronome: Um desafio contínuo*; c) *O bullying transfóbico e os agentes de violência: O corpo trans como alvo*; d) *Violência reiterada: Aprendendo a lidar com a dor e trauma*; **Eixo Problematizador III) Agentes Protetivos na Jornada Trans: encontrando apoio em momentos de vulnerabilização**.

4 ANÁLISE E REFLEXÕES DAS TRANSVIVÊNCIAS DE CADA DIA

Nesta seção, apresento as análises dos questionários e das entrevistas conduzidas com os participantes do estudo. No que tange à análise dos questionários, procedi com a descrição do perfil dos participantes, seguida de uma apreciação dos dados obtidos. Posteriormente, para uma abordagem mais aprofundada no escopo do presente estudo, recorri à organização das falas transcritas por meio de eixos problematizadores e temáticas que suscitaram as discussões.

4.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

A fim de designar essas pessoas, utilizei-me de pseudônimos que foram selecionados em um gesto de homenagem a homens trans brasileiros que lutaram, ou ainda lutam, pela visibilidade e direitos dessa população (Quadro 2).

Quadro 2: Pseudônimos dos participantes da pesquisa

Pseudônimo	Descrição
João	Em homenagem a João Nery, homem transexual que realizou cirurgia de redesignação sexual no Brasil em 1977. Foi ativista pelos direitos LGBTQIAP+. Contribuiu para a luta pela visibilidade e identidade de homens trans no Brasil. Seu legado continua a inspirar aqueles que lutam pela igualdade e respeito às diversas formas de expressão de gênero e sexualidade. João Nery faleceu em 2018.
Anderson	Em homenagem a Anderson Herzer, escritor e poeta transexual brasileiro. Foi interno da antiga Febem e teve a vida e versos publicados no livro "A Queda para o Alto". O conteúdo serviu de inspiração para o filme "Vera" (Brasil, 1987). ²⁴
Xande	Em homenagem a Alexandre Peixe, homem trans, negro, pioneiro na luta transmasculina no Brasil numa época quando não se falava sobre o tema. Ativista do movimento social LGBTQIAP+ e do transmasculino brasileiro.
Raicarlos	Em homenagem a Raicarlos Coelho Durans, homem trans, militante LGBTI+. É membro fundador do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) e lutou pela redemocratização do Brasil nos anos 1970 e 1980.
Guilherme	Guilherme Almeida é um dos homens trans conhecido no Estado do Rio de Janeiro por ser considerado como o primeiro a ocupar um cargo de professor numa universidade pública no Brasil, em 2011, na Escola de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aucDTieG4S4>. Acesso: 14 de junho de 2023.

Leonardo	Em homenagem a Leonardo Peçanha. Considerado um dos primeiros homens trans no Brasil a contribuir no debate sobre transmasculinidades negras ao criar o site Negros Blogueiros (2015). É um dos organizadores do livro <i>Transmasculinidades Negras – Narrativas Plurais em Primeira Pessoa</i> , primeiro com essa temática no Brasil. Tem experiência na área sociocultural da Educação Física com os temas: gênero, sexualidade e violência. Atua principalmente com estudos trans com transmasculinidades negras, saúde transmasculina e pessoas trans nos esportes.
Amiel	Em homenagem a Amiel Vieira Modesto, sociólogo, intersexo e transmasculino. É cofundador da Associação Brasileira de Intersexo (ABRAI), Fundador do Observatório Intersexo e coordenador de políticas intersexo do IBRAT.

Fonte: Autor (2023)

Comentado [FT1]: Muito lindo

Após a divulgação da pesquisa nas mídias sociais, conforme descrito na seção anterior, obtive, como retorno, sete questionários respondidos. A seguir, descrevo a caracterização e elementos biográficos desses participantes.

- i. Anderson é um estudante de Humanidades, pardo, sem religião declarada, com 26 anos e vive com um parceiro no interior do Estado do Ceará.
- ii. Amiel é um estudante de Psicologia, branco, umbandista, com 26 anos de idade e reside em um município de grande porte do interior do Estado de São Paulo, vivendo com um parceiro, embora se declare solteiro.
- iii. Guilherme é estudante de Medicina, branco, católico, com 24 anos, solteiro e vive em um município do estado de Minas Gerais.
- iv. João é estudante de Engenharia Mecânica, branco, candomblecista, com 22 anos, solteiro e reside em uma cidade da região do triângulo mineiro vivendo sozinho.
- v. Leonardo, por sua vez, é um estudante de Língua Portuguesa e Libras, branco, umbandista, com 21 anos, noivo e reside em um município de médio porte no Estado de São Paulo com sua família.
- vi. Raicarlos é um estudante de Psicologia, branco, solteiro, evangélico, com 32 anos e reside em uma capital, vivendo sozinho.
- vii. Xande é um estudante de Medicina Veterinária, branco, católico, com 19 anos, solteiro e vive em um município do interior do Estado de Minas com sua família.

A seguir, apresento as características pessoais dos participantes.

Quadro 3: Compilação das características pessoais dos participantes

Pseudônimo	Idade	Religião	Cor	Estado
Anderson	26 anos	Não tem religião	Pardo	Ceará
Amiel	26anos	Umbandista	Branco	São Paulo
Guilherme	24 anos	Católico	Branco	Minas Gerais
João	22 anos	Candomblecista	Branco	Minas Gerais
Leonardo	21 anos	Umbandista	Branco	São Paulo
Raícarlos	32 anos	Evangélico	Branco	São Paulo
Xande	19 anos	Católico	Branco	Minas Gerais

Fonte: Autor (2023)

A média de idade dos participantes variou entre 19 e 32 anos. Em relação à configuração familiar, os dados revelaram que dois participantes vivem com parceiros, dois vivem sozinhos e três moram com familiares. Nenhum deles declarou ter filhos. Em relação à religião, três têm filiação cristã, dois pertencem à umbanda e um ao candomblé. A maioria dos participantes apresenta vínculo com uma religião, sendo a cristã predominante. Seguem-se a umbanda e o candomblé.

Sobre a vinculação religiosa, vale destacar o estudo de Benson, Westerfield e van Eeden-Moorefield (2018) que explorou experiências de sujeitos transexuais em relação às suas crenças religiosas. Os autores destacaram que os participantes podem encontrar apoio e segurança em sua fé, e que a identidade de gênero e a identidade religiosa podem coexistir.

No entanto, segundo os autores, algumas crenças religiosas, como o catolicismo, definem rigorosamente papéis de gênero e podem excluir indivíduos transexuais ou de corpos femininos de certos papéis ou sacramentos. Em contrapartida, Yarhouse e Carrs (2012) constataram que, embora as pessoas transgênero relatem enfrentar obstáculos com as instituições religiosas, elas também relataram experiências positivas que foram úteis para sua transição.

Quando perguntados sobre a autodeclaração de cor, seis respondentes se declararam como brancos e um como pardo. Cabe destacar que os participantes são oriundos de três estados diferentes, sendo três de Minas Gerais (MG), três de São Paulo (SP) e um do Ceará (CE).

No que diz respeito ao perfil de escolarização dos participantes, apresento no Quadro 3 o local em que cursaram a educação básica, a forma de ingresso na educação superior e o tipo de instituição em que estavam matriculados no momento da coleta dos dados.

Quadro 4: Perfil de escolarização dos participantes da pesquisa

Pseudônimo	Local em que os participantes cursaram a educação básica	Forma de ingresso no ensino superior	Tipo de instituição que cursa	Curso
Amiel	Totalmente em escola pública	Enem	Privada	Psicologia
Anderson	Totalmente em escola pública	Sisu	Pública	Humanidades
Guilherme	Parcialmente em escola particular e pública	Vestibular	Privada	Medicina
João	Parcialmente em escola particular e pública	ProUni	Privada	Engenharia Mecânica
Leonardo	Parcialmente em escola particular e pública	Enem	Pública	Língua Portuguesa e Libras
Raícarlos	Parcialmente em escola particular e pública	Vestibular	Privada	Psicologia
Xande	Totalmente em escola particular	Vestibular	Privada	Medicina Veterinária

Fonte: Autor (2023)

No que tange ao perfil de escolarização, quanto ao local em que cursaram a educação básica, três participantes declararam estudar apenas em escola pública, um apenas na escola particular e três tanto na escola pública quanto particular. Já em relação ao ingresso na educação superior, dois ingressaram pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), um pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), um pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e três pelo vestibular tradicional. No que se refere ao tipo de instituição de graduação, cinco participantes estudam em instituições privadas e dois em instituições públicas.

Ao analisar os dados apresentados, a maioria dos homens trans participantes deste estudo ingressou na educação superior por meio de programas governamentais, tais como o Enem, ProUni e Sisu. No entanto, é interessante notar que eles estudam em IES particulares. Essa discrepância entre o acesso à educação superior por meio de programas públicos e sua

matrícula em instituições privadas pode suscitar questionamentos sobre a disponibilidade de vagas e oportunidades nas universidades públicas para esse grupo específico.

Algumas IES, especificamente as universidades federais, implementaram resoluções sobre a inclusão do nome social e reservas de cotas em processos seletivos e programas de pós-graduação para pessoas transsexuais e travestis. Essas ações demonstram um esforço das universidades em promover a inclusão de pessoas trans, mesmo que o número de transexuais e travestis que concluem a educação básica ainda seja baixo (Silva, 2022; Lima, 2020).

Embora programas governamentais tenham sido criados para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades no acesso e permanência na educação superior, é importante questionar se esses programas estão alcançando, de fato, seus objetivos. Nesse sentido, conforme apontado por Prado e Altmann (2023), é necessário pensar que o acesso e a permanência da população LGBTQIA+ nas IES podem estar associados a diversos aspectos. Cabe destacar alguns apontamentos abordados pelo autor e autora referidos como, por exemplo, a dificuldade financeira, a falta de suporte adequado aos estudantes e a experiência de rejeição e exclusão.

De acordo com os resultados do primeiro Mapeamento Educacional das Transmasculinidades (Pfeil, 2023), o ingresso de estudantes transexuais nas IES públicas tem crescido no país. No entanto, cabe ressaltar que a presença ativa das pessoas trans nesses espaços não tem sido suficiente, pois elas ainda continuam sofrendo com as consequências da transfobia. Assim, é preciso compreender as reais razões que levaram a maioria dos homens trans, participantes desta pesquisa, a se matricularem em instituições privadas.

Sobre os cursos de graduação, os dados apontaram uma diversidade entre os participantes em relação à escolha dos cursos de graduação. Sendo que dois optaram por ingressar no curso de Psicologia, enquanto um participante ingressou no curso de Humanidades e o outro no curso de Medicina. Adicionalmente, um participante escolheu o curso de Engenharia Mecânica e um participante o curso de Língua Portuguesa e Libras. Por fim, um participante escolheu do curso de Medicina Veterinária.

No quadro abaixo, descrevo informações sobre o estado civil e a orientação sexual dos participantes desta pesquisa. Cabe ressaltar que, mediante a aplicação de um segundo questionário, foi possível obter informações adicionais sobre a orientação sexual de alguns participantes.

Quadro 5: Estado civil e Orientação Sexual dos participantes

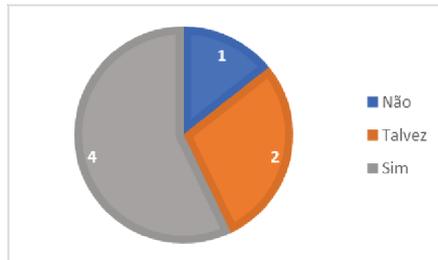
Pseudônimo	Informação sobre com quem residem os participantes	Estado civil dos participantes	Orientação Sexual
Anderson	Vive com parceiro (a)	União estável	Não informou
Amiel	Vive com parceiro (a)	Solteiro	Não informou
Guilherme	Familiares	Solteiro	Heterossexual
João	Sozinho	Solteiro	Não informou
Leonardo	Familiares	Noivo	Pansexual
Raícarlos	Sozinho	Solteiro	Não informou
Xande	Sozinho	Solteiro	Homossexual

Fonte: Autor (2023)

Em relação ao estado civil dos participantes, cinco são solteiros, um está em união estável e um é noivo. Em relação a com quem os participantes moram, dois moram sozinhos, dois moram com parceiro e três moram com familiares. Sobre a orientação sexual dos participantes, quatro não informaram sua orientação, os demais informaram: um heterossexual, um homossexual e um pansexual (Quadro 5).

No questionário também foi perguntado aos participantes se, em sua visão, existe transfobia na educação superior. Conforme os resultados no Gráfico 1, a seguir, quatro participantes responderam “sim”, dois responderam “talvez” e um respondeu “não”. Em síntese, a maior parte dos participantes afirmaram ter vivenciado situações de bullying e /ou transfobia na educação superior.

Gráfico 1: Existe bullying e/ou transfobia na Educação Superior?



Fonte: Autor (2023)

Daqueles que responderam “talvez”, Guilherme explicou sua resposta:

Então, eu respondi talvez porque nunca sofri transfobia de forma direta dentro da universidade. Entretanto, é sabido que a sociedade no geral é muito hostil com pessoas trans e apesar de nunca ter acontecido comigo diretamente, penso que talvez muitas pessoas devam sofrer esse tipo de violência ao estar no ambiente de ensino superior.

Dos quatro participantes que responderam sim, três não justificaram os motivos e um explicou sua resposta:

Isso já aconteceu se eu não me engano, umas seis ou sete vezes ao longo dos cinco anos de ser barrado por colegas e uma vez por funcionários da limpeza da faculdade. Eu me resguardei muito em relação a isso, porque achava o ambiente hostil, a minha sala em si (Entrevista com João, 2023).

Sobre os que responderam “não”, quando solicitados a justificarem os motivos, Xande explicou sua resposta:

Até hoje nunca tive problemas em relação a isso. Até hoje não ocorreu transfobia (Entrevista com Xande, 2023).

De acordo com Silva e Prado (2023), a população transgênera abordada na investigação desenvolvida pela autora e autor aponta que, em algum momento do processo de formação na educação superior, passam por situações transfóbicas. Ao entrevistarem homens e mulheres travestis e transexuais, estudantes de uma universidade pública do interior do estado de Minas Gerais, obtiveram afirmações de experiências transfóbicas vivenciadas por

professores no descumprimento do reconhecimento legal do nome social, problemas na utilização de banheiros e perseguição por servidores da instituição.

A principal foi com a chamada de expor nome pra sala toda, e também em relação a certificados, foi um processo que acabou demorando um pouco, não sei se por falta de conhecimento do pessoal da instituição mesmo. A secretaria do curso me orientou para ir ao bloco 1A pedir pra fazer a alteração e solicitar a carteirinha com o nome social. Até o processo dar certo eu devo ter ido no bloco umas 10 vezes no decorrer de 6 meses por exemplo, nesse período eu tinha que ficar indo até o professor pedir para alterar o nome na chamada, e solicitar correção dos meus certificados junto a coordenação do curso, foi um processo bem chato (P8, 2021) (Silva, 2022, p. 121).

Os participantes também foram questionados se já se sentiram desconfortáveis em diferentes espaços da IES, tais como salas de aula, banheiros, biblioteca etc. Nesse sentido, cinco relataram ter vivenciado desconforto nesses espaços, enquanto dois afirmaram não ter vivenciado essa situação. Nesse sentido, Leonardo disse: “já fui agredido e expulso do banheiro”. Por sua vez, Xande afirmou:

Em relação aos colegas da sala, eu nunca tive problemas, diretamente. Já ouvi alguns falarem, fiquei sabendo que alguns falaram pelas costas, mas ninguém nunca falou nada na minha cara. E eu também não tô nem aí para a opinião deles não (Entrevista com Xande, 2023).

Essas respostas podem ser atribuídas a uma variedade de fatores, incluindo a diversidade de contextos acadêmicos, a heterogeneidade das identidades e vivências trans e as diferentes formas de apoio institucional. Nesse sentido, destaco a importância de uma análise mais aprofundada para compreender fatores subjacentes que contribuem para o desconforto na Educação Superior, bem como para pensar em estratégias eficazes para promover um ambiente inclusivo e acolhedor para esses estudantes.

O Quadro 6, a seguir, apresenta os participantes e seus respectivos cursos de graduação.

Quadro 6: Relação entre curso de graduação e mensalidade

Pseudônimo	Idade	Curso de graduação	Mensalidade
Amiel	26	Psicologia	Não informou
Anderson	26	Humanidades	Pública
Guilherme	24	Medicina	R\$ 1.455,00*
João	22	Engenharia Mecânica	Não informou
Leonardo	21	Língua Portuguesa e Libras	Pública
Raícarlos	32	Psicologia	Não informou
Xande	19	Medicina Veterinária	R\$ 1.927,00 mensais

Fonte: Autor (2023). *Com desconto do Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior)

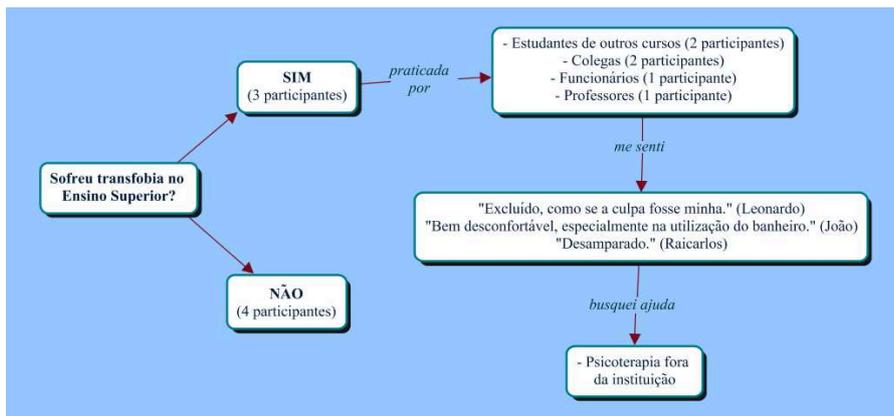
Com base nas informações fornecidas pelos participantes em relação à sua educação superior e às instituições frequentadas bem como às modalidades de ingresso e às formas de custeio das mensalidades, elaborei um breve resumo a partir das informações obtidas no questionário.

Leonardo está matriculado em uma instituição pública, ingressou por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Já Amiel e João estudam em instituições privadas, sendo que Amiel utilizou a pontuação do Enem como critério de admissão, enquanto João é beneficiário do Programa Universidade para Todos (ProUni). Da mesma forma, Raícarlos, Xande e Guilherme também estão vinculados a instituições privadas, tendo obtido ingresso por meio de Vestibular e, no caso de Guilherme, mediante o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Quanto ao custeio, os pais de Guilherme assumem integralmente os gastos de sua mensalidade, que totaliza R\$ 1.455,00 mensais em virtude do Fies. Xande, por sua vez, conta com a responsabilidade financeira dos pais, com uma mensalidade de R\$ 1.927,00. No entanto, não foram fornecidas informações por Amiel e João sobre a forma de pagamento, e Raícarlos não especificou a modalidade de financiamento ou o responsável pelo custeio. Vale ressaltar que Leonardo, por frequentar uma instituição pública, está isento de custos mensais associados à mensalidade do curso.

Relacionando essas informações ao contexto mais amplo, quando perguntados se foram vítimas de transfobia na educação superior, quatro participantes disseram que não. Contudo, três relataram que foram vítimas de transfobia na instituição que estudam e

relataram ter buscado auxílio fora da instituição. A seguir, na Figura 1, encontram-se os relatos de como os participantes se sentiram ao sofrer transfobia.

Figura 1: Sofreu transfobia no Ensino Superior?



Fonte: Autor (2023)

A Figura 1 aponta que boa parte das respostas obtidas permitem vislumbrar que as IES podem se constituir como espaços para a vivência de situações transfóbicas. No que se refere aos dados desta dissertação, falas como se sentir “excluído”, “desconfortável” e “desamparado” foram registradas.

Pesquisas já citadas nesta dissertação corroboram nossos achados ao descortinarem muitas das situações que afetam estudantes trans, independentemente do seu gênero (Silva; Prado, 2023; Silva, 2021; Peçanha; Neves, 2021). De fato, como aponta o estudo de Viana *et al.* (2022), a universidade é “um ambiente transfóbico, catalisador de insegurança e sentimento de não pertencimento, o que dificulta o convívio e leva ao isolamento social.

No que se refere à violência vivenciada, estudantes de outros cursos, colegas, funcionários e professores foram citados como agentes agressores. Assim, tais dados corroboram os resultados da pesquisa de mestrado de Rosilaine Silva (2021), os quais constataram que docentes, estudantes e funcionários se constituem como vetores da violência transfóbica.

Vale destacar alguns dos efeitos que a violência transfóbica produz nos corpos. Destarte, é preciso problematizar a transfobia para além da violência física, não que esta seja menos importante. Sentimentos como exclusão, desconforto e desamparo apareceram por

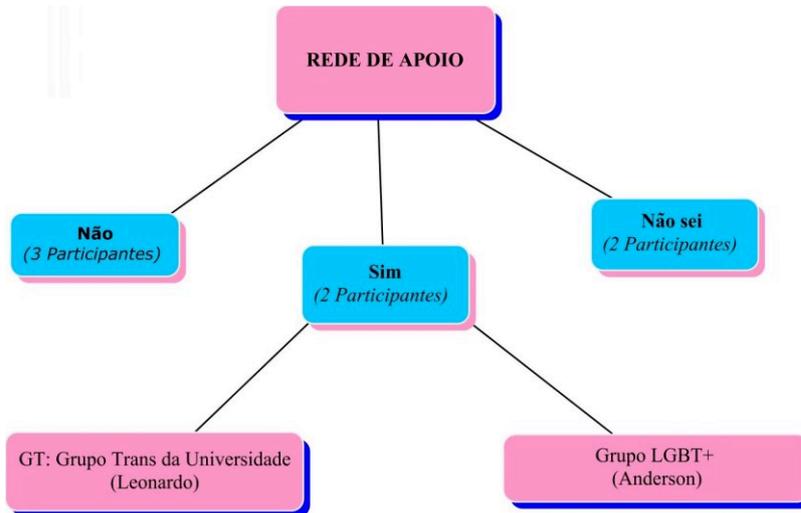
meio dos dados gerados. Caberia questionar: Até que ponto é possível buscar formação profissional em um ambiente forjado por angústia, medo e solidão?

Nesse sentido, Viana *et al.* (2022, p. 7) enfatizam a importância de se educar “todos os profissionais que atuam no *campus*, a fim de que não apenas compreendam e respeitem as pessoas trans, mas também ofereçam suporte para a afirmação de gênero e cultivem um ambiente de apoio, compaixão e cuidado”.

Ao retomar os dados gerados pela pesquisa aqui descrita, podemos perceber que quando vivenciada uma situação transfóbica, a ajuda buscada foi a psicoterapia fora do ambiente educacional (vide Figura 1). É relevante destacar que a terapia pode ser um recurso para ajudar as pessoas trans a lidarem com o impacto emocional e psicológico das experiências transfóbicas. No entanto, o acesso a esse tipo de apoio muitas vezes está condicionado à capacidade financeira das pessoas envolvidas. A existência de uma estrutura de suporte social, composta por familiares e amigos, envolvidos de forma ativa, parece exercer uma função de proteção e acolhimento, como rede de apoio, diante dos inúmeros obstáculos enfrentados por homens trans, especialmente durante sua jornada de transição, sobretudo em virtude de discriminação e da intolerância que enfrentam (Silva, 2018).

No tocante a rede de apoio a vítimas de transfobia na IES, apenas dois participantes afirmaram que suas instituições de ensino possuíam espaços de apoio e proteção para acolher vítimas de transfobia, quando questionados de forma mais específica sobre a existência desses espaços. Duas redes de apoio e proteção foram citadas: “GT Grupo Trans da Universidade” e um grupo de pessoas LGBTQ+ que se reúnem para discussões sobre diversos assuntos, embora o foco desse grupo não seja, diretamente, o combate à transfobia. Uma análise importante a ser realizada a partir dos dados apresentados na figura 2, abaixo, se refere às respostas sobre espaços de proteção existentes no local em que estudam. O fluxograma a seguir (Figura 2) apresenta suas respostas:

Figura 2: Rede de apoio a vítimas de transfobia na Educação Superior



Fonte: Autor (2023)

A criação de espaços de acolhimento dentro das universidades oferece suporte emocional e social, recursos e informações sobre questões relacionadas à identidade de gênero, bem como promover a conscientização e o respeito entre os demais membros da comunidade universitária. Nesse sentido, promover discussões para superar as situações de transfobia por meio da implementação de políticas institucionais embasadas em políticas públicas e programa de assistência estudantil, possibilitam criar condições que facilitam o acesso e permanência de estudantes transexuais nas universidades (Silva; Prado, 2023, p. 289).

Nesse contexto, Rafael Contini Quirino (2018) reforça sobre a importância da rede de apoio que ocupa um papel fundamental na vida das pessoas LGBTQ+. Apesar das adversidades enfrentadas por essas pessoas, o suporte emocional provindo de familiares e profissionais pode fazer toda diferença na vida dessas pessoas que muitas vezes são marcadas pela violência e marginalização. Todavia, Quirino destaca em seu estudo como fatores importantes a amizade como forma de resistência diante da exclusão, já que o apoio emocional fornecido por amigos contribui para o enfrentamento da violência; a família também é ressaltada como um elemento motivador para o enfrentamento dos desafios na vida social das pessoas

LGBT+²⁵. Além disso, o apoio afetivo-profissional desempenha um papel relevante que possibilita aos profissionais adotarem uma postura de alteridade e empatia para a redefinição do valor da existência de corpos que foram silenciados pela sociedade. Esses profissionais promovem a diversidade e a pluralidade, criando espaços mais inclusivos (Quirino, 2018).

Dessa forma, a rede de apoio desempenha um papel essencial e fundamental para a resiliência e o enfrentamento da transfobia enfrentada pelos estudantes dessa dissertação.

Ao disponibilizar espaços dedicados aos estudantes trans, as universidades demonstram certo compromisso com a diversidade e a igualdade, reconhecendo e valorizando os direitos desses estudantes. Cabe ressaltar que a existência de redes de apoio poderia desempenhar um papel importante na redução do índice de evasão entre estudantes transexuais, oferecendo suporte emocional, social e psicológico, assim como recursos específicos para lidar com desafios relacionados à identidade de gênero.

Cerca de 69,7% das pessoas trans são jovens com até 29 anos, esses dados mostram que a busca por educação está intrinsecamente ligada a essa faixa etária, representando mais da metade da população brasileira. Todavia, “se existe uma população jovem de pessoas trans, é necessário garantir o acesso à educação” (França, 2020, p.19). Os dados apresentados por França (2020), sobre o acesso crescente à educação entre pessoas trans no Brasil, em relação à população jovem, é extremamente relevante para compreendermos o panorama educacional e social que reflete tanto nas oportunidades quanto nos desafios enfrentados pelas pessoas transexuais na sociedade.

Sobre o acesso de pessoas transexuais e travestis na universidade, cerca de muitas dessas pessoas conseguem ingressar na universidade. Além disso, 72% não possuem ensino médio, seguido de 56% que não chegaram no ensino fundamental. Os dados apresentados por Silva e Prado (2023) nos instigam a refletir sobre uma realidade preocupante quanto ao acesso de pessoas transexuais à educação universitária.

Após as análises dos questionários, procederei, na próxima seção, com discussões possibilitadas pela condução das entrevistas. A técnica possibilitou produzir respostas mais pormenorizadas acerca dos objetivos desta investigação.

Os eixos problematizadores elaborados, bem como as temáticas que neles surgiram, foram: Eixo Problematizador 1) Homens trans: experimentações de corpos fora das normas, cujas temáticas foram: a) *Saída do armário: a transição da educação básica para a educação superior*; b) *Violência de gênero para além do binarismo: a violência de gênero contra*

²⁵ Termo utilizado pelo autor.

corpos trans, c) *A hormonização como política de reconhecimento*; Eixo Problematizador II) *Bullying transfóbico na educação superior: das hostilizações pessoais a segregação do espaço*, que possibilitou discutir as temáticas: a) *Espaços de vigilância: O banheiro como espaço de terror e a marcação de corpos abjetos*; b) *Violência de gênero e o desrespeito ao pronome: Um desafio contínuo*; c) *O bullying transfóbico e os agentes de violência: O corpo trans como alvo*; d) *Violência reiterada: Aprendendo a lidar com a dor e trauma*; Eixo Problematizador III) *Agentes Protetivos na Jornada Trans: encontrando apoio em momentos de vulnerabilização*.

4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Nesta subseção, após a transcrição na íntegra das entrevistas conduzidas com quatro participantes, apresentaremos as análises dos dados gerados pelo segundo instrumento. Para a realização das análises foram subtraídos de cada objetivo específico desta investigação os núcleos de conteúdo que delimitaram olhar para as possíveis temáticas contidas nas entrevistas. Após a finalização da análise das quatro entrevistas, procedi com a elaboração de eixos problematizadores que aglutinaram as temáticas que surgiram para cada objetivo específico.

As análises empreendidas possibilitaram a elaboração de três eixos problematizadores, cada qual com suas respectivas temáticas: Eixo Problematizador 1) *Homens transexuais: experimentações de corpos fora das normas*, cujas temáticas foram: a) *Saída do armário: a transição da educação básica para a educação superior*; b) *Violência de gênero para além do binarismo: a violência de gênero contra corpos trans*, c) *A hormonização como política de reconhecimento*; Eixo Problematizador II) *Bullying transfóbico na educação superior: das hostilizações pessoais a segregação do espaço*, que possibilitou discutir as temáticas: a) *Espaços de vigilância: O banheiro como espaço de terror e a marcação de corpos abjetos*; b) *Violência de gênero e o desrespeito ao pronome: Um desafio contínuo*; c) *O bullying transfóbico e os agentes de violência: O corpo trans como alvo*; d) *Violência reiterada: Aprendendo a lidar com a dor e trauma*; Eixo Problematizador III) *Agentes Protetivos na Jornada Trans: encontrando apoio em momentos de vulnerabilização*.

A seguir, apresento o quadro 7 com informações adicionais dos quatro participantes que, após responderem ao questionário participaram das entrevistas.

Quadro 7: Características narradas pelos participantes

Pseudônimo	Características narradas
Guilherme 24 anos	<p>Estudante de Medicina em uma IES privada. 2º ano. Optou pelo Financiamento Estudantil (FIES), pois relatou que o valor integral do curso era de R\$ 9.248,00, sendo que com o FIES reduziu a mensalidade para R\$ 1.455,00. Declarou que não trabalha e os gastos são custeados pelos pais. Reside em um município com uma população de 153.585 habitantes. Mora com os pais em uma casa própria, de cinco cômodos. Se autoidentifica como homem trans, branco e heterossexual. Iniciou a graduação depois da transição hormonal. Em relação a passabilidade²⁶, relatou que “sim, pois as pessoas não sabem que sou trans até que eu converse a respeito com elas”.</p>
João 22 anos	<p>Estudante de Engenharia Mecânica em uma IES Privada. Reside em um município com uma população de 699.097 habitantes. Iniciou o processo de hormonização durante o curso de graduação. João foi o único que não respondeu ao segundo questionário a ele encaminhado para complementar informações pessoais, recurso este utilizado após a Qualificação de Mestrado.</p>
Leonardo 21 anos	<p>Estudante de Língua Portuguesa e Libras em uma IES pública. É neurodivergente (autismo grau 1). Relatou que trabalha, mas não é independente financeiramente, sua renda é de até R\$ 300,00 mensais. Reside em um município com uma população de 254.822 habitantes. Mora em um apartamento de quatro cômodos cedido pela tia. Se autoidentifica como homem trans, branco e pansexual²⁷. Até a data da entrevista não tinha iniciado a hormonização devido a demanda do sistema de Saúde (SUS) em atender pessoas transgêneros. Em relação a passabilidade, relatou que não tem muita, pois ainda o “chamam no feminino”.</p>
Xande 19 anos	<p>Estudante de Medicina Veterinária em uma IES Privada. No momento da entrevista estava no 6º período do curso, cuja mensalidade era de R\$ 1.927,00, sendo custeada pelos pais. Trabalhava, mas declarou que não é independente financeiramente. Reside em um município com uma população de 153.585 habitantes. Mora com o pai em uma casa própria de cinco cômodos. Se autoidentifica como homem trans, branco e homossexual. Não iniciou a hormonização devido a problemas de saúde e relatou apresentar um quadro de hipertireoidismo. Pretende passar pelo processo após tratamento médico. Em relação a passabilidade, relatou que não a tem pela aparência, mas é respeitado por todos os professores e colegas de curso.</p>

Fonte: Autor (2023)

Após apresentar os participantes, siga com as análises por eixo problematizador com suas respectivas temáticas.

²⁶ o termo "passabilidade" passou a ser usado pela comunidade trans para se referir a pessoas trans que "passam" como pessoas cisgênero.

²⁷ Pessoas que “se atraem por outras independentemente da sexualidade, sem rotular a sexualidade do outro para se relacionar, considerando, por exemplo, afinidades.”

4.2.1 Homens trans: experimentações de corpos fora das normas

Neste Eixo Problemático surgiram três temáticas: a) saída do armário: a transição da educação básica para a educação superior; b) violência de gênero para além do binarismo: a violência de gênero contra corpos trans; c) a hormonização como política de reconhecimento.

4.2.1.1 Saída do armário: a transição da educação básica para a educação superior

Para os homens trans entrevistados, a chegada à educação superior parece coincidir com o reconhecimento, para si e para os outros, como homem transexual. Nesse sentido, essa transição para além do momento de profissionalização se fez importante para o processo de produção da identidade de gênero trans.

Enião, pra mim, a graduação foi algo... Assim, uma mudança total de vida e porque, ao mesmo tempo em que eu estava indo pra universidade, eu estava me descobrindo como homem trans. Não exatamente me descobrindo, é tendo coragem pra sair do armário (Entrevista com Leonardo, 2023)

Como eu ainda não tinha feito a transição, ainda estava como... Tinha eu e mais duas meninas (Entrevista com João, 2023)

Os trechos das narrativas transcritas acima sinalizam, tanto para Leonardo quanto João, que o reconhecimento como homem trans foi potencializado ao ingressarem na educação superior. Estudos da área da Psicologia da Educação tem se debruçado em investigações processos de transição de estudantes da educação básica para a educação superior (Honório; Ottati; Cunha, 2019; Fior; Martins, 2020). Fior e Martins (2020), mesmo ao não tratarem da população LGBTQIAP+, demonstram que o ingresso na educação superior é repleto de mudanças que podem favorecer o processo de construção de autonomia dos sujeitos.

Leonardo relatou durante a entrevista que sair de uma cidade pequena e migrar para uma cidade de médio porte foi importante para se reafirmar socialmente como homem trans. A mudança de cidade e o ingresso na universidade, assim como postulado por Fior e Martins (2020), parece ter permitido uma nova possibilidade de subjetivação:

[...] assim, eu mudei de cidade, minha cidade era muito pequena e eu fui para ... acho que dava umas cinco ou seis da minha cidade. Foi uma mudança total de vida (Entrevista com Leonardo, 2023).

Nesse contexto, cabe destacarmos o estudo de Cleber Meneses (2022), que traz algumas reflexões sobre a diáspora trans. A diáspora trans, emerge como um conceito instigante que constitui uma perspectiva teórica e interpretativa que busca compreender as experiências compartilhadas por sujeitos transgêneros que, por motivos diversos, optam por migrar de seus locais de origem para novos ambientes. Essa migração não está restrita apenas à dimensão geográfica, mas também abrange a esfera vivida, relacionada à busca por identidade, pertencimento e aceitação em comunidades mais acolhedoras (Meneses, 2022).

A partir da entrevista de Leonardo foi possível identificar que a migração da educação básica para a educação superior promoveu um encontro com outros corpos trans. Segundo o colaborador, tal fato pode ser considerado como fator inclusivo para a presença dessas corporalidades no processo de formação inicial.

Depois de umas duas semanas eu descobri que tinha outro garoto trans na minha sala. Então, tipo, na minha sala, no meu curso foi bem inclusivo porque não tinha apenas eu como pessoa trans (Entrevista com Leonardo, 2023).

Todavia, cabe destacarmos que encontro com outras expressões que possibilitem a autoidentificação como transexual não é regra. Ao contrário de Leonardo, João deixou evidente que em sua sala, era o único homem trans.

Eu era a única pessoa da sala LGBT. Não tinha gays ou outras pessoas... Eu sempre fui a pessoa mais diferente da sala [...] (Entrevista com João, 2023).

João, ao não identificar outros colegas de sala trans, parece produzir sua expressão de gênero como “diferente”: “*Eu sempre fui a pessoa mais diferente da sala [...]*”. a questão que a perspectiva pós- estruturalista nos colocaria é: Como João significa a ideia de ser diferente, de maneira desqualificante ou potente?

Parte da literatura acadêmica sobre gênero e sexualidade apontam que se constituir de forma negativa, em muitos casos, precede o não encontro com outros de seu grupo. Nesse sentido, o estudo de Kilgo (2019) revela que a participação dos estudantes LGBTQIAP+ em atividades de grande impacto está diretamente relacionada à forma como eles se sentem socialmente aceitos pelos seus colegas. Isso indica que ter uma comunidade de apoio, que inclui outros indivíduos que transgridem a cisgeneridade pode ter um efeito benéfico no progresso acadêmico.

Na direção do que afirma Kilgo (2019), a fala de Leonardo revela o quanto um ambiente de acolhimento pode contribuir para a produção de relações que favoreçam a permanência de corporalidades trans na educação superior. O participante destacou a importância de um ambiente inclusivo e livre de *bullying* para estudantes transgênero.

[...] então, tipo, na minha sala, no meu curso foi bem inclusivo porque não tinha apenas eu como pessoa trans e não tinha essa questão de bullying, no meu curso não teve (Entrevista com Leonardo, 2023).

Ao mencionar que não houve ocorrência de *bullying* relacionado à sua identidade na sua sala de aula, Leonardo enfatiza uma experiência positiva e protetora, que é fundamental para promover o desenvolvimento saudável e a participação acadêmica bem-sucedida de estudantes transgênero. Nesse sentido, é importante criar um ambiente inclusivo no *campus* que atenda às necessidades específicas dos estudantes LGBTQAP+ (Kilgo, 2019).

A transição da educação básica para a superior parece também ser afetada pela passibilidade do sujeito. Guilherme, estudante de medicina, apontou que por já ter acessado a educação superior harmonizado e já com o nome retificado, sua experiência foi facilitada:

Eu entrei ano passado no ensino superior, eu tô cursando medicina, tô no terceiro período e creio eu que assim, a minha experiência está sendo facilitada porque eu já entrei estando harmonizado e já tinha feito alterações no nome. Então assim, porque em algumas instituições principalmente privadas, traz muito desconforto né, para as pessoas e muitos problemas também. Porque nem toda instituição é aberta e tem vontade mesmo de ajudar a pessoa a se sentir confortável e tal. No meu caso eu acho que essas duas coisas ajudaram (Entrevista com Guilherme, 2023).

O processo de transição, como sinalizado por Guilherme, pode contribuir de maneira positiva para o processo de formação. O estudo de Silva (2021) aponta que a transição de gênero apresenta aspectos positivos para os estudantes de graduação. Embora em seu estudo a pesquisadora relacionou o fato da transição ocorrer após o ingresso na educação superior, inclusive por facilitar o processo distante do contexto familiar, as pessoas trans parecem produzir resistências para enfrentamentos diários quando produzem um corpo coerente com sua expressão.

Nesse sentido, a transição antes do acesso à educação superior, nesta pesquisa, parece ser algo que precisa ser problematizado. Tanto para o reconhecimento de sua expressão de gênero quanto para se firmar no processo de profissionalização. Leonardo, que declarou não ser transicionado, apontou que sofre com transfobia, inclusive impedido de ocupar alguns espaços na universidade e ser tratado no feminino, fato que gera situações desconfortáveis e conflituosas na educação superior.

(...) a pessoa começou me ofender gratuitamente e em uma das ofensas ela começou a me chamar de “ela” e começou usar de forma pejorativa e começou a ser extremamente ofensiva comigo e a pessoa começou a ser extremamente grosseira e mesmo quando eu corrigi continuava e tipo, no final começou usar, tipo, “ai eu nem gosto dessa pessoa pra querer acertar os pronomes” eu fiquei, tipo, “meu bem não é questão de gostar ou não” (Entrevista com Leonardo, 2023).

Xande, mesmo durante a entrevista ter declarado que não sofreu *bullying* e/ou transfobia na educação superior, sinalizou em sua fala que:

(...). Eles [colegas da faculdade] ainda me veem como lésbica... (Entrevista com Xande, 2023)

O que questiono é que, mesmo ao se autorrepresentar como homem indicou que os “outros” os veem como “lésbica”, ou seja, o marcam socialmente em uma expressão de gênero que não condiz com sua subjetividade. O não reconhecimento de expressões transmasculinas ao serem representadas como lesbianidades sinaliza para questionamentos sobre a transfobia implícita no não reconhecimento de uma subjetividade. Como apontado por autor Tenório e Palhano (2022) na discussão de literatura, a invisibilidade da expressão de gênero “homem trans” dificulta, inclusive, o reconhecimento de subjetividades, pois, antes de a expressão ser visibilizada discursivamente, a materialidade da existência era negada.

4.2.1.2 Violência de gênero para além do binarismo: a violência de gênero contra corpos trans.

Ao analisar o relato de João, que comentou sobre a forma como era visto pelos colegas de seu curso, nas aulas práticas, foi possível perceber que existe uma divisão por gênero que afeta tanto mulheres como corpos trans. Tal diferenciação, que afeta o processo de aprendizagem e profissionalização, foi anunciada pelo colaborador.

Nas aulas práticas, não tinha tanta diferenciação por gênero. Só algumas coisas que na verdade acontecia mais haver com o gênero feminino, porque na engenharia mecânica demanda um pouco mais de força física e há essa anulação, sabe. Eu e minha amiga, no caso em algumas coisas, tratavam a gente como se a gente não conseguisse fazer. Em uma aula prática de solda, os meninos não

queriam deixar a gente mexer nos equipamentos por risco de queimar, só que tem os EPs... e o risco era para todos. Então essas aulas práticas que exigia material... nem tanto questão física, que oferecia risco que poderia acontecer alguma coisa. Mas eu sentia essa diferenciação, nem tanto pelos professores, mas pelos alunos (Entrevista com João, 2023).

A minha sala era bem estereotipada, dentro dos padrões e até então eu tinha uma colega de sala, e senti muita diferença com as pessoas que a tratava e me tratava. Era assim, muito nítido, pra mim, não sei se isso está ligado a essa questão da minha aparência ser diferente em comparação aos outros [...] (Entrevista com João, 2023).

Ao analisar os trechos acima noto certa desconfiança quanto à tentativa normativa de adequação do corpo do homem trans ao feminino e à ideia de “mulher”. João sinaliza que em um curso considerado como de reserva masculina se depara com alguns questionamentos que tendem a pôr em dúvida sua capacidade para sequenciar os estudos. A ideia de “falta” de força física (por uma marcação de gênero), incapacidade para algumas atividades, risco de se colocar em perigo apareceram na fala como pontos em que teve que lidar com desconfianças. Como por ele relatado no trecho transcrito anteriormente: “senti muita diferença como as pessoas a tratava e me tratava”.

O dispositivo de gênero atua por um processo discursivo que cria regras de inteligibilidade para capturar os corpos. A partir de binarismos como: homem-mulher e masculino-feminino produz representações sobre os corpos para que se conformem com o que Butler (2003) denominou de sistema de inteligibilidade de gênero. Logo, corpos “fêmeas”, mesmo que não se autorrepresentam como tal, são posicionados pelo social a partir de representações como: fragilidade, passionalidade, vulnerabilidade etc. Com isso, estar matriculado em um curso de reserva masculina acaba por posicionar nosso colaborador na representação de sujeito secundário e não adequado para determinadas tarefas do curso.

No tocante a corpos transmasculinos, embora seu estudo tenha focado a participação de homens trans no esporte de rendimento, Prado (2021) demonstra o quanto, mesmo após a produção de um corpo adequado a autorrepresentação de gênero, discursos normativos parecem tentar “revelar” sua estranheza ao reiterar que que as capacidades ditas masculinas seriam uma proeza ou um desvio para aquela performatização.

Ainda sobre segregações orientadas pelo binarismo de gênero, embora não tenha aparecido nas entrevistas, cabe ressaltar que nos espaços sociais, dentre eles os ditos

educacionais, produzem discursos que interseccionam gênero com raça e orientação sexual para acionar efeitos de segregação. De acordo com a pesquisa realizada por Montrone *et al.* (2020) em uma universidade pública do interior de São Paulo, foi constatado que a interseção entre gênero, raça e orientação sexual aumenta em seis vezes o risco de um estudante sofrer algum tipo de violência em comparação com um estudante com um perfil diferente.

As autoras destacaram que as estruturas de dominação persistem principalmente dos homens em relação às mulheres, o que tem contribuído para o problema da violência de gênero nesse contexto específico. A interseção entre gênero, raça e orientação sexual emerge como uma importante variável que influencia a exposição e a vulnerabilidade à violência de gênero (Montrone *et al.*, 2020).

No que se refere a outras formas de marcação binária, o relato de João indica certa resistência para o reconhecimento de expressões trans, inclusive no que se refere ao tratamento disponibilizado. Quando João relata que seus colegas tinham conhecimento de sua transição e mesmo assim, não era respeitado pelo seu nome (que fora ratificado antes da transição) e identidade de gênero pode ser resultado de falta de compreensão, preconceito ou simplesmente uma resistência a mudar hábitos antigos. No entanto, é importante destacar que essas razões não justificam a recusa em atender a identidade de gênero de uma pessoa.

Eu conheço essa questão, eu tenho essa percepção de que não é do dia pra noite, mas eu não sentia que realmente eles estavam tentando (Entrevista com João, 2023).

Neste ponto, cabe enfatizar o estudo de Adelaine Ellis Carbonar dos Santos (2020), citado na seção teórica desta Dissertação, sobre as vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil. A autora destaca que os ambientes de ensino superior são configurados pela ideia de cisheteronormatividade e estão interligados a diversas esferas da vida que os homens trans experimentam simultaneamente. A configuração cisheteronormativa aciona regras de inteligibilidade que dificultam um homem trans ser tratado no masculino, mesmo ao não se reconhecerem em espectros da feminilidade.

Assim, eu nunca fui muito feminino, né. Eu nunca me encaixei muito nessa caixinha de feminino, então em relação a isso eu tinha colegas que ficavam me zoando mesmo, sabe? Falando: "ah é, quer ser homem...parece homem" e tal. E já chegaram me bater e tal. Isso foi quando eu era bem pequeno. Depois disso, eu meio que tentei me encaixar ali pra não vivenciar mais isso. Eu já mudei a minha aparência pra tentar não sofrer mais isso (Entrevista com Guilherme, 2023).

Nesse cenário, os homens trans precisam utilizar estratégias e manobras para garantir sua permanência nos espaços acadêmicos, dentre elas “aceitar” a vagariedade de estabelecer o reconhecimento de suas expressões de gênero por parte dos outros: “*eu tenho essa percepção de que não é do dia pra noite, mas eu não sentia que realmente eles estavam tentando*”. Cabe destacar na fala de João certo conformismo com o desrespeito do tratamento que recebe, pois, mesmo ao sentir que os colegas não “estavam tentando” [tratá-lo pelo pronome masculino], parece “deixar passar”.

Isso também pode ser observado na fala de Guilherme que relata que mesmo alguns colegas “saberem” que passou por uma transição, indicou que “nunca” teve problema. Não seria um “problema” ser marcado como um corpo que “mudou”? Ou seja, a ideia de mudança não indicaria certa suspeita da veracidade da “nova” expressão?

Enão por a cidade ser pequena e eu já ter estudado com pessoas que hoje estão na instituição junto comigo, algumas pessoas sabem porque me conheceram antes e tal. Mas assim, em relação a isso eu nunca tive problema (Entrevista com Guilherme, 2023).

Seguindo a linha de pensamento de Foucault, o controle sobre os corpos é compreendido como um mecanismo que engloba poder e conhecimento, conforme mencionado por Jaqueline Gomes de Jesus em (2013). As pessoas trans ainda são marginalizadas e não são reconhecidas como seres humanos, mas como seres abjetos. no caso analisado, de desrespeito aos pronomes de tratamento, os discursos normativos produzem os homens trans como sujeitos rejeitados porque não se encaixam nos padrões hegemônicos de gênero, que são rigidamente baseados em concepções binárias, e tampouco se enquadram nas normas estabelecidas de sexualidade (Jesus, 2013).

A ideia de que a cisheteronorma é uma força única que oprime e marginaliza as pessoas dissidentes da norma cisgênera e heterossexual, implica uma força única, que oprime e marginaliza as pessoas que não são compatíveis com ela. Reconhecer que a cisheteronormatividade pode apoiar a manutenção de normas rígidas de gênero e expectativas sociais que podem resultar em violência e discriminação contra pessoas trans, é uma questão complexa e multifacetada, influenciada por inúmeros fatores sociais, culturais e estruturais (Araújo, 2021; Miranda, 2021; Rosa, 2020).

O cissexismo que, de acordo com Jesus (2014, p. 140), “é um sistema opressor das pessoas cis sobre as pessoas trans”, essa forma de sexismo deslegitima as identidades trans. Em conformidade com Jesus (2014), Ana Maria Espinoza e Natália Banho (2023) elucidam

que o sexismo reproduz uma ordem de gênero desigual e que acarreta prejuízos na “identidade” e expectativa de vida dos estudantes.

Nesse sentido, a identidade de gênero de uma pessoa é uma parte essencial de quem ela é. E a forma adequada para se referir a tal pessoa envolve a aceitação e o uso de nomes e de pronomes apropriados de acordo com sua identidade de gênero.

4.2.1.3 A harmonização como política de reconhecimento

Para os homens trans, o reconhecimento de sua identidade e expressão de gênero é importante para transitar nos espaços sociais. Nesse sentido, os participantes relataram que são atendidos e acolhidos pelos ambulatórios existentes em suas cidades. No caso de Leonardo, o acolhimento ocorreu pelo hospital escola da cidade em que reside.

Estou começando o processo agora porque eu fui pelo SUS. Se eu não me engano, aqui na minha cidade tem um hospital escola que tem um ambulatório próprio para pessoas trans. Eu tô fazendo os exames pra começar (Entrevista com Leonardo, 2023).

O entrevistado João relatou que não havia iniciado a transição. Entretanto, disse que fazia acompanhamento com psicólogo em um ambulatório existente na sua cidade.

Quando eu iniciei a faculdade eu ainda não tinha iniciado a transição. Eu fazia acompanhamento no ambulatório da minha cidade. Eu fazia tratamento só com psicólogo na época (Entrevista com João, 2023).

Conforme mencionado por Fátima Lima e Kathleen Tereza da Cruz (2016), só é possível discutir a relação e a importância do uso de hormônios nas construções e nos processos subjetivos, devido ao processo histórico da construção dos corpos transexuais ocorrido nos séculos XX e XXI. A harmonização como política de reconhecimento “refere-se a ações e medidas que buscam garantir o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans e proporcionar-lhes igualdade de oportunidades e garantia” (Kathellen; Cruz, 2016, p. 117). Cabe destacar, como afirmaram Serrano, Caminha e Gomes (2017) que o reconhecimento da “identidade” perpassa a produção de um corpo, o que permite compreender a importância da harmonização, caso seja desejada, para a produção subjetiva dos homens trans.

Eu pretendo começar, só que eu tenho hipotireoidismo, e eu preciso consultar com o endócrino primeiro pra resolver meu problema do hipotireoidismo pra depois começar o tratamento hormonal, além de que o hormônio é caro né, e eu não tô podendo começar isso agora (Entrevista com Xande, 2023).

De acordo com Cardoso (2022) a construção das identidades masculinas em sujeitos que se autoidentificam como homens trans são assimiladas, quer seja de maneira direta ou indireta, resultando na modificação de comportamentos e características físicas em busca de conformidade com um ideal masculino hegemônico. Nesse sentido, o autor aponta sobre o sentimento de pertencimento dos homens trans ao optarem pelo processo de hormonização:

Os hormônios sintéticos, assim como o silicone e as cirurgias se tornam parte da linguagem social de legitimação, decodificadores da masculinidade ou da feminilidade. A necessidade da hormonização, para muitos homens trans, acontece pelas mudanças físicas, a busca pela proximidade do ideal masculino, como forma de se sentir pertencente a esse grupo e ser reconhecido (Cardoso, 2022, p. 91).

Assim, o processo de hormonização é explorado e manipulado por sujeitos trans em uma tentativa de modificar as características que estejam socialmente alinhadas com as expectativas de um determinado gênero. A realização dessas modificações corporais, frequentemente, está relacionada a uma pressão social, na qual a conformidade com padrões considerados naturais possibilita que esses sujeitos pertençam/permaneçam em diferentes espaços sociais (Cardoso, 2022).

Mesmo a partir da compreensão da importância da hormonização para algumas expressões trans, o processo, muitas vezes, é acompanhado de solidão e precisa ser realizado escondido. Destaco dificuldades enfrentadas por João no seu percurso de formação acadêmica até sua decisão em passar pelo processo de hormonização.

[...] então praticamente foi essa a trajetória, foi quase sempre escondida na calada (Entrevista com João, 2023).

João ainda apontou outras preocupações durante a entrevista. Em sua narrativa, a universidade e o mercado de trabalho, especificamente o setor industrial, parecem permear o seu imaginário como ambientes hostis.

Quando eu estava mais ou menos na metade do curso, sexto ou sétimo período. Eu comecei a fazer estágio, a atuar dentro da indústria. Mas, o ambiente industrial, principalmente indústrias familiares que foram por onde eu passei, eram também ambientes bem hostis. Nesse período, eu já tinha tomado a decisão de fazer a

transição e isso foi uma coisa que eu não consegui expor tanto dentro da faculdade como no ambiente de trabalho (Entrevista com João, 2023).

Sua decisão em fazer uso de hormônio ocorreu quase no final do curso. Nesse meio tempo, de acordo com os relatos de João, a decisão de passar pelo processo de hormonização, foi planejada.

[...] eu tinha optado por tomar, fazer a terapia hormonal a um ano e meio/dois anos para iniciar. Mas eu comecei a fazer todos os trâmites, quase no final do curso (Entrevista com João, 2023).

De certa maneira, a hormonização contribui para o processo de passabilidade, fato que pode contribuir para a produção de um corpo que se adequa à sua expressão de gênero. Além dessa adequação, pode contribuir para ocupação de espaços e conquistas, embora questionamentos sobre se submeter ao processo sejam visíveis no sentido de produzir desconfortos e invisibilizar trajetórias de vida.

Eu acho que ser passável facilita muita coisa, mas ao mesmo tempo é como se as pessoas não vissem que existem pessoas trans ali estudando e conseguindo as coisas, conquistando as coisas né. Tipo, ocupando espaços. Então eu acho que ao mesmo tempo que isso traz um certo conforto para aquela pessoa que tá passável, isso também invisibiliza toda a trajetória da pessoa (Entrevista com Guilherme, 2023).

Embora a hormonização seja importante para alguns os homens trans, o uso de hormônios, ajuda a mudar as características sexuais secundárias e a conformar o corpo ao gênero desejado antes de qualquer outro procedimento cirúrgico, o processo seria passível de questionamentos. Entretanto, no contexto do dispositivo da transexualidade e do biopoder encontram-se pessoas que resistem passarem por esse processo de hormonização por não considerarem relevante fazer uso de hormônios para se reafirmar na sociedade (Butler, 2018; Kathellen; Cruz, 2016).

Durante a entrevista identifiquei que, para a maioria dos entrevistados, a hormonização seria um facilitador para que eles pudessem transitar pelos espaços acadêmicos. Nesse caso, quando perguntei para os participantes desta pesquisa: *você acha que irá se tornar mais “passável” nos espaços sociais, especificamente na IES em que estuda, se fizer a hormonização?*

No último período no final do ano passado, eu comecei a fazer o tratamento hormonal e querendo ou não, conseqüentemente as características foram surgindo. Eu senti que só depois da reafirmação com a terapia hormonal, reafirmação entre aspas, apenas minha amiga que me chamava de Leonardo, o resto não. Só depois da terapia que alguns começaram a me chamar assim, mas só depois que começou a surgir as características mais masculinas, o crescimento da barba e a alteração da voz... Antes não (Entrevista com João, 2023).

Acho que sim. Mas eu me sinto mal porque eu não queria ter que tomar um hormônio para usar o banheiro. Eu falo que o mundo não foi feito pra mim, eu tenho que me esforçar para lidar com o mundo (Entrevista com Leonardo, 2023).

Embora João pareça não questionar armadilhas normativas sobre o uso de hormonização para que possa ser aceito socialmente, Leonardo apresenta tal preocupação. O participante indica que a sociedade tenta regular e controlar o gênero, o que implica uma imposição de normas que muitas vezes são regidas para conformidade do gênero atribuído por certo discurso biomédico. Nesse sentido, fazer uso da harmonização seria, de certa maneira, um enquadramento ao modelo binário de gênero.

A fala de João ainda nos traz algo a questionar. Ao se referir a hormonização ele utiliza o termo “tratamento”. O termo circunscreve o processo de transição de gênero ao âmbito do discurso médico, sendo a palavra acompanhada da ideia de que a transexualidade seria uma patologia.

Por se contrapor e não se enquadrar nas expectativas das imposições essencialista sobre sexo e gênero, os homens trans perpassam por situações discriminação e preconceito, além de violências voltadas à identidade de gênero masculina (Buttler, 2018; Uchoa, 2017). Porém, essa conjuntura, como afirma Uchoa, (2017, p. 51), expressa “situações [que] a possibilidade desses homens viverem a sua masculinidade para além dos marcadores falocêntricos, [são] característicos do universo cismasculino”²⁸.

4.2.2 *Bullying* transfóbico na educação superior: Das hostilizações pessoais a segregação do espaço

Nesta categoria surgiram quatro temas: a) Espaços de vigilância: O banheiro como espaço de terror e a marcação de corpos abjetos; b) Violência de gênero e o desrespeito ao

²⁸ Se refere a adequar a morfologia do corpo para ser considerado dentro de um padrão social sobre o que é tido masculino.

pronome: Um desafio contínuo; c) O *bullying* transfóbico e os agentes de violência: O corpo trans como alvo; d) Violência reiterada: Aprendendo a lidar com a dor e trauma.

4.2.2.1 Espaços de vigilância: O banheiro como espaço de terror e a marcação de corpos abjetos

As pessoas transgênero enfrentam grandes barreiras no acesso à educação, ao mundo do trabalho e, até mesmo, na utilização de banheiros públicos (Jesus, 2013). Esses apontamentos reforçam a experiência de violência sofrida por João e Leonardo, dentro do banheiro da instituição em que estudam.

[...] eu lembro que comecei a usar o banheiro masculino com um ou dois meses de terapia hormonal. Mesmo assim era com aquele sentimento de desconforto. Eu lembro que quando eu usei, a primeira vez, tinha um colega de classe que meio que ficou parado, não falou nada, mas a reação que ele teve me deixou inseguro (Entrevista com João, 2023).

Às vezes a gente fica com medo. É mais medo mesmo, porque a gente vê tanta coisa, né? Tipo assim, aquelas histórias de gente que foi tirada de dentro do banheiro e foi violentada de alguma forma. Então é mais um receio mesmo, um medo que às vezes eu tenho (Entrevista com Guilherme, 2023).

Na primeira semana de aula, eu quase fui abusado no banheiro masculino. Eu fui usar o banheiro masculino do AT8 que é onde a gente tem as aulas teóricas. Simplesmente eu estava no banheiro e um cara só fechou a porta do banheiro masculino, não trancou, mas fechou porque não tinha maçaneta na porta. Ele tentou vir pra cima de mim quando eu tava lavando minha mão. Então foi assim, merda, foi bem assustador ainda mais porque eu tava começando o curso então não tinha tanta noção de libras e meu professor era surdo e eu não sabia como explicar pra ele o que tinha acontecido e o quanto eu tava desesperado. Quando ele percebeu que tinha acontecido alguma coisa, ele parou a aula e me socorreu (Entrevista com Leonardo, 2023).

O relato dos entrevistados em relação a violência sofrida dentro do banheiro aponta que os corpos trans não estão seguros nesses espaços. No caso de Leonardo, perguntamos se ele procurou ou recebeu suporte da instituição após o ocorrido. Sua resposta foi categórica:

Sim, porém nada foi feito. E o melhor de tudo foi que eu entrei em contato com a faculdade, eu mandei e-mail pros órgãos responsáveis e não foi feito nada (Entrevista com Leonardo, 2023).

Nesse cenário a exclusão estrutural também poderia ser analisada como reflexo da discriminação e preconceito arraigados na sociedade que, muitas vezes, impede que essas

peças participem da vida social de forma igualitária. Como relatado pelos participantes da investigação em tela, a geográfica e a arquitetura dos espaços sociais, dentre eles os ditos educacionais, instituem os lugares que determinados corpos podem ou não habitar. No caso dos corpos trans o banheiro se constitui como um espaço de vigilância, segregação e marcação dos corpos representados como abjetos.

Como problematizado por Porchat (2015), a abjeção produz representações que posicionam determinadas vidas na esfera do nojo, do asco, da eliminação e da não existência. Nesse sentido, quando pensamos nos regimes normatizadores do gênero, as transgeneridades, não raro, provoca essa reação, inclusive, para legitimar o extermínio de sujeitos trans.

Nesse sentido, cabe salientar que a violência contra pessoas transgênero remete a uma realidade de agressões físicas e psicológicas, bem como ameaças e homicídios motivados por preconceito de gênero e transfobia (Jesus, 2013). Transitar por alguns espaços físicos como, por exemplo, o banheiro, é acompanhado pela desconfiança, medo e terror em não saber se o corpo será violado.

Uma vez, até foi fora da Universidade. Eu estava em um bar aqui da cidade... foi antes de eu começar me harmonizar. Eu fui utilizar o banheiro masculino e a minha amiga, estava comigo logo atrás. Ela viu que um segurança ia entrar atrás de mim e segundo ele, ele ia me avisar que o banheiro estava errado, foi o mais próximo que eu cheguei de ter algum problema, mas aí tipo assim, ela teve que conversar com ele. Ela ficou repetindo “Não, ele é homem, ele é homem” várias vezes até ele desistir (Entrevista com Guilherme, 2023).

*Eu tinha um pouco de receio de usar o banheiro masculino por conta de ainda não...já não era respeitado o nome, né? Então eu já tinha receio por essa questão. Então eu comecei a usar o banheiro masculino quando eu não tinha mais opção, quando eu já estava nascendo pelo na cara. Eu usava o banheiro feminino, mesmo sem a terapia hormonal, eu já estava todo mudado, com cabelo curto, roupas masculinas, mas eu não sentia confortável em usar o banheiro masculino, mas também não me sentia confortável em usar o banheiro feminino. **Só que na minha cabeça, era mais fácil usar o banheiro feminino porque eu achava que a possibilidade de agressão tanto psicológica como física, seria menor.** Então até a última possibilidade que eu tive, até a última quando eu tinha... as vezes me paravam e eu tinha a voz mais fina e poderia às vezes falar...ou alegar a questão do peito eu conseguiria passar (Entrevista com João, 2023).*

O meu maior problema é com uso do banheiro. Pra você ter noção eu às vezes seguro a vontade de ir ao banheiro. O que não deveria acontecer, deixo pra ir muitas vezes no departamento de física que não é do meu curso porque a minha namorada tá lá e o pessoal de lá é muito gente boa (Entrevista com Leonardo, 2023).

No que se refere a utilização de banheiro, Silva (2022) também apontou em sua investigação que sujeitos transexuais, sem homens ou mulheres, demonstraram que o

banheiro acaba por constituir uma arquitetura do terror, quando pensamos no contexto da educação superior. Para a autora:

Estudantes travestis e trans enfrentam muitos obstáculos para se manterem e participarem das atividades e da vida acadêmica como um todo. Ao requerer que não façam uso do mesmo espaço, no caso o banheiro, além de demonstrar o desconhecimento sobre a travestilidade e a transexualidade, coloca essas pessoas em uma condição de patologização ou de aberração (Silva, 2021, p. 126-127).

Visto a naturalização de muitos comportamentos violentos pautados nos regimes normalizadores da cisheteronormatividade, corpos trans acabam alvo de diferentes formas de violência (Halberstam, 2008; Silva, 2022). Embora essa violência seja praticada mais por homens contra as mulheres transexuais, o homem trans também sofre assédio moral e sexual quando está em ambientes compostos por homens cisgêneros como, por exemplo, no banheiro masculino (Halberstam, 2008; Silva, 2022).

4.2.2.2 Violência de Gênero e o Desrespeito ao Pronome: Um Desafio Contínuo

Durante a condução das entrevistas foi possível observar outras situações de violências. Essas violências, de acordo com os relatos dos entrevistados, estão relacionadas ao desrespeito pelo nome social, desrespeito à identidade de gênero e pronome. Destaco alguns trechos das falas dos participantes, para exemplificar que pessoas transexuais enfrentam desafios em relação à recepção e ao reconhecimento de sua identidade de gênero por parte de outras pessoas.

Meu problema foi com a chegada do pessoal da 022 que são meus “bichos”, os novatos, porque muitos deles não viam que eu sou uma pessoa trans e tipo, mesmo falando que eu sou um garoto e meu nome é Leonardo ficavam me chamando pelo feminino. Teve pessoas que na hora entenderam e disseram “desculpe, não sabia” e teve pessoas que continuam me chamando pelo feminino (Entrevista com Leonardo, 2023).

Mesmo eles tendo conhecimento, eu explicando, mostrando material sobre, tem até o Instagram minha criança trans, eu compartilhei alguns documentos para educar eles. Mesmo assim, ainda tinha essa questão: ah, mas eu te conheço como [nome de registro] há muito tempo e é muito difícil (Entrevista com João, 2023).

Em relação ao nome eu acho que a instituição talvez não estaria bem preparada para lidar, né. Porque eu fiquei sabendo de um caso em que, no caso ele não era aluno, ele trabalhava lá, ele queria colocar o nome social no crachá do trabalho e aí ele enfrentou dificuldade com relação a isso. Então eu acho que em relação a retificação, se eu não fosse retificado provavelmente eu enfrentaria alguma coisa

na faculdade, pelo menos assim, uma dorzinha de cabeça pra tentar organizar
(Entrevista com Guilherme, 2023).

Os trechos, com os respectivos destaques, apontam para situações de violência de gênero em relação ao desrespeito, tanto ao nome social, mesmo retificado, quanto ao pronome de tratamento ele/dele, pela identificação de sua expressão no masculino. Leonardo, João e Guilherme, embora a partir de distintas experiências, revelam o quanto tais situações fazem aparência e os acompanham durante o transcorrer do processo formativo.

Segundo Oliveira (2020, p. 42), o nome social “é na verdade a utilização do nome que as pessoas trans escolhem de acordo com o gênero que vivem”. No que se refere à Educação, é requerido e legítima a permanência de estudantes transexuais no sistema educacional brasileiro em seus diferentes níveis e modalidades. Na educação superior,

Ainda que esteja previsto o uso do nome social em algumas universidades públicas brasileiras, a permanência dos/as estudantes trans não é plenamente garantida, uma vez que, nem sempre esses arranjos são respeitados, através das mais estapafúrdias desculpas. Desculpas estas como a negação do direito apenas porque o “sistema” não permitiria, embora este mesmo “sistema” não seja um ente etéreo, sendo operado sempre por alguém. Nem mesmo quando o sistema já permite o uso do nome social, a garantia está dada (Oliveira, 2020, p. 45).

Ainda assim, algumas pesquisas apontam que o desrespeito ao nome social e tratamento a partir do pronome que o sujeito requer ser tratado não é garantido na área da Educação (Oliveira, 2020; Silva, 2022). Oliveira sinaliza que as instituições de educação superior ainda carecem de entendimentos sobre o tratamento adequado civil a homens trans. Em alguns momentos, por questões legais de retificação, o nome não é respeitado, pois a “adoção do nome social por pessoas travestis e trans é uma estratégia para ter sua expressão de gênero reconhecida, principalmente para aquela(s) que ainda não tenham realizado a mudança de nome e gênero nos documentos de identificação oficiais (Silva, 2022, p. 122).

Todavia, mesmo quando o sujeito requer ser tratado pelo nome que se identifica, o discurso jurídico é apontado como justificativa para não acatar a solicitação. Questiono: em que lógica de respeito essa situação se situaria?

Durante as entrevistas, quando perguntei para Leonardo e João se em algum momento, durante o processo de formação, eles foram insultados pelos colegas de outros cursos ou até mesmo por colegas que já conviviam com eles, a resposta foi:

Já. A pessoa começou me ofender gratuitamente e em uma das ofensas ela começou a me chamar de “ela” e começou usar de forma pejorativa e começou a ser extremamente ofensiva comigo e a pessoa começou a ser extremamente grosseira e mesmo quando eu corrigi continuava. E tipo, no final começou usar: “ah, eu nem gosto dessa pessoa pra querer acertar os pronomes”. Eu fiquei, tipo: “meu bem não é questão de gostar ou não” (Entrevista com Leonardo, 2023).

[...] dentro da faculdade eu não usava nome social, eu não usava nada. Eu passei toda a minha graduação usando meu nome de batismo por medo dessa questão da violência porque é uma posição, assim entre aspas, pra uma mulher já é difícil. Porque era um ambiente bem complicado de lidar, pela questão eu falei do curso, querendo ou não era um curso bem supremacia masculina cis. Tive muita dificuldade de aceitação pelos colegas de classe, insistiam em me chamar pelo nome de batismo (Entrevista com João, 2023).

[...] após a retificação dos documentos, eu tive alguns problemas com a faculdade. Eu solicitei a alteração do meu nome pelo portal do aluno e deu tudo certo, porém, a faculdade não comunicou os professores sobre a alteração do meu nome na lista de chamada. Inclusive, eu estava fazendo TCC na época e, a comunicação era com tutor online e por causa disso tive uma semana de transtorno. Eles meio que cancelaram meu TCC por plágio. Tipo, como se eu tivesse me plagiado por conta do meu nome de batismo. Eu fiquei tipo: cara, sou eu! (Entrevista com João, 2023).

A questão mais complicada, até meu último dia na faculdade foi, tipo meu nome. O pessoal ainda continuava me chamando pelo nome de batismo (Entrevista com João, 2023).

O desrespeito à dignidade e direito à Educação de pessoas trans se apresenta como recorrente. Silva (2022), ao analisar relatos de estudantes transexuais em uma universidade pública evidencia diferentes maneiras com que a educação superior marca, segrega e hostiliza essas expressões de gênero. Desde o desrespeito ao nome na chamada, passando por privações para a utilização de banheiros, estendendo-se à perseguição por “seguranças” da instituição.

Como homem trans, e pelas vivências e experiências que tive no processo de formação, considero importante enfatizar que ignorar a identidade de gênero de alguém, usando pronomes e nomes incorretos, pode causar sentimento de desconforto, ansiedade e até mesmo prejudicar a saúde mental da pessoa trans. Desse modo, quando alguém insiste em usar o nome de registro ou pronomes errados, mesmo após ter sido informado sobre a identidade correta, é uma forma de desrespeito.

Araújo (2020) destaca que o reconhecimento e respeito do nome social inscreve pequenos avanços, mesmo após ser garantido juridicamente. Para o autor “as normas heterocentradas ainda operam de maneira bastante incisiva na vida desses sujeitos transviad@s, que não estabelecem uma relação apontada como coerente pela nossa sociedade

entre as normas de gênero-sexo-sexualidade, nas instituições educacionais” (Araújo, 2020, p. 123).

Contudo, nas entrevistas também apareceram relatos de não observância dessa forma de desrespeito. Xande aponta que não teve problemas com transfobia, tampouco passou por situações desconfortáveis pelo fato de seu nome social ter sido respeitado pelos professores.

Até hoje nunca tive problemas em relação a transfobia. Ninguém nunca criou caso comigo em relação ao meu nome social. Os professores nunca criaram caso por conta do nome social. Eu demorei muito tempo para colocar meu nome social na chamada, eles foram de boa. Eu coloquei só nesse período, mas durante os períodos passados eu sempre conversava com os professores e eles eram de boa. Me chamava pelo nome social mesmo não estando na chamada e me tratavam no masculino (Entrevista com Xande, 2023).

Isso sinaliza para experiências distintas durante o processo de formação que apontam para possibilidades de reconhecimento da expressão de gênero de homens trans na educação superior. Todavia, cabe ressaltar que Xande é discente do curso de Medicina Veterinária em uma instituição privada, curso este que, não raro, apresenta um recorte de classe específico pelos valores elevados das mensalidades, que, atravessado pelo marcador de raça da branquitude, implicaria em questionar se esses fatores acarretaram em um processo de “maior” aceitação quando comparado à outras realidades?

4.2.2.3 O bullying transfóbico e os agentes de violência: o corpo trans como alvo

A partir desta subseção destaquei alguns trechos das entrevistas que nos remete às análises sobre o *bullying* transfóbico durante o processo de formação inicial na educação superior. O *bullying* transfóbico, como já descrito na seção teórica desta Dissertação, é direcionado a corpos que transgridem a cisnormatividade (Beserra; Brito; Ribeiro, 2019; Serrano; Caminha; Gomes, 2017).

Nesse sentido, práticas de exclusão e violência atingem de formas específicas corpos trans, o que pode ser considerado como transfobia. Nesse sentido, e como avistado no título deste trabalho, minhas análises transitarão entre *bullying* e transfobia no sentido de nomear quais formas de violência atingem corpos de homens trans, participantes deste estudo, na educação superior. Seria *bullying* ou transfobia? *Bullying* transfóbico? O conceito geral de

violência daria conta dessas análises? Não precisaríamos lançar mão da ideia de *bullying* ou de transfobia?

Ao dar sequência das minhas análises a partir das provocações supracitadas, os colaboradores deste estudo, ao serem questionados sobre perseguições por viverem expressões de gênero dissonantes, afirmaram:

Pesquisador: Você se sente perseguido com frequência por um grupo específico de autores ou essas perseguições ocorrem por pessoas aleatórias?

*[...] É aleatório. As pessoas que eu convivo não me perseguem, são pessoas extremamente boas, igual eu disse. No meu curso é uma utopia, **mas parece que quando eu saio da sala de aula eu me sinto com um alvo na camiseta** (Entrevista com Leonardo, 2023).*

*Era pessoas aleatórias. Como na faculdade tem alguns banheiros que ficam na entrada dos blocos, eu usava esses banheiros. Então geralmente **acontecia por pessoas de outros cursos, não era por pessoas da minha sala. Mesmo as vezes que não tinha essa questão de barrar, tinha os olhares, sabe aqueles olhares de olhar de cima para baixo?** (Entrevista com João, 2023).*

Em relação aos colegas, eu nunca tive problemas, diretamente. Já ouvi alguns falarem assim, fiquei sabendo que alguns falam pelas costas, mas ninguém nunca falou nada na minha cara. E eu também não tô nem aí para a opinião deles não. (Entrevista com Xande, 2023).

As entrevistas apontam que o clima hostil instaurado pela presença de seus corpos na educação superior é reconhecido pelos participantes. Interessante notar que, como afirmou Leonardo, a prática do *bullying* contra corpos trans parece redirecionar as conceituações sobre essa prática em ambientes educacionais. Em uma definição tradicional, o *bullying* é, em muito, caracterizado por perseguições e agressões entre pares que se encontram na mesma faixa etária e convivem no mesmo espaço (Fante, 2012; Francisco, 2010). Todavia, a fala de Leonardo aponta que para ele, seu corpo se torna o alvo, ou seja, o grupo que o hostiliza e o violenta é o grupo social como um todo.

As violências que podem ser direcionadas quando seu corpo vira “alvo” para depreciações, hostilidades, perseguição e interdição, de certa maneira, parecem ser legitimadas por algumas instituições, dentre elas, as “ditas” educacionais. Tais violências parecem, segundo pesquisas, extrapolarem o âmbito educativo. Como alertado por Araújo (2021, p. 83) são diversas as manifestações de violência vivenciadas cotidianamente, “o que não difere dos obstáculos enfrentados por discentes trans, no que se refere ao reconhecimento

do uso do nome social, da utilização do banheiro e demais aspectos referentes aos processos de construção do gênero”.

A estratégia de invisibilidade dos corpos no transcorrer do processo de formação também foi apontada como meio que possibilitou acompanhar as aulas sem maiores constrangimentos, embora ainda no ensino médio. O fato de ter cursado atividades de forma remota pelo contexto da pandemia de COVID19 permitiu com que Xande não “revelasse” sua identidade para os/as demais colegas e professores/as.

Pesquisador: Você se reconhece como homem trans, e disse que não vivenciou violências no ensino superior, pode me dizer como foi sua trajetória no ensino médio?

No ensino médio eu não era assumido. E como a aula não era presencial por conta da pandemia, ninguém sabia. Então não tinha bullying, sendo que ninguém sabia. Era meio que a garota esquisita, mas fora isso (Entrevista com Xande, 2023).

Como ressalta Silva (2022, p. 143), o “regime de poder e de coerção coloca as pessoas travestis e trans em um espaço de invisibilidade, silenciamento e opressão”. Silenciar-se ou passar despercebido pode, de certa forma, ser encarado como uma estratégia para poder “passar”, talvez não resistir a experimentações de vida que tendem a nos colocar como sinônimo de fracasso e impotência. Silenciar, por vez, garante minha passagem pelos sistemas educacionais, outra vezes, pelo processo de vida.

João e Leonardo destacam a falta de apoio institucional e reiteram o quanto o ambiente destinado à educação superior pode se constituir em um espaço de desconfianças, negligências e traumas:

Pesquisador: Você já foi agredido ou insultado durante o processo de formação na Instituição em que estuda?

*Eu senti negligência da faculdade, na parte de alteração de nome. Eu já tinha feito tudo, assim, eu nem tinha pedido o nome social, eu já tinha alterado meu nome civil, já tinha levado os documentos, então eu acho que o mínimo que eles deveriam fazer, era respeitar o meu nome de registro. Eu me senti meio negligenciado. Já tinha mais de um mês que eu tinha pedido para trocar meu nome, e eles não fizeram. **Eu senti que a faculdade meio que cagou. Palavra bem sincera!** (Entrevista com João, 2023).*

Foi assim só ladeira abaixo pra mim foi muito traumatizante o primeiro ano da faculdade, porque assim, não deu um mês se eu não me engano, um colega meu

do GT, grupo trans que a gente tem na faculdade, tirou a própria vida por questão de transfobia dentro da própria instituição, na moradia. Então foi só ladeira abaixo (Entrevista com Leonardo, 2023).

Questões institucionais apareceram nas entrevistas como de descontentamento dos discentes em relação aos seus processos de formação, tal qual sinalizado por Scote (2017). Falta de apoio e organização do espaço para atenção à diversidade se mostraram como críticas a serem superadas. Todavia, pesquisas como as de Silva (2022) demonstram que existe um cenário de movimento dentro de instituições de educação superior que começam a assumir discussões sobre o acesso e permanência de estudantes LGBTQIAP+ nesses locais.

Ao prosseguir na tentativa de produção de dados sobre *bullying* transfóbico e os agentes de violência, o banheiro, novamente, foi citado como espaço de policiamento de seus corpos:

Acho que depois de um tempo as únicas ocorrências que eu acabei tendo de transfobia foi mesmo questão de às vezes eu precisar ir em alguma parte da faculdade, que seja, um banheiro público que é mais movimentado e tipo, os caras olham pra mim e tipo... “tô no banheiro certo?” Teve um cara esses dias que chegou, entrou, olhou pra mim conversando com meu amigo no banheiro e a gente tinha tomado uma chuva do caramba e a gente tava se secando e o cara tipo, olhou pra mim, saiu, olhou pra placa do banheiro e falou: “Eita! uê? tô no banheiro errado?” E saiu puto porque eu estava no banheiro (Entrevista com Leonardo, 2023).

Pesquisador: Teve ocorrências com funcionários?

Tipo, sim. Só que acho que a pior ocorrência foi um dia em que um menino falou “ou você tá indo pro banheiro errado” e tipo, eu tava pra entrar pela porta e o moleque me puxou pelo braço e “você tá no banheiro errado, você não tá vendo que esse é o banheiro masculino?” Quando eu sai do banheiro eu estava vermelho de raiva (Entrevista com Leonardo, 2023).

Senti transfobia no Banheiro. Eu tinha que usar o banheiro feminino porque ainda não tinha feito a transição...eu ainda tinha voz afeminada e respondia, e me liberaram. Isso já aconteceu se eu não me engano, umas seis ou sete vezes ao longo dos cinco anos de ser barrado por colegas e uma vez por funcionários da limpeza da faculdade (Entrevista com João, 2023).

Mesmo ao ouvir, a partir das entrevistas conduzidas para esta pesquisa, que existem rupturas no sentido de favorecer o reconhecimento de homens trans na educação superior, o corpo trans parece ser alvo para regulações, policiamento e violências. Desde olhares até a estrutura arquitetônica e divisão de espaços físicos dentro do ambiente de faculdades e universidades. O banheiro parece se tornar um dispositivo que marca, violenta e oprime essas

corporalidades. Como (Santos, 2020, p. 140) da mesma maneira que “outras táticas são colocadas em prática durante as vivências acadêmicas destes homens trans, não se restringindo à espacialidade da sala de aula, mas também a outros espaços da instituição, como no uso do banheiro”.

Ainda, sobre a utilização dos banheiros, temos:

o desenvolvimento de táticas para o uso do banheiro está relacionado à arquitetura dos espaços (neste caso, banheiros masculinos com mictórios), à privacidade (utilização de banheiros especiais e individuais) e, principalmente, sua relação com a passabilidade. Evidenciamos que as táticas para a utilização do banheiro dependem particularmente da passabilidade adquirida por parte destes homens trans, a qual se evitaria constrangimentos e exclusões ao ser lida numa perspectiva (cis)heteronormativa (Santos, 2020, p. 141).

Sobre políticas institucionais para enfrentamento da transfobia, os participantes relataram:

Pesquisador: Na instituição, devido a todas essas ocorrências, tem alguma política que atende essa situação de transfobia?

Não existem políticas na minha faculdade, tenho certeza absoluta. Não tem nenhuma política de inclusão. Eu nem sei se tinha outras pessoas trans na faculdade! Pelo que soube, acho que todo mundo fez a transição na calada, como eu. Não tem grupo de apoio para estudantes. Nem canal de denúncia (Entrevista com João, 2023).

Cabe ressaltar que, na atualidade, IES têm se organizado para produzir, aprovar e regulamentar dispositivos que contribuam para a garantia da permanência de estudantes trans nesses espaços. Silva (2021) aponta para a resolução normativa da instituição foco de sua pesquisa que objetivou instituir políticas sobre diversidade sexual e de gênero. Santos (2020) também destacou em sua tese instrumentos normativos internos de IES que visa a assegurar a dignidade e respeito aos e às estudantes transgêneros.

Sobre o que pensam da transfobia, relataram:

Pesquisador: Você considera que situações de transfobia é uma agravante para evasão?

Acredito que sim, a falta de conhecimento das instituições, trazer políticas de acolhimentos, fazer palestras, acho que ajudaria a gente nessas situações (Entrevista com João, 2023).

Muito. (Entrevista com Leonardo, 2023).

Pesquisador: Você respondeu no questionário que procurou ajuda na sua instituição, e sua resposta foi: “Sim. Porém nada foi feito”. Na instituição tem alguma política que atende essa situação de transfobia?

Era pra ter. Tem um órgão responsável por isso, que é a SAAD, mas não respondem e-mails ou mensagens e nada é resolvido (Entrevista com Leonardo, 2023).

A transfobia, para além do *bullying*, é apontada como problema que agrava vivências transmasculinas. Manifesta-se de diferentes formas: institucionalmente, por meio de ações pedagógicas, relações entre professor-aluno ou aluno-aluno etc. Embora aparente, muitas vezes nada é feito. Todavia, os colaboradores desta investigação apontam para algumas estratégias: políticas de acolhimento, palestras etc.

Cabe ressaltar que a existência de órgão ou instância para apoio, nem sempre é efetiva.

Mesmo ao não nomear o *bullying* como forma de violência sofrida, Guilherme parece deixar vaziar em sua entrevista que tais situações poderiam trazer desconforto, pois deixou claro que em sua convivência nunca ouviu nada que o chateasse.

Pelo menos ninguém nunca chegou pra mim e falou alguma coisa que me deixou desconfortável ou sofrer algum tipo de violência. E das pessoas também que eu compartilhei esse detalhe da minha vida foi muito tranquilo (Entrevista com Guilherme, 2023).

(...) e em relação ao bullying e tal, é, não tem como saber, mas eu acho que teria uma possibilidade grande de eu sofrer alguma coisa né? Pelo menos assim, talvez uma privação de utilizar o banheiro, alguma coisa assim (Entrevista com Guilherme, 2023).

A fala de Guilherme ainda parece suscitar a importância da amizade como fator de proteção, reconhecimento e resistência, pois parece que ao compartilhar experiências de vida com pessoas próximas obteve certo acolhimento. Entretanto, como aqui analisado, destaco que:

Assim, a dinâmica de permanência através dos espaços educacionais vai muito além das políticas de inclusão, coagindo estes homens trans a realizarem táticas, com vistas a evitar constrangimentos e exclusões, acarretados pela transfobia, em suas vivências acadêmicas diárias (Silva, 2020, p. 139).

As entrevistas ainda me direcionaram para analisar vivências reiteradas de violência nas IED. Os dados produzidos permitiram desenvolver problematizações a partir da temática *Violência Reiterada: Aprendendo a Lidar com a Dor e Trauma*, possível a partir do Eixo Problematizador ora analisado.

4.2.2.4 Violência Reiterada: Aprendendo a Lidar com a Dor e Trauma

Os entrevistados também relataram que suas vidas são, de certa maneira, acompanhadas do exercício de lidar com as violências. Recorrente em suas vidas, parecem colocar em ação algumas estratégias para poderem transitar com seus corpos de uma maneira “tolerável” pelos espaços sociais, dentre eles os da educação superior. “Passar” despercebido, evitar conflitos, correr, chorar e estar com amigos são estratégias que permitem a adoção de “uns meios de defesa” (Entrevista com João, 2023).

Pesquisador: Como você se sente ou se sentiu em relação às violências vivenciadas nesses espaços?

*[...] eu sou uma pessoa bem de boa e eu sou bem acoadinho, sou na minha nessa questão, se dá alguma confusão **minha resposta é correr ou chorar**, mas minha esposa, minha namorada é brava pra caralho, então qualquer sinal de que a pessoa está sendo ofensiva comigo eu tenho medo porque a probabilidade de aquela mulher tacar um tijolo na cabeça da pessoa é muito grande (Entrevista com Leonardo, 2023).*

*No EAD para mim, era bem tranquilo porque ninguém via meu rosto, ninguém ouvia quase a minha voz, porém **quando eu cheguei pra vivência presencial da faculdade foi um inferno** (Entrevista com Leonardo, 2023).*

*[...] acaba que a gente vai adotando uns meios de defesa, então **minha resposta é correr ou chorar**. Tipo para evitar alguns...eu não queria ser barrado (Entrevista com Leonardo, 2023).*

*Eu tinha muita sorte de ter minha amiga comigo e eu não ia sem ela. Então a estratégia que eu adotei desde o início da faculdade, foi sempre entrar com a **minha amiga no banheiro** (Entrevista com João, 2023).*

A reiteração da violência acaba por acionar diferentes estratégias de sobrevivência nos espaços acadêmicos. Resistência aqui não deve ser lida como “apoio institucional”!

Muitas vezes solitária: “*minha resposta é correr ou chorar*” (a partir do medo); “*ninguém ouvia quase a minha voz*” (a partir do auto-isolamento); coletivas no entorno próximo: “*foi sempre entrar com a minha amiga no banheiro*”; “*aquela mulher tacar um tijolo na cabeça da pessoa é muito grande*” (a partir da relação com pessoas próximas) advém de processos que destoam das atuais políticas inclusivas para a população trans no que afeta a educação superior. Embora, como aponta Santos:

É necessário então reconhecer que estes sujeitos, por meio de suas corporeidades e a presença de seus corpos, desestabilizam as normas de gênero, mas que, ao mesmo

tempo, também criam movimentos de resistências ao ocuparem esses espaços que são deles de direito (Santos, 2020, p.252)

É preciso problematizar que a resistência precisa ser produzida por condições de possibilidades que reconheçam avanços educacionais na área. Pensar em uma “resistência” individualizada, ou que conte apenas com um círculo próximo, que para pessoas transexuais pode ser restrito, apenas circunscreve a pessoa violentada à norma. Resistir sem amparo pedagógico, institucional, de políticas públicas parece minar a potência da transformação e de responsabilização social sobre as diferenças humanas.

As violências vivenciadas vão desde o cerceamento do trânsito de seus corpos, violência institucional, terror, medo e se estendem a banalização na forma de “brincadeira”.

Esse ambiente acaba por “convidar” homens trans a abandonarem a educação superior.

Pesquisador: Era frequente esse tipo de brincadeiras?

Durou umas três semanas, aí eu comecei a cortar. Não dava abertura. E algumas pessoas optei por não viver no mesmo ciclo. Eu falei assim: “oh, meu nome é tal, se você não me chamar assim, eu não vou te responder” (Entrevista com João, 2023).

Pesquisador: diante dessas situações em algum momento você já pensou em desistir do curso?

Diversas vezes. Acho que todo dia (Entrevista com Leonardo, 2023).

Teve momento de esperar concluir a formação para depois iniciar a transição. Adiar o processo. Nunca pensei em desistir do curso! Só adiar a transição (Entrevista com João, 2023).

Tais vivências, segundo a literatura da área da Educação, podem contribuir para o processo de evasão/expulsão de corpos transexuais da educação superior. Além de implicar em certo “não entendimento da própria existência” pode reverberar em um “uma vivência escolar não significativa e traumática [...] aumentando assim as chances de uma evasão escolar, comprometendo uma possível vivência acadêmica (Santos, 2020, p. 206).

Ainda, o “abandono e a evasão/exclusão é também uma realidade das pessoas travestis e trans universitária(o)s. E essa dinâmica ocorre justamente por conta da exigência que os padrões de normalidade têm sobre suas vidas, e que por vezes terminam por reforçar o preconceito (Silva, 2022, p. 102).

Mesmo ao declarar que não foi alvo de preconceito, Guilherme indica que tem medo de passar por alguma situação desrespeitosa e violenta:

Não, não. Creio que nunca aconteceu nada comigo diretamente, mas a gente sente um receio né? Às vezes a gente fica com medo de, sei lá, compartilhar com alguém e/ou alguém descobrir e a pessoa ser desrespeitosa, violenta e tal. É mais um receio meu, mas nunca aconteceu comigo (Entrevista com Guilherme, 2023).

Destaco também a fala de Xande que relatou não ter passado por situações de violência.

Pesquisador: Você já se sentiu agredido, durante seu processo de formação, já recebeu algum apelido que não gostou em relação a sua característica ou seu comportamento.

Entrevistado: Não, nunca ouvi ninguém falar nada. Nunca recebi nenhum apelido (Entrevista com Xande, 2023).

Tais evidências me questionam: seria problemático falar em *bullying* ou transfobia de forma generalista? Como ensino Butler (2023), tomar a identidade como algo universal não cairia na crítica do essencialismo? O marcador de gênero, analisado de forma isolada, daria conta de pensar transfobia?

4.2.3 Agentes Protetivos na Jornada Trans: encontrando apoio em momentos de vulnerabilização

Embora o ambiente de hostilidade e o *bullying* transfóbico apresentem ocorrências na vivência formativa de nossos colaboradores, cabe destacar que o ambiente destinado à formação em nível superior também possibilita a construção de redes de apoio e proteção. Nesse sentido, r(E)xistências podem ser construídas para que o trânsito de corpos trans possa marcar território nesses espaços.

Sobre as redes de apoio, a amizade surge como importante nas vivências de nossos participantes. Amigos e amigas próximas se transformam em agentes protetivos que geram sensação de acolhimento. Cabe destacar que a aproximação com outros e outras estudantes que se autorrepresentam como LGBTQIAP+ também contribuem para um processo de fortalecimento subjetivo e que impacta na marcação social da presença de corpos trans na educação superior.

Pesquisador: Você procurou apoio por alguma situação que vivenciou, recebeu algum acolhimento?

Tive apoio da minha amiga, também quando tive a questão do erro do meu TCC, conversei com o coordenador do curso, ele me deu bastante suporte. Da instituição, foi mais o coordenador do curso e a minha amiga dentro e fora da instituição (Entrevista com João, 2023).

Os moleques de lá, com medo de eu ficar desconfortável no banheiro, esperaram na porta, tipo um bando de segurança. Porque se alguém fora do departamento for usar o banheiro pra... tipo, não terá problema nenhum. Tanto que uma vez o banheiro estava sendo lavado e a biblioteca é na frente do departamento, aí eu falei: vou usar o banheiro da biblioteca. Os moleques foram comigo, parecia uma carreta atrás de mim para não ter perigo no banheiro porque eles sabiam das experiências traumáticas que eu tive na primeira semana de aula. Então ali, eu me sinto acolhido pra caramba (Entrevista com Leonardo, 2023).

Eu tinha muita sorte de ter minha amiga comigo e eu não ia ao banheiro sem ela. Então a estratégia que eu adotei desde o início da faculdade, foi sempre entrar com a minha amiga no banheiro (Entrevista com João, 2023).

[...] dos meus amigos. Fiz muitos amigos na faculdade, a maioria deles são LGBT, era um grupinho que me entendia e me respeitava pra caramba (Entrevista com Leonardo, 2023).

Tem algumas pessoas na minha convivência que são bem defensoras, então se alguém falasse algumas merdas, acho que elas caíam metendo em cima (Entrevista com Xande, 2023).

Nas entrevistas foi apontado que a relação de amizade, principalmente com os amigos da mesma turma, a proximidade com alguns professores e o respeito pelo nome social constituem momentos de potência para os homens trans, participantes desta pesquisa, em seus processos de formação inicial na educação superior. Essas vivências se somam para produzir redes estratégicas de autorrepresentação positiva nesses espaços, fato que pode favorecer o processo de formação profissional e pessoal desses sujeitos.

Pesquisador: Pode me falar como é estar em sua classe e como você se sente com seus colegas e professores sendo, homem trans?

Com os professores foi bem tranquilo, porque eu optei por fazer a transição tanto a terapia hormonal quanto o nome social quando eu já tinha feito a retificação do nome. Eu tive praticamente dois colegas que começaram a me respeitar (Entrevista com João, 2023).

A amizade também é apontada como fator de proteção, apoio e resistência para sujeitos LGBTQIAP+. Como apontado por pesquisas anteriores, ter amigos possibilita certa relação positiva, tanto para o reconhecimento de si quanto para o estabelecimento de relações interpessoais (Prado, 2014; Quirino, 2018; Silva, 2021). Nesse sentido, espaços que potencializam a criação de vínculos de pertencimento e troca de experiência favorecem a permanência de homens trans na educação superior. Quando colegas “passam a respeitar” de certa maneira permite ao sujeito ser reconhecido como membro de um grupo.

Eu acho que meus amigos são minha maior rede de apoio. Faço parte do grupo trans 34. Me sinto apoiado por esse grupo (Entrevista com Xande, 2023).

Professores também foram citados nas entrevistas como agentes com os quais os estudantes tiveram boa relação.

Sim. Foi um carinho muito grande porque os meus professores foram os primeiros a me receber extremamente bem. Falei, meu nome não é esse que tá na chamada, é esse daqui. Não tive problema com isso. Ai depois disso o contato com o pessoal da minha turma, são divididos por ano, né? Tipo, muitas vezes a gente faz matéria com outros anos, eu sou 021. O pessoal da 021 é extremamente de boa (Entrevista com Leonardo, 2023).

Na faculdade eu nunca tive problemas com alguém me invalidando pessoalmente, na minha cara, mas os professores foram os mais de boa. De todos! (Entrevista com Xande, 2023).

(...) Principalmente professores, eles são bem preocupados com respeito em sala de aula, então, acho que não teria muito problema em relação a isso não (Entrevista com Xande, 2023).

Alguns professores aparecem em outra investigação como agentes de proteção citados por jovens LGBTQIAP+ como agentes de proteção. Quirino (2018) discutiu o que nomeio como “Rede de Apoio Afetivo-Profissional” quando das vivências de sujeitos não heterossexuais no processo de escolarização. Desta que a “escola, mesmo sendo para eles um ambiente extremamente homofóbico, ainda possui profissionais com ações isoladas e pontuais, que se apresentam como sujeitos que ofertam apoio afetivo” (Quirino, 2028, p. 53).

Professores(as) e/ou outros agentes educacionais podem se constituir como agentes de transformação de situações de violência direcionadas a homens trans na educação superior. “A presença de uma rede de apoio Afetivo-Profissional no ambiente escolar auxilia na sobrevivência de jovens que se encontram em processo de vulnerabilidade social” (Pessoa, 2015 *apud* Quirino, 2018, p. 60).

Atividades extracurriculares como, por exemplo, a participação em grupos e/ou ligas acadêmicas também foram apontadas como espaços para suporte. A relação com outros estudantes, inclusive de outros cursos, além do trabalho com temáticas relacionadas à sexualidade humana se constitui, para Guilherme, como fato de “muito suporte”.

Então, dentro da faculdade a gente tem a liga da sexualidade que é uma liga intercurso. Ela abrange o curso de medicina, psicologia, enfermagem e dentro dessa liga a gente tem muito suporte. A gente trabalha assuntos relacionados à comunidade LGBTQI+ (Entrevista com Guilherme, 2023).

(...) tem, um grupo eu acho. Eu assisti uma palestra deles no semestre passado. Mas eu não lembro direito o nome do grupo...acho que é liga LGBT, sexualidade UNIPAM...Enfim, eu nunca cheguei a procurar eles não (Entrevista com Xande, 2023).

Quando o contexto da formação em nível superior possibilita a troca de experiências para além das disciplinas, há o favorecimento de novas formas de relação, inclusive para o reconhecimento positivo em uma expressão de gênero transexual. Sobre a relação entre tais atividades e autonomia/independência dos estudantes em nível superior, Fior e Mercuri (2009, p. 205) destacam que “o envolvimento com as atividades extracurriculares atua como um laboratório para o desenvolvimento da mesma, visto que a autonomia, no plano acadêmico, refere-se à capacidade de o estudante implementar as próprias atividades, visando satisfazer suas necessidades e desejos”. Talvez, ou, inclusive, o desejo de ser reconhecido como “é”.

A família, ao contrário do que evidenciam alguns estudos como o de Quirino (2018) também se configura, para a maioria dos colaboradores, como mecanismos de proteção e apoio. Parece que ser aceito no seio do lar potencializa possibilidades para enfrentar as hostilidades do social.

Pesquisador: Quando passa por situações de transfobia, você se sente acolhido pela sua mãe e namorada. Pode comentar um pouco sobre isso?

Sim. Elas são incríveis! Melhor foi o dia que minha mãe foi visitar a faculdade. Estava ela e minha mãe, pareciam dois seguranças atrás de mim (Entrevista com Leonardo, 2023).

Eu não desisto também por causa da minha mãe. Porque eu tive a grande felicidade de ter uma mãe que me apoiou desde o início e está me apoiando até agora (Entrevista com Leonardo, 2023).

A família, seja ela constituída por qualquer laço afetivo que gere convivência, acolhimento, aporte financeiro e laços de parentesco, mesmo que não consanguíneos, é apontada como fator de proteção. Embora seja denunciada como fator de expulsão de corpos trans, têm-se, nesta pesquisa, dados que demonstram que ela se faz importante para o processo, inclusive de profissionalização de homens trans.

A pesquisa de Quirino (2018), mesmo ao não focar o público trans, indica que não “se pode negar a importância da relação de parentesco” (Quirino, 2018, p. 54). A família, a partir do acolhimento, pode se constituir nas trajetórias de homens trans como fator de “motivação para o enfrentamento dos desafios na vida social” (Quirino, 2018, p. 54).

Laços para além dos maternos também foram citados como fatores de apoio, mesmo quando os pais tiveram dificuldades em aceitar.

(...) tenho apoio de algumas pessoas. Minha tia, minha madrinha, minha vó. Meus pais não aceitaram muito bem não (Entrevista com Xande, 2023).

O apoio de profissionais da área da saúde também apareceu nas entrevistas analisadas como fator importante para o processo de transição e permanência nos estudos. O acompanhamento psicológico foi citado por João como fator de “força” para se autorrepresentar positivamente e concluir o curso de graduação.

Pesquisador: Quando passa por situações de transfobia, você se sente acolhido por alguém da sua família ou outras pessoas? Pode comentar um pouco sobre isso?

[...] a questão do apoio psicológico me deu essa força para fazer a transição antes de pegar o diploma. Até porque eu já tô no final do curso, a ajuda psicológica me deu esse apoio (Entrevista com João, 2023).

Nesse sentido, percebe-se que o processo de se estabelecer como homens trans na educação superior remete a pensar em acesso e relações com profissionais da área da saúde. Embora não seja foco desta Dissertação, as entrevistas apontam para futuras investigações que relacionem Educação em Saúde com o acesso e permanência de homens trans da educação superior.

CONSIDERAÇÕES (TRANS)ITÓRIAS

Ao chegar na redação destas considerações transitórias cabe resgatar alguns pontos relacionados aos propósitos desta pesquisa. Nesse sentido, o problema proposto para o desenvolvimento da investigação foi mapear experiências de *bullying* vivenciadas por homens trans no processo de formação na Educação Superior.

O problema se desdobrou em três objetivos específicos: a) Averiguar experiências que homens trans vivenciaram/vivenciam durante o processo de formação em relação às suas expressões de gênero; b) Problematizar as implicações do *bullying* transfóbico materializado no processo inicial de formação; c) Mapear possíveis formas de resistências que produzem ou que possibilitam construir redes de apoio e proteção para ocuparem os espaços formativos na Educação Superior.

No que se refere a transexualidade cabe ressaltar que expressões que se produzem nessa perspectiva são alvos de processos socioculturais que contribuem não só para o não reconhecimento de si, quanto para sanções de impedimentos sociais como exemplo, acessar e permanecer nas Instituições de Educação Superior. Dentre as estéticas trans, quando pensamos nas masculinas, a complexidade da temática se agrava devido ao viés existente na literatura acadêmica da educação, que enfatiza transfeminilidades deixando lacunas e possibilidades para pesquisas sobre homens trans. Nesse contexto, os “corpos trans” são frequentemente alvo de estigmatização por meio de diversas formas de violência, incluindo *bullying* e transfobia, as quais impactam o bem-estar emocional e psicológico desses sujeitos.

Logo, ao defender a concepção do *bullying* como um comportamento sistemático de intimidação, reconheço a necessidade de não analisar o termo de forma isolada, evitando apagamentos das lutas daqueles que foram pioneiros na conquista dos nossos direitos fundamentais, inclusive o direito de "existir". Além disso, é importante considerar outras formas de violência, como a transfobia.

Nesse contexto, proponho a adoção do termo "*bullying* transfóbico" nesta Dissertação. Esta expressão visa ressaltar que não enfrentamos apenas a transfobia, mas também somos alvos de outras manifestações de violência, como o *bullying*. Desse modo, ao utilizar essa expressão, a intenção é não apenas abranger os atos específicos de intimidação, mas também compreender o contexto mais amplo em que a transfobia se manifesta. Isso implica considerar as influências sociais, culturais e políticas que alimentam e perpetuam o *bullying* transfóbico. A intenção é reconhecer que a violência pode assumir diversas formas e está enraizada em sistemas mais abrangentes de discriminação e preconceito.

Por conseguinte, os propósitos desta pesquisa, derivados dos objetivos específicos, resultaram na constatação do impedimento de acesso ao banheiro por homens trans participantes do estudo. Esta constatação evidenciou uma realidade concreta de discriminação e violação de direitos fundamentais, ressaltando a necessidade de implementação de políticas e práticas inclusivas no ambiente acadêmico.

Adicionalmente a pesquisa revelou que, embora o termo "*bullying*" não fosse amplamente reconhecido, a transfobia emergiu como uma manifestação central de violência enfrentada por homens trans na Educação Superior. Essa compreensão mais precisa dessa manifestação de violência permite direcionar esforços para a implementação de medidas específicas destinadas a combater a transfobia nas IES.

No que tange à condução da pesquisa, deparei-me com desafios metodológicos e na interpretação dos resultados. Isso ocorreu ao perceber que o termo "*bullying*" não era amplamente reconhecido pelos participantes da pesquisa, pois para eles, esse tipo de violência acontece apenas nas escolas de educação básica. Diante desse cenário, a complexidade em conceituar e abordar o *bullying* e a transfobia no contexto da Educação Superior originou a busca por alternativas conceituais. Essa dificuldade conduziu-me a considerar a viabilidade de adotar o termo "*bullying* transfóbico" como uma abordagem para compreender as dinâmicas da intimidação sistemática (*bullying*) e violência contra grupos específicos, no caso, homens trans.

Essa dificuldade inicial, no entanto, revelou-se uma oportunidade para aprofundar a compreensão das diversas formas de violência, direcionando o foco para a emergência da transfobia como uma manifestação central enfrentada por homens trans e o *bullying* como uma "faceta de uma violência maior". Ou seja, uma expressão específica de uma forma mais abrangente de violência motivada pela transfobia. Essa complexidade e interconexão de diferentes formas de violências podem estar presentes em um determinado contexto. Desse modo, o desafio inicial desta pesquisa, contribuiu para uma análise mais precisa e sensível das formas específicas de violências vivenciadas pelos homens trans nos ambientes acadêmicos.

Já no que diz respeito à devolutiva dos resultados da pesquisa aos participantes, pretendo realizá-la por meios virtuais, como *WhatsApp* e *E-mail*. Por meio desses canais, serão compartilhados os principais achados do estudo. Essa estratégia visa garantir que os participantes compreendam como suas contribuições influenciaram a pesquisa e de que maneira os resultados podem impactar as discussões acerca da transfobia e do *bullying* transfóbico na Educação Superior.

Por fim, antes de concluir as considerações TRANSitórias, é importante salientar que a pesquisa não buscou esgotar as problematizações aqui geradas. Ao observar os desafios enfrentados pelos homens trans no acesso e permanência na IES, foi possível identificar que, apesar das adversidades, a ocupação nelas, desses sujeitos, desencadeia possibilidades para uma subjetivação positiva. Alguns dos entrevistados compartilharam que o processo de transição teve início durante e antes da graduação evidenciando que o ambiente acadêmico também pode ser reconhecido como potente na produção de expressões de gêneros e sexualidades dissidentes dos regimes reguladores. Desse modo, considero importante reconhecer as potencialidades do espaço acadêmico na promoção da diversidade e inclusão da população trans.

Todavia, a vivência acadêmica dos homens trans é permeada por desafios relacionados à transfobia e os principais desafios enfrentados por eles nesses espaços abrangem a busca por reconhecimento e respeito à sua identidade de gênero, bem como o acesso adequado aos banheiros nesses espaços. No entanto, caberia pensar na possibilidade de programas de conscientização sobre a transfobia e o *bullying* transfóbico nas instituições de Educação Superior. Como foi relatado nas entrevistas, as redes de apoio nas IES e entre homens trans desempenham um papel significativo na experiência acadêmica, proporcionando suporte emocional e prático. Essas redes exercem influência direta na resiliência diante das adversidades, fortalecendo os laços de solidariedade.

No contexto abordado, como homem trans e pesquisador, constato que nossas vivências, em especial as marcadas por formas de violência, como o “*bullying* transfóbico”, exercem impacto em nossas escolhas tanto acadêmicas quanto profissionais. Contudo, ao superar esses obstáculos conseguimos moldar nossas trajetórias acadêmicas e profissionais. Superar esses desafios, revela-se essencial para cultivar o sentido de PERTENCIMENTO, reafirmando nossa identidade não apenas enquanto homens trans, mas como SERES HUMANOS.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DO SENADO. **Pesquisa revela que adolescentes LGBT sofrem 'bullying' e se sentem inseguros.** Publicado em: 22 nov. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/22/pesquisa-revela-que-adolescentes-lgbt-sofrem-bullying-e-se-sentem-inseguros>. Acesso em: 15 ago. 2022.

AGUIAR, Juno Mendes de. **Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959).** 2020. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

ARAÚJO, Samuel Moreira de. **As trajetórias escolares de homens trans: da educação básica ao ensino superior.** 2021. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Educação, 2021

ALMEIDA, Raul Gomes de; SANTOS, Manoel Antônio dos. Transmasculinidade e teoria queer: a experiência corporal da infância à vida adulta. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, 2021. ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **E assim nasceu o movimento nacional de Travestis e Transexuais.** Disponível em: <<https://antrabrasil.org/historia>>. Acesso em: 20 dez. 2023. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33240127>

ARAÚJO, Samuel Moreira de. **As trajetórias escolares de homens trans: da educação básica ao ensino superior.** 2021. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Educação, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS. ABIA. **Visibilidade Trans: Ao dar à luz, Alexandre Peixe descobriu o amor entre pai e filha.** 30 de janeiro de 2020 [online]. Disponível em: <https://encurtador.com.br/adHIM>. Acesso em: 20 dez.2023.

ÁVILA, Simone Nunes. **Transhomem, Homem Trans, Trans, Homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo.** 2014. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** 3 ed. Salvador, BA: Devires, 2017.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 548-559, maio-agosto/2011

BENSON, Kristen; WESTERFIELD, Eli; VAN EEDEN-MOOREFIELD, Brad. Transgender people's reflections on identity, faith, and Christian faith communities in the US. **Sexual and Relationship Therapy**, v. 33, n. 4, p. 395-420, 2018. <https://doi.org/10.1080/14681994.2018.1472375>

BERLESE, Denise Bolzan *et al.* Bullying e violência social: Vivência de adolescentes obesos. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 15, n. 1, p. 491-503, 2017. <https://doi.org/10.11600/1692715x.1513111042016>

BESERRA, Thiago Soares; BRITO, Ahecio Kleber Araújo; RIBEIRO, Sergio Luis Galan. Homofobia nas aulas de educação física: um desafio para os professores de educação física do município de Burity dos Montes. **Form@re**. v.7, n. 2, p. 81-90, jul./dez. 2019.

BOFFI, Leticia Carolina. **Tornando-se homem: processo de agenciamento de corporalidades de homens trans- contribuições para o campo emergente das transmasculinidades**. 2022. 169f. Dissertação (Mestrado Psicologia em Saúde e Desenvolvimento) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, Ribeirão Preto, 2022.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. 1 ed. São Paulo: n-1, 2019.

BUTTLER, Judith. **Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. Caderno de Leituras n. 78. São Paulo: Edições Chão da Feira, 2018.

CAMARGO, Eric Seger de. **“Pessoas trans no esporte”: os jogos da cisnormatividade**. 2020.155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2020.

CARDOSO, Thomas Victor Barreto. **Construção das transmasculinidades: memórias e narrativas**. 2022. 101f. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciências Humanas e Educação - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba, 2022.

CASTAÑEDA, Marina. **A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas**. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

CARVALHO, Guilherme Paiva de; OLIVEIRA, Aryanne Sérgia Queiroz de. Gênero, transexualidade e educação: reconhecimento e dificuldades para emancipação. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 10, n. 4. especial, p. 58-75, set./dez. 2017. <https://doi.org/10.18764/2358-4319.v10n4especialp58-75>

CORREIA, Raissa Gazola; SANTOS, Rodrigo dos. O bullying na educação escolar: uma proposta de intervenção. **Coleção de artigos científicos do UNIFAFIBE**. Bebedouro, SP, 2018. Disponível em: <http://192.168.7.116:8080/xmlui/handle/123456789/224>. Acesso em: 15 out. 2020.

COUTO, Ana Claudia Porfirio *et al.* Pilares da educação: um caminho para prevenir o bullying nas aulas de educação física. **The FIEP Bulletin**, v. 80, p. 330-332, 2010.

ESPINOZA CATALÁN, Ana María; ALBORNOZ, Natalia. Sexismo en Educación Superior: ¿Cómo se Reproduce la Inequidad de Género en el contexto Universitario? **Psykhé**, v. 32, n. 1, 2023. <https://doi.org/10.7764/psykhe.2021.35613>

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 7 ed. Rio de Janeiro: Verus, 2012.

FERNANDES, Hugo *et al.* Violência interpessoal contra homossexuais, bissexuais e transgêneros. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, p. eAPE 01486, 2022. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO014866>

FERNANDES, Luís; CARVALHO, Maria do Carmo. Por onde anda o que se oculta: o acesso a mundos sociais de consumidores problemáticos de drogas através do método snowball. **Revista toxicodependências**. v. 6, n. 3, p. 17-28, 2000.

FIOR, Camila Alves; MARTINS, Maria José. A docência universitária no contexto de pandemia e o ingresso no ensino superior. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 10, p. 1-20, 2020.

FIOR, Camila Alves; MERCURI, Elisabeth. Formação universitária e flexibilidade curricular: importância das atividades obrigatórias e não obrigatórias. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 191-215, 2º sem. de 2009. <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2020.24742>

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2011. (Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque).

FRANÇA, Rebecka de. Educação, o segredo da ascensão. In: SOUSA, Dediane; ARAÚJO, Tathiane (Org.). **Censo Trans: Reflexões sobre os dados do censo trans**. São Paulo: RedeTrans, 2020. p. 18-22.

FRANCISCO, Marcos Vinicius. **Percepções e formas de enfrentamento de adolescentes frente ao bullying**. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2010.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 395-403, 2013. <https://doi.org/10.5216/sec.v16i2.32198>

GATO, Jorge. Discriminação contra pessoas LGBTI+: Uma revisão de literatura nacional e internacional. **Estudo nacional sobre as necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de gênero e características sexuais**, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Antônio Carlos do Rego. **Bullying transfóbico**: experiências de discriminação e violência de pessoas trans em contexto escolar. 2014. 57 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade do Porto, Porto, 2014.

GRANT, Jaime M. *et al.* **Injustice at Every Turn: A Report of the National Transgender Discrimination Survey**. Washington: National Center for Transgender Equality and National Gay and Lesbian Task Force, 2011.

HALBERSTAM, Jack. **Female Masculinity**. Durham: Duke University Press, 2008.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. Ensaio sobre transmasculinidades negras: desafios e inquietações. In: **Transmasculinidades Negras: narrativas plurais em primeira pessoa**. Organizadores: Bruno Silva Santana, Leonardo Morjan Britto Peçanha, Vêrsio Gonçalves Conceição. 1 ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021. p. 133-140.

HONRÁRIA, Anita Castellani; OTTATI, Fernanda; CUNHA, Felipe Augusto. Avaliação da adaptação ao ensino superior. **Psicologia para a América Latina**, n. 32, p. 97-105, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014, p. 3-18.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, p. 1-30, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História agora**, v. 16, p. 101-123, 2013

KILGO, Cindy A. *et al.* High impact for whom? The influence of environment and identity on lesbian, gay, bisexual, and queer college students' participation in high-impact practices. **Journal of College Student Development**, v. 60, n. 4, p. 421-436, 2019. <https://doi.org/10.1353/csd.2019.0038>

LANZ, Letícia. O sexo, o gênero e as pessoas transgêneras. **Revista Diversidade e Educação**, v. 5, n. 1, p. 13-23, jan./jun. 2017. <https://doi.org/10.14295/de.v5i1.7382>

LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Transexualidade, psicose e feminilidade originária: entre psicanálise e teoria feminista. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-82, abr. 2017. <https://doi.org/10.1590/0103-656420140085>

LIMA, Suome Matheus Vilela de. Biologicamente Boyceta: inclusão, alargamentos identitários e (não) subversões linguísticas. **Pensar a Educação**, [S.l.], 19 mar. 2021. Disponível em: <https://11nq.com/dbfNG>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 77, p. 70-87, set. 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87>

LOPES, Fábio Henrique. Corpos trans! Visibilidade das violências e das mortes. **Revista Transversos**. Dossiê: O Corpo na História e a História do Corpo. Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 08-22, dez. 2015. <https://doi.org/10.12957/transversos.2015.19793>

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MENESES, Cleber. Reflexões sobre a diáspora trans. **Revista Ambivalências**, v. 10, n. 19, p. 179-215. <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v10n19p179-215>

MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisa pós-crítica em Educação**. 2a. ed. Mazza: 2021.

MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de S. (org.); DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 9-29.

MISKOLCI, Richard; SIGNORELLI, Marcos Claudio; CANAVESE, Daniel; TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso; POLIDORO, Mauricio; PIRES, Otavio Moretti; SOUZA, Martha Helena Teixeira de; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Desafios da Saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. **Ciências & Saúde Coletiva**. v. 27, p. 3815-3824, 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022710.06602022>

MIRANDA, Noemi Lopes. **Bullying Transfóbico no Contexto Escolar Português: Narrativas de Jovens Trans**. 2021. 59f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade do Porto, Porto, 2021.

MONTRONE, Aida Victoria Garcia *et al.* Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. **Revista Gênero**, v. 21, n. 1, p. 6-23, 2020. <https://doi.org/10.22409/rg.v21i1.46596>

NEVES, Benjamin de Almeida; PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. Os desafios das transmasculinidades no ambiente educacional: violências e intersecções. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 13, p. 143-160, 2021. <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2021.13.12397>

OLIVEIRA, Josi Rosa de; GOMES, Magda Altafini. Bullying: reflexões sobre a violência no contexto escolar. **Revista Educação por Escrito – PUCRS**, v.2, n. 2, jan. 2012.

OLIVEIRA, Lucas Guerreiro. "A educação é uma catapulta para a liberdade": acesso e permanência de homens trans em instituições de ensino superior. 2020. 143 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, 2020.

OLIVEIRA, R. F. Níveis de ensino. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

ONU. Organização Das Nações Unidas. **OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais**. 06 junho de 2019 [online]. Disponível em: <https://bit.ly/3QqfllK>. Acesso em: 27 jul. 2022.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas Pós-Críticas em Educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 283-303, mai./ago. 2004. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000200002>

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. Ensaio sobre transmasculinidades negras: desafios e inquietações. In: **Transmasculinidades Negras: narrativas plurais em primeira pessoa**.

Organizadores: Bruno Silva Santana, Leonardo Morjan Britto Peçanha, Vêrsio Gonçalves Conceição. 1 ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021. p. 133-140.

PFEIL, Bruno Latini *et al.* Mapeamento educacional das transmasculinidades. **Revista Estudos Transviados**.v.4, n. 7, Edição Especial, junho de 2023.

PRADO, Vagner Matias do; ALTMANN, Helena. Problematizações sobre acesso e permanência de estudantes LGBTQIA+ na universidade pública: apontamentos sobre produções acadêmicas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 39, n. 1, e118646, 2023. <https://doi.org/10.21573/vol39n12023.118646>

PRADO, Vagner Matias. Metodologias e estratégias possíveis: como operar com gênero e sexualidade? **Rebeh-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 02, p. 45-61, 2019. <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2019.6.9951>

PRADO, V. M.; SILVA, R. Diversidade Sexual e de Gênero na Universidade Federal de Uberlândia: entre limites e potencialidades. In: SOUZA, S. T.; CALDERARI, E. S. (Org.). **Diversidade Sexual e de Gênero na Universidade Federal de Uberlândia: entre limites e desafios**. 2023

PRADO, Vagner Matias. Patrício Manuel: uma masculinidade queer no boxe para “homens”. **Revista Punto Género**, n. 16, p. 241-265, 2021. <https://doi.org/10.5354/2735-7473.2021.65894>

PRECIADO, Paul. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 19(1), p. 11-20, jan./abr., 2011b. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>

QUIRINO, Rafael Contini. **O corpo (des)educado: narrativas sobre sexualidades e as trajetórias de escolarização**. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Mestrado em Educação. Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2019.

RODRIGUES, Edwirges Elaine; ALVARENGA, Maria Amália De Figueiredo Pereira. Transexualidade e dignidade da pessoa humana. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**. v. 10, n. 1, p. 72-93, 2015. <https://doi.org/10.5902/1981369418583>

ROSA, Eli Bruno Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, 2020. <https://doi.org/10.5380/petfilo.v18i2.68171>

SANTOS, Sandro Prado; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; MARTINS, Matheus Moura. Educação em biologia menor: livros didáticos e redes possíveis de desterritorialização de gêneros e sexualidades. *Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora*, v. 23, n. 2, p. 382-398, mai./ago. 2021. <https://doi.org/10.34019/1984-5499.2021.v23.33778>

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos. **Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do sul do Brasil e a multiplicidade espacial**. 2020. 283f. 2020. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa.

SANTOS, Alexandre Peixe dos; MORELLI, Fábio. “Homens do futuro”: o movimento de homens trans no Brasil sob o olhar de Xande Peixe. In. **História do Movimento LGBT no Brasil**. Organizadores: VERDE, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio;

FERNANDES, Marisa. 1.ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 403-419

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direitos a universidade?** O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: 2017.

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. *Perspectiva*, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 1–25, 2020. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e65334>

SERRANO, Jéssica Leite; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira; GOMES, Isabelle Sena. Transexualidade e educação física: uma revisão sistemática em periódicos das ciências da saúde. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 3., p. 1119-1132, jul./set. de 2017. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.64857>

SCHILLING, Flávia. Marx e Foucault: um estudo sobre o papel da violência, das leis do Estado e das normas na construção do operário disciplinado. *Plural: Sociologia*. São Paulo, n. 4, p. 42-59, 1º semestre. 1997. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.1997.75896>

SILVA, Mariana Furtado. **Trajetórias Trans: apoio social e relações afetivo-sexuais de transexuais**. 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento

SILVA, Rosilaine Cristina. **(Trans)formando no ensino superior: trajetórias de estudantes travestis transexuais na Universidade Federal de Uberlândia**. 2022. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

SILVA, Rosilaine Cristina; PRADO, Vagner Matias. Educação (TRANS)formando a vida de pessoas travestis e transexuais. In: CALDERARI Elaine Saraiva; SOUZA Sauloéber Tarsio de; SOUSA Klênio Antônio; SILVEIRA Élder Eterno da (Org.). **Diversidade Sexual e de Gênero na Universidade Federal de Uberlândia: entre limites e potencialidades**. Uberlândia: EDUFU, 2023, v. 1, p. 284-301, 2023.

SOUZA, Galdino Rodrigues *et al.* A homofobia como uma das faces do bullying: análise em periódicos científicos da Educação Física. **Motrivivência**, v. 30, n. 54, p. 245-262, 2018. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n54p245>

SOUZA, Heloisa Aparecida de; BERNARDO, Marcia Hespagnol. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Bagoas**, s.v., n. 11, p. 157-175, 2014.

TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa; PALHANO, Luciano. Breve histórico das transmasculinidades no Brasil no século XX e início do século XXI. **Revista Estudos Transviades**, v. 3, n. 5, junho de 2022.

UCHÔA, Luiz Fernando. Transmasculinidades e os desafios cotidianos. **Revista Educação - UNG-SER**, v. 12, n. 1, jan./dez. 2017.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Resposta do Setor de Educação ao bullying homofóbico**. Caderno 8. Brasília: UNESCO, 2013.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Una lección diaria Acabar con la violencia en las escuelas #ENDViolence**. Nova York, set. de 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/73526/file/An-Everyday-Lesson-ENDviolence-in-Schools-2018-SP.pdf.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgenderidade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S.,

CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L. (Orgs.). **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 249-270.

VIANA, Carolina Pinto *et al.* A vivência de estudantes transgênero na universidade. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, 2022. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO019666>

VICENTE, Guilherme Calixto; BRANDI, Caru Costa. Direitos reprodutivos e sexuais em foco: Experiências de boycetas em atendimento ginecológico. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 7, n. 3, p. 229-245, 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

YARHOUSE, Mark A.; CARRS, Trista L. MTF transgender Christians' experiences: A qualitative study. **Journal of LGBT issues in counseling**, v. 6, n. 1, p. 18-33, 2012. <https://doi.org/10.1080/15538605.2012.649405>

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Bullying vivenciado por homens transexuais no Ensino Superior”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Samuel Oliveira Santos e Vagner Matias do Prado. Nesta pesquisa, nós estamos buscando mapear experiências de bullying vivenciadas por homens transexuais no processo de formação inicial em cursos de graduação. Além disso, buscaremos averiguar experiências que homens transexuais vivenciaram/vivenciam durante o processo de formação em relação as suas expressões de gênero; problematizar as implicações do bullying transfóbico materializado no processo inicial de formação; mapear possíveis formas de resistências que provocam ou que possibilitam construir redes de apoio e proteção para ocuparem os espaços formativos no Ensino Superior.

O Termo/Registro de Consentimento Livre e Esclarecido está sendo obtido pelo pesquisador Samuel Oliveira Santos. E o termo será aplicado ONLINE via Google Formulários, sendo divulgado em sua totalidade na primeira página do formulário. Após a leitura do TCLE, haverá duas opções de marcação, são elas: Eu aceito participar da pesquisa citada acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido. Eu não aceito participar da pesquisa citada acima, após ter sido devidamente esclarecido. O participante que aceitar participar da pesquisa será encaminhado a outro link contendo o questionário. Caso a participação não for aceita, a pessoa será direcionada à página de envio do formulário, finalizando assim sua participação.

Todas as fases da pesquisa serão realizadas através de plataformas digitais (e-mail, Google Meet® e Google Forms®). Na sua participação, você será submetido a um questionário de múltipla escolha contendo vinte e duas questões e a uma entrevista a fim de traçar seu perfil socioeconômico e mapear indícios de situações de bullying transfóbico vivenciadas durante o processo de formação inicial em cursos de nível superior. O questionário e a entrevista serão realizados de FORMA ONLINE via Google Meet® e Google Forms®. O roteiro de entrevista será composto por oito perguntas. A entrevista será agendada via e-mail e WhatsApp® logo após o preenchimento do questionário. A entrevista será gravada em áudio para posterior transcrição e análise. Você poderá responder o questionário no horário mais conveniente para você. Já a entrevista será agendada em horário que você esteja disponível e considere

conveniente. O tempo aproximado para o preenchimento do questionário será de 50 minutos. Já o tempo para a participação na entrevista será de, aproximadamente, 30 minutos. Ademais, você terá o tempo que for necessário para decidir ou não participar da pesquisa (conforme item IV da Resolução nº 466/2012 ou Capítulo. III da Resolução nº 510/2016). Em nenhum momento você será identificado.

Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Além disso, há o compromisso dos pesquisadores de divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso IV). Você não terá nenhum gasto e nem ganho financeiro por participar na pesquisa. Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19). Os riscos da participação na pesquisa consistem em possível identificação do entrevistado. Para evitar que haja essa identificação, utilizaremos nomes fictícios. O constrangimento ao responder pode ser outro risco evidenciado: ele pode se manifestar em origem psicológica, por acanhamento ao responder o questionário, desconforto, medo, vergonha, estresse e cansaço ao responder às perguntas. Para mitigar o risco, você poderá responder o questionário em local reservado, de sua escolha, e até mesmo não responder a questões que considere constrangedoras. Além disso, caso você sinta qualquer desconforto físico ou moral, você pode desistir da resolução do questionário sem que isso acarrete qualquer ônus.

Os benefícios serão a produção de conhecimento científico, além de identificar possíveis situações de bullying transfóbico vivenciados por homens transexuais durante o processo de formação inicial em cursos de nível superior. A análise dos dados poderá contribuir para a formulação de novas políticas públicas de combate à transfobia dentro das instituições acadêmicas. O pesquisador responsável atenderá as orientações das Resoluções nº 466/2012, Capítulo XI, Item XI.2: f e nº 510/2016, Capítulo VI, Art. 28: IV - mantendo “os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa” (CNS,2016, p.1). Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Será enviada a você por e-mail uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente assinada e rubricada pelos pesquisadores. Caso aceite participar desta pesquisa, clique em “desejo participar da pesquisa” e você será

encaminhado a outro link contendo o questionário. Caso não deseje participar, basta clicar em “não desejo participar da pesquisa” e o formulário será automaticamente encerrado.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Vagner Matias do Prado, contato: (34) 99178-3135 ou Samuel Oliveira Santos, contato: (34) 99116-9183. E-mail vmp@yahoo.com ou samuololiveira.86@outlook.com, ou via Faculdade de Educação (FACED) / Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED). Av. João Naves de Ávila, 2121 – bloco G – Campus Santa Mônica – CEP 38400-902 – Uberlândia/MG | 34 3239-4212. Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf. Você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos – CEP, da Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; pelo telefone (34) 3239-4131 ou pelo e-mail cep@propp.ufu.br. O CEP/UFU é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

() Aceito participar da pesquisa citada acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido. () Não desejo participar da pesquisa acima.

Uberlândia, de de 2023

Assinatura do participante de pesquisa

Assinaturas dos pesquisadores

ANEXO B - PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG**



Continuação do Parecer: 5.796.024

(F) Desfecho Primário e Secundário – Para a análise dos dados, apresentaremos o perfil socioeconômico dos participantes. Para isso, os dados serão tabulados para a produção de quadros e descrições que possibilitem a compreensão do(a) leitor(a). Já as entrevistas serão transcritas na íntegra para que se possa elaborar eixos problematizadores a partir de temas que se repetirem nas diferentes narrativas. Nessa etapa, o procedimento para a análise dos dados será inspirado na Análise Temática.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO – “Os participantes da pesquisa deverão atender aos critérios de inclusão delimitados, a saber: 1) Ser formado ou estar matriculado no ensino superior, em qualquer curso de graduação, independentemente se pública ou privada; 2) Ser maior de 18 anos; 3) Reconhecer-se como homem trans; 4) Aceitar, de forma espontânea, participar da investigação; 5) Entregar, assinado, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).”

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO – “Como critérios de exclusão, serão adotados: 1) No caso de alunos matriculados no ensino superior, estarem temporariamente desligados do curso devido a trancamento de matrícula ou mobilidade estudantil; 2) Não entregar, no prazo máximo de 1 semana após o contato inicial, o TCLE devidamente assinado; 3) Não ter acesso a equipamentos e/ou pacote de dados/acesso a rede mundial de computadores, que permitam responder aos instrumentos para a geração de dados de forma remota.”

CRONOGRAMA – Coleta de dados de 12/12/2022 a 15/02/2023.

ORÇAMENTO – Financiamento próprio R\$ 1.050,00.

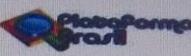
Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO - Mapear experiências de bullying vivenciadas por homens transexuais no processo de formação inicial em cursos de graduação, residentes no município de Patos de Minas e região.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS - a. Averiguar experiências que homens transexuais vivenciaram/ vivenciam durante o processo de formação em relação as suas expressões de gênero; b. Problematizar as implicações do bullying transfóbico materializado no processo inicial de formação; c. Mapear possíveis formas de resistências que provocam ou que possibilitam construir

Enderço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA
 Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: cep@procp.ufu.br

Página 03 de 11

UFU UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG 

Comissão de Ética em Pesquisa

Continuação do Parecer: 5.766.824

redes de apoio e proteção para ocuparem os espaços formativos no ensino superior.

HIPÓTESE - Os homens transexuais irão relatar situações de bullying vivenciadas no percurso de sua formação no ensino superior, indicando sofrimento psíquico em razão dessas vivências bem como prejuízos em relação à construção de suas subjetividades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS - Conforme a resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta os procedimentos éticos em pesquisas com seres humanos, será garantido aos participantes o sigilo sobre informações a serem geradas. Nesse sentido, para minimizar os riscos, nenhuma informação pessoal que possa identificar o respondente será utilizada. Faremos uso de nomes fictícios para a garantia do anonimato. No que se refere a possíveis situações de desconforto em relação a alguma questão formulada nos instrumentos, o sujeito será avisado que poderá não responder à questão ou desistir de sua participação a qualquer momento do desenvolvimento da investigação. Cabe ressaltar que, durante a entrevista que será conduzida de forma remota, o participante, caso não queira, não será obrigado, em nenhum momento, a ligar uma webcam.

BENEFÍCIOS - Os benefícios serão a produção de conhecimento científico, além de identificar possíveis situações de bullying transfóbico vivenciados por homens transexuais durante o processo de formação inicial em cursos de nível superior. A análise dos dados poderá contribuir para a formulação de novas políticas públicas de combate à transfobia dentro das instituições acadêmicas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

As pendências listadas no Parecer Consubstanciado 5.715.770, de 21 de Outubro de 2022, seguem abaixo, bem como a resposta da equipe de pesquisa e a análise de atendimento ou não da pendência feita pelo CEP/UFU.

Pendência 1 - Quanto ao TCLE (arquivo intitulado "TCLE.pdf", postado em 11/10/2022):

Pendência 1.1 - Pede-se que os pesquisadores incluam a seguinte informação, constante no modelo de TCLE na página do CEP/UFU: "Para protocolo que identifica que a coleta de dados se

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121 - Bloco "1A", sala 224 - Campus Ita. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: cep@cepp.ufu.br

Página 04 de 11

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG	
--	---

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Bullying vivenciado por homens transexuais no Ensino Superior
Pesquisador: Wagner Mañas do Prado
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 64289822.7.0000.5152
Instituição Proponente: Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

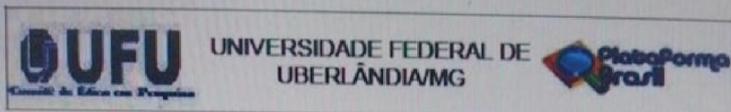
Número do Parecer: 5.756.824

Apresentação do Projeto:
As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas dos documentos PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2018575.pdf e projeto_modificado.doc, postados, respectivamente, em 06/11/2022 e 26/10/2022.

INTRODUÇÃO - O bullying contra os transexuais está atrelado, entre outros fatores, ao processo histórico e cultural da sociedade e, embora a violência ocorra em outros ambientes sociais, faz-se necessário problematizá-la no âmbito universitário. Acredita-se que o bullying contra os transexuais na universidade aconteça de maneira indireta, levando a vítima ao isolamento social. Baseados nos estudos queer, a presente proposta investigativa tem como objetivo mapear experiências de bullying vivenciadas por homens transexuais no processo de formação inicial em cursos de graduação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com participantes que serão recrutados on-line, por meio do Projeto Trans 34, sendo que a geração de dados será realizada por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas. Os dados serão analisados por meio de Análise Temática. Espera-se que a investigação produza dados que contribuam para visibilizar essa população e mapear desafios e estratégias que produzem para o acesso, permanência e conclusão de cursos de graduação.

Endereço: Av. João Naves de Avila 2121 - Bloco "1A", sala 224 - Campus Ota Mônica		
Bairro: Santa Mônica	CEP: 38.409-144	
UF: MG	Município: UBERLÂNDIA	
Telefone: (34)3239-4131	Fax: (34)3239-4131	E-mail: cep@procp.ufu.br

Página 01 de 11



Contribuição do Parceiro: 5.750,024

(F) Desfecho Primário e Secundário – Para a análise dos dados, apresentaremos o perfil socioeconômico dos participantes. Para isso, os dados serão tabulados para a produção de quadros e descrições que possibilitem a compreensão do(a) leitor(a). Já as entrevistas serão transcritas na íntegra para que se possa elaborar eixos problematizadores a partir de temas que se repetirem nas diferentes narrativas. Nessa etapa, o procedimento para a análise dos dados será inspirado na Análise Temática.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO – “Os participantes da pesquisa deverão atender aos critérios de inclusão delimitados, a saber: 1) Ser formado ou estar matriculado no ensino superior, em qualquer curso de graduação, independentemente se pública ou privada; 2) Ser maior de 18 anos; 3) Reconhecer-se como homem trans; 4) Aceitar, de forma espontânea, participar da investigação; 5) Entregar, assinado, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).”

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO – “Como critérios de exclusão, serão adotados: 1) No caso de alunos matriculados no ensino superior, estarem temporariamente desligados do curso devido a trancamento de matrícula ou mobilidade estudantil; 2) Não entregar, no prazo máximo de 1 semana após o contato inicial, o TCLE devidamente assinado; 3) Não ter acesso a equipamentos e/ou pacote de dados/acesso a rede mundial de computadores, que permitam responder aos instrumentos para a geração de dados de forma remota.”

CRONOGRAMA – Coleta de dados de 12/12/2022 a 15/02/2023.

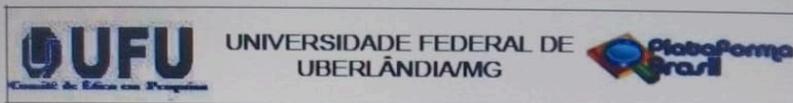
ORÇAMENTO – Financiamento próprio R\$ 1.050,00.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO - Mapear experiências de bullying vivenciadas por homens transexuais no processo de formação inicial em cursos de graduação, residentes no município de Patos de Minas e região.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS - a. Averiguar experiências que homens transexuais vivenciaram/ vivenciam durante o processo de formação em relação as suas expressões de gênero; b. Problematizar as implicações do bullying transfóbico materializado no processo inicial de formação; c. Mapear possíveis formas de resistências que provocam ou que possibilitam construir

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121 - Bloco "1A", sala 224 - Campus Dta. Mônica
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38409-144
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA
 Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: ceo@portal.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.766.824

METODOLOGIA

(A) Pesquisa/Estudo – qualitativa, estudo de campo.

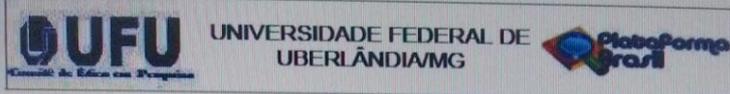
(B) Tamanho da amostra – 31 participantes, através de técnica snowball ("bola de neve") ou "recrutamento em cadeia".

(C) Recrutamento e abordagem dos participantes – Os participantes serão contatados por meio do Projeto Trans34. De acordo com seu idealizador, o projeto foi criado com o objetivo de unir a comunidade trans, de Patos de Minas e região, para criar uma rede de apoio e aprendizado entre seus integrantes. A iniciativa tem o intuito de transformar, com a participação da sociedade, os espaços e interações para que assegurem o direito das pessoas trans e travestis à saúde, ao trabalho, ao estudo e tudo que possibilite uma vida digna e respeitada. Para que haja interação entre os participantes desse projeto, foi criado um grupo de WhatsApp® chamado Transparecer. Por meio desse grupo, os integrantes se comunicam e compartilham questões cotidianas e agendam encontros informais e formais. Alguns integrantes do grupo são convidados para participarem de eventos sociais que debatem pautas LGBTQIAP+. Com vistas a explicar a proposta e chegar aos possíveis participantes, contaremos com o apoio do idealizador do grupo, que será contatado por email e/ou WhatsApp®. As informações sobre seus contatos estão disponíveis no website do projeto. A intenção é que, a partir desse contato, o idealizador possa apresentar a proposta para os membros e socializar o endereço de e-mail e contato telefônico do pesquisador. Dessa maneira, será solicitado com que o interessado entre em contato para que possamos entregar o TCLE.

(D) Local e instrumento de coleta de dados – questionário e entrevista online.

(E) Metodologia de análise dos dados – Para a análise dos dados, apresentaremos o perfil socioeconômico dos participantes. Para isso, os dados serão tabulados para a produção de quadros e descrições que possibilitem a compreensão do(a) leitor(a). Já as entrevistas serão transcritas na íntegra para que se possa elaborar eixos problematizadores a partir de temas que se repetirem nas diferentes narrativas. Nessa etapa, o procedimento para a análise dos dados será inspirado na Análise Temática.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Dta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.758.624

(F) Desfecho Primário e Secundário – Para a análise dos dados, apresentaremos o perfil socioeconômico dos participantes. Para isso, os dados serão tabulados para a produção de quadros e descrições que possibilitem a compreensão do(a) leitor(a). Já as entrevistas serão transcritas na íntegra para que se possa elaborar eixos problematizadores a partir de temas que se repetirem nas diferentes narrativas. Nessa etapa, o procedimento para a análise dos dados será inspirado na Análise Temática.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO – “Os participantes da pesquisa deverão atender aos critérios de inclusão delimitados, a saber: 1) Ser formado ou estar matriculado no ensino superior, em qualquer curso de graduação, independentemente se pública ou privada; 2) Ser maior de 18 anos; 3) Reconhecer-se como homem trans; 4) Aceitar, de forma espontânea, participar da investigação; 5) Entregar, assinado, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).”

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO – “Como critérios de exclusão, serão adotados: 1) No caso de alunos matriculados no ensino superior, estarem temporariamente desligados do curso devido a trancamento de matrícula ou mobilidade estudantil; 2) Não entregar, no prazo máximo de 1 semana após o contato inicial, o TCLE devidamente assinado; 3) Não ter acesso a equipamentos e/ou pacote de dados/acesso a rede mundial de computadores, que permitam responder aos instrumentos para a geração de dados de forma remota.”

CRONOGRAMA – Coleta de dados de 12/12/2022 a 15/02/2023.

ORÇAMENTO – Financiamento próprio R\$ 1.050,00.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO - Mapear experiências de bullying vivenciadas por homens transexuais no processo de formação inicial em cursos de graduação, residentes no município de Patos de Minas e região.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS - a. Averiguar experiências que homens transexuais vivenciaram/ vivenciam durante o processo de formação em relação as suas expressões de gênero; b. Problematizar as implicações do bullying transfóbico materializado no processo inicial de formação; c. Mapear possíveis formas de resistências que provocam ou que possibilitam construir

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121 - Bloco "1A", sala 224 - Campus Ita. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: ceo@propp.ufu.br

Página 03 de 11

 UFU Universidade Federal de Uberlândia	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG	
--	--	---

Continuação do Parecer: 5.756.824

dará por meio de questionário online, solicita-se que a modalidade de registro indique de forma **DESTACADA**, ao participante de pesquisa a importância de guardar em seus arquivos uma via do documento de Registro de Consentimento e/ou garantindo o envio de via assinada pelos pesquisadores".

RESPOSTA - eu, pesquisador, alterei o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, conforme a solicitação acima. O novo documento segue anexado com as partes realçadas na cor vermelho.

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Pendência 1.2 - Os pesquisadores informam que o questionário possui 19 questões, e que "o tempo aproximado para o preenchimento do questionário será de 2 minutos". Pede-se aumentar o tempo de preenchimento.

RESPOSTA - eu, pesquisador, alterei o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, conforme a solicitação acima. O novo documento segue anexado com as partes realçadas na cor vermelho.

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Pendência 1.3 - Consta a seguinte informação: "O participante que aceitar participar da pesquisa será encaminhado a outro link contendo o questionário perfil". Sugere-se que os pesquisadores expliquem o que é um "questionário perfil", ou que suprimam o termo "perfil".

RESPOSTA - eu, pesquisador, alterei o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, conforme a solicitação acima. O novo documento segue anexado com as partes realçadas na cor vermelho.

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Pendência 1.4 - Solicita-se que os pesquisadores expliquem, logo no começo do quarto parágrafo, que o participante será submetido a um questionário E uma entrevista, por exemplo: "Na sua participação, você será submetido a um questionário de múltipla escolha contendo dezenove questões e a uma entrevista".

Endereço: Av. João Naves de Avila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 FAX: (34)3239-4131 E-mail: cep@popp.ufu.br

Página 05 de 11

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG	
--	---

Continuação do Parecer: 5.756.624

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1) PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2018575.pdf
- 2) termo_modificado.doc
- 3) resposta_parecer.docx
- 4) declaracao_coparticipante.pdf
- 5) projeto_modificado.doc
- 6) projeto_.pdf
- 7) folha_rosto.pdf
- 8) link_lattes.docx
- 9) Entrevista_semiestruturada.pdf
- 10) Questionario.pdf
- 11) declaracao_pesquisador.pdf

Recomendações:
Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
As pendências apontadas no Parecer Consubstanciado nº 5.715.770, de 21 de Outubro de 2022, foram atendidas. Portanto, nessa versão o CEP/UFU não encontrou nenhum óbice ético.

De acordo com as atribuições definidas nas Resoluções CNS nº 466/12, CNS nº 510/16 e suas complementares, o CEP/UFU manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa.

Prazo para a entrega do Relatório Final ao CEP/UFU: MAIO/2023*.

* Tolerância máxima de 01 mês para o atraso na entrega do relatório final.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121 - Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: cep@propp.ufu.br

Página 02 de 11

 UFU <small>Consulência de Ética em Pesquisas</small>	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG	
--	--	--

Continuação do Parecer: 5.756.624

RESPOSTA - eu, pesquisador alterei o Formulário Plataforma Brasil, e ao Projeto Detalhado, conforme a solicitação acima. As alterações estão destacada em cor vermelha.

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Pendência 2.2 - Pede-se que os pesquisadores alterem, no Formulário Plataforma Brasil, a Data do Primeiro Recrutamento (11/10/2022).

RESPOSTA - eu, pesquisador alterei o Formulário Plataforma Brasil, e ao Projeto Detalhado, conforme a solicitação acima. As alterações estão destacada em cor vermelha. 12/12/2022

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Pendência 2.3 - No Formulário Plataforma Brasil, o campo "Grupos em que serão divididos os participantes da pesquisa neste centro", não foi preenchido completamente, por limitação do número de caracteres. Por isso, sugere-se que os pesquisadores substituam "APLICAÇÃO DOS QUESTIONARIOS E CONDUÇÃO DAS" por "Questionários e entrevistas".

RESPOSTA - eu, pesquisador alterei o Formulário Plataforma Brasil, conforme a solicitação acima. As alterações estão destacada em cor vermelha. Questionários e entrevistas.

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

=====

Pendência 3 - O CEP/UFU solicita o envio da Declaração Coparticipante do grupo de WhatsApp® chamado Transparecer. Se necessário, há um modelo disponível no endereço eletrônico do CEP/UFU - <http://www.propp.ufu.br/cep#tab-0-2>.

RESPOSTA - A declaração foi anexada.

Endereço: Av. João Neves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: cep@propp.ufu.br

Página 07 de 11

 UFU Universidade Federal de Uberlândia	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG	 Plataforma Brasil
--	--	--

Continuação do Parecer: 5.766.624

RESPOSTA - eu, pesquisador, alterei o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, conforme a solicitação acima. O novo documento segue anexado com as partes realçadas na cor vermelho.

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Pendência 1.5 - Pede-se que os pesquisadores expliquem como e quando se dará o agendamento da entrevista. Por exemplo, a entrevista será agendada por Whatsapp, logo após o preenchimento do questionário?

RESPOSTA - eu, pesquisador, alterei o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, conforme a solicitação acima. O novo documento segue anexado com as partes realçadas na cor vermelho.

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Pendência 1.6 - Pede-se esclarecer quantas perguntas compõem o roteiro de entrevista.

RESPOSTA - eu, pesquisador, alterei o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, conforme a solicitação acima. O novo documento segue anexado com as partes realçadas na cor vermelho. Alterações no documento foram as seguintes: O roteiro de entrevista será composto por oito perguntas. A entrevista será agendada via e-mail e WhatsApp® logo após o preenchimento do questionário(sic).

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

=====

Pendência 2 - Quanto ao Formulário Plataforma Brasil ("PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2016575.pdf") e ao Projeto Detalhado ("projeto_.pdf"), postados em 11/10/2022:

Pendência 2.1 - Pede-se que os pesquisadores substituam o termo "sujeito" por "participante" (em "Riscos");

Endereço: Av. João Naves de Avila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica			
Bairro: Santa Mônica		CEP: 38.408-144	
UF: MG	Município: UBERLÂNDIA		
Telefone: (34)3239-4121	Fax: (34)3239-4131	E-mail: cep@cepp.ufu.br	

Página 06 de 11

 UFU <small>Universidade Federal de Uberlândia</small>	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG	
---	--	---

Contribuição do Parecer: 5.758.824

Considerações Finais a critério do CEP:
O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DE PESQUISA DEVE SER INFORMADA, IMEDIATAMENTE, AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE ÉTICA.

O CEP/UFU alerta que:

a) Segundo as Resoluções CNS n° 466/12 e n° 510/16, o pesquisador deve manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;

b) O CEP/UFU poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto;

c) A aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento às Resoluções CNS n° 466/12 e n° 510/16 e suas complementares, não implicando na qualidade científica da pesquisa.

ORIENTAÇÕES AO PESQUISADOR:

- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização e sem prejuízo (Resoluções CNS n° 466/12 e n° 510/16) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, na íntegra, por ele assinado.

- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado pelo CEP/UFU e descontinuar o estudo após a análise, pelo CEP que aprovou o protocolo (Resolução CNS n° 466/12), das razões e dos motivos para a descontinuidade, aguardando a emissão do parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.

Endereço: Av. João Naves de Avila 2121- Bloco "1A", sala 324 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3238-4131 Fax: (34)3238-4131 E-mail: cep@propp.ufu.br

Página 02 de 11

Continuação do Parecer: 5.756.824

- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Resolução CNS nº 466/12). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro); e enviar a notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) apresentando o seu posicionamento.

- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, destacando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. No caso de projetos do Grupo I ou II, apresentados à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador também deve informá-la, enviando o parecer aprobatório do CEP, para ser anexado ao protocolo inicial (Resolução nº 251/97, item III.2.e).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2016575.pdf	06/11/2022 08:58:39		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_modificado.doc	06/11/2022 08:55:06	Samuel Oliveira Santos	Aceito
Parecer Anterior	resposta_parecer.docx	30/10/2022 11:55:20	Samuel Oliveira Santos	Aceito
Outros	declaracao_coparticipante.pdf	26/10/2022 20:58:01	Samuel Oliveira Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_modificado.doc	26/10/2022 19:59:20	Samuel Oliveira Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_.pdf	11/10/2022 22:57:29	Samuel Oliveira Santos	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	05/10/2022 21:41:05	Samuel Oliveira Santos	Aceito
Outros	link_lattes.docx	05/10/2022 21:27:57	Samuel Oliveira Santos	Aceito
Outros	Entrevista_semiestruturada.pdf	30/09/2022 15:46:59	Samuel Oliveira Santos	Aceito

Endereço: Av. João Naves de Avila 2121 - Bloco "1A" - sala 224 - Campus Sta. Mônica
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.405-144
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA
 Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: cep@propp.ufu.br

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG 				
Constituição do Parecer: 5.756.824				
Outros	Questionario.pdf	30/09/2022 15:45:34	Samuel Oliveira Santos	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_pesquisador.pdf	30/09/2022 15:39:50	Samuel Oliveira Santos	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

UBERLÂNDIA, 14 de Novembro de 2022

Assinado por:
ALEANDRA DA SILVA FIGUEIRA SAMPAIO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2125 - Bloco 11A, sala 224 - Campus Dta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: cep@cepp.ufu.br

Página 11 de 11

APÊNDICE A - CONVITE

Convite – WhatsApp do grupo Trans -34

Olá! Sou Samuel, mestrando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Estou desenvolvendo uma pesquisa sobre *Bullying* vivenciado por homens transexuais no Ensino Superior. O objetivo do estudo é mapear experiências de *bullying* vivenciadas por homens transexuais no processo de formação inicial em cursos de graduação. Para participar deste estudo, os critérios de inclusão são: reconhecer-se como homem trans e estar regularmente matriculado no ensino superior, independente se é em instituição pública ou privada; ser maior de 18 anos; dispor de aparelhos e serviços de internet para ceder à entrevista, aceitar participar livremente do estudo por meio do consentimento do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).

Caso queira participar, acesse o link: <https://forms.gle/rr3o57jazPQYsqk56>

APÊNDICE B - MODELO QUESTIONÁRIO PERFIL SOCIOECONÔMICO

Seja muito bem-vindo!

ATENÇÃO: ANTES DE RESPONDER ESTE QUESTIONÁRIO, FAVOR ENVIAR UMA CÓPIA DO TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DEVIDAMENTE ASSINADO AO PESQUISADOR.

Este questionário visa construir dados que auxiliem no desenvolvimento de uma pesquisa de Mestrado em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. A pesquisa tem como título: "Bullying vivenciado por homens transexuais no Ensino Superior".

Assim, o objetivo geral deste estudo é mapear experiências de *bullying* vivenciadas por homens transexuais no processo de formação inicial em cursos de graduação. O Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com número CAAE: 64269922.7.0000.5152

Agradecemos sua disposição em participar e contribuir na investigação! Qualquer dúvida, estamos à disposição (34) 9-9116-9183 ou samueloliveira.86@outlook.com

Sua identidade será mantida em total anonimato durante toda a pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada "*Bullying* vivenciado por homens transexuais no Ensino Superior", sob a responsabilidade dos pesquisadores Samuel Oliveira Santos e Vagner Matias do Prado.

Nesta pesquisa, nós estamos buscando mapear experiências de *bullying* vivenciadas por homens transexuais no processo de formação inicial em cursos de graduação. Além disso, buscaremos averiguar experiências que homens transexuais vivenciaram/vivenciam durante o processo de formação em relação as suas expressões de gênero; problematizar as implicações do *bullying* transfóbico materializado no processo inicial de formação; mapear possíveis formas de resistências que provocam ou que possibilitam construir redes de apoio e proteção para ocuparem os espaços formativos no Ensino Superior.

O Termo/Registro de Consentimento Livre e Esclarecido está sendo obtido pelo pesquisador Samuel Oliveira Santos. E o termo será aplicado ONLINE via Google Formulários, sendo divulgado em sua totalidade na primeira página do formulário. Após a leitura do TCLE, haverá duas opções de marcação, são elas: Eu aceito participar da pesquisa citada acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido. Eu não aceito participar da pesquisa citada acima, após ter sido devidamente esclarecido. O participante que aceitar participar da pesquisa será encaminhado a outro link contendo o questionário. Caso a participação não for aceita, a pessoa será direcionada à página de envio do formulário, finalizando assim sua participação. Todas as fases da pesquisa serão realizadas através de plataformas digitais (*e-mail*, Google Meet® e Google Forms®).

Na sua participação, você será submetido a um questionário de múltipla escolha contendo vinte e duas questões e a uma entrevista a fim de traçar seu perfil socioeconômico e mapear indícios de situações de *bullying* transfóbico vivenciadas durante o processo de formação inicial em cursos de nível superior. O questionário e a entrevista serão realizados de FORMA ONLINE via Google Meet® e Google Forms®. O roteiro de entrevista será composto por nove perguntas. A entrevista será agendada via *e-mail* e WhatsApp® logo após o preenchimento do questionário.

A entrevista será gravada em áudio para posterior transcrição e análise. Você poderá responder o questionário no horário mais conveniente para você. Já a entrevista será agendada em horário que você esteja disponível e considere conveniente. O tempo aproximado para o

preenchimento do questionário será de 50 minutos. Já o tempo para a participação na entrevista será de, aproximadamente, 30 minutos. Ademais, você terá o tempo que for necessário para decidir ou não participar da pesquisa (conforme item IV da Resolução nº 466/2012 ou Capítulo. III da Resolução nº 510/2016).

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Além disso, há o compromisso dos pesquisadores de divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso IV).

Você não terá nenhum gasto e nem ganho financeiro por participar na pesquisa. Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

Os riscos da participação na pesquisa consistem em possível identificação do entrevistado. Para evitar que haja essa identificação, utilizaremos nomes fictícios. O constrangimento ao responder pode ser outro risco evidenciado: ele pode se manifestar em origem psicológica, por acanhamento ao responder o questionário, desconforto, medo, vergonha, estresse e cansaço ao responder às perguntas. Para mitigar o risco, você poderá responder o questionário em local reservado, de sua escolha, e até mesmo não responder a questões que considere constrangedoras. Além disso, caso você sinta qualquer desconforto físico ou moral ao longo da resolução, pode desistir da resolução do questionário sem que isso acarrete qualquer ônus.

Os benefícios serão a produção de conhecimento científico, além de identificar possíveis situações de *bullying* transfóbico vivenciados por homens transexuais durante o processo de formação inicial em cursos de nível superior. A análise dos dados poderá contribuir para a formulação de novas políticas públicas de combate à transfobia dentro das instituições acadêmicas.

O pesquisador responsável atenderá as orientações das Resoluções nº 466/2012, Capítulo XI, Item XI.2: f e nº 510/2016, Capítulo VI, Art. 28: IV - mantendo “os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa” (CNS,2016, p.1).

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. **Será enviada a você por e-mail uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente assinada e rubricada pelos pesquisadores.**

Caso aceite participar desta pesquisa, clique em “desejo participar da pesquisa” e você será encaminhado a outro *link* contendo o questionário. Caso não deseje participar, basta clicar em “não desejo participar da pesquisa” e o formulário será automaticamente encerrado.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Vagner Matias do Prado, contato: (34) 99178-3135 ou Samuel Oliveira Santos, contato: (34) 99116-9183. E-mail vmp@yahoo.com ou samueloliveira.86@outlook.com, ou via Faculdade de Educação (FACED) / Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED). Av. João Naves de Ávila, 2121 – bloco G – Campus Santa Mônica – CEP 38400-902 – Uberlândia/MG | 34 3239-4212. Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf. Você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos – CEP, da Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; pelo telefone (34) 3239-4131 ou pelo e-mail cep@propp.ufu.br. O CEP/UFU é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em

sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e não tendo dúvidas, você aceita participar desta pesquisa? () Sim () Não

Deixe seu contato para que seja enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Qual é o seu nome e contato?

QUESTIONÁRIO

- 1- **Qual é a sua idade em anos?**
- 2- **Qual cidade/estado você reside?**
- 3- **Em relação a sua cor, como você se define?** () Amarelo () Branco () Pardo () Indígena () outro
- 4- **Qual sua Religião?** () Católica () Evangélica () Umbandista () Candomblecista () Espírita () Não tenho religião
- 5- **Qual é o seu estado civil?** () Solteiro () Casado () Divorciado () União estável () Viúvo () Outro
- 6- **Com quem você mora?** () Sozinho () Com amigos () Com colegas () Com familiares () Com parceiro/parceira () outro
- 7- **Você tem filhos?** () Não tenho () Tenho um () Tenho dois () Tenho três () Tenho quatro () Tenho cinco () Tenho mais que cinco
- 8- **Em que tipo de escola você cursou a Educação Básica?** () Parcialmente em escola particular e pública () Totalmente em escola particular () Totalmente em escola pública
- 9- **Como você ingressou nesta instituição de ensino superior?** () Vestibular () ENEM () SISU () ProUni () Transferência () Portador de outro diploma de ensino superior
- 10- **A instituição que você cursa o Ensino Superior é?** () Pública () Privada () outro
- 11- **Em qual curso superior você está matriculado?** _____
- 12- **É a sua primeira graduação? Em caso negativo, digite qual foi sua primeira graduação.** _____
- 13- **Qual é o seu atual nível de escolaridade?** () Graduação () Graduação em andamento () Especialização () Especialização em andamento () Mestrado () Mestrado em andamento () Doutorado () Doutorado em andamento () outro _____
- 14- **Você sente que existe transfobia no Ensino Superior?** () Sim () Não () Talvez

- 15- Por se considerar uma pessoa transmasculina, você já se sentiu desconfortável no Ensino Superior (sala de aula, banheiro, biblioteca, secretaria, intervalos etc.)? () Sim () Não () Talvez
- 16- Você já sofreu transfobia no ensino superior? () Sim () Não () Talvez
- 17- Caso tenha sido vítima de transfobia no ensino superior, quais desses agentes foram os principais autores: () Professores/professoras () Funcionários / funcionárias () Colegas de curso () Pessoas de outros cursos () Nunca fui vítima de transfobia no ensino superior
- 18- Caso tenha vítima de transfobia, como você se sentiu? _____
- 19- Você procurou apoio, fora da instituição para enfrentar a situação, quais?

- 20- Na Instituição que você estuda, há redes/ pessoas de apoio a vítimas de transfobia? () Sim () Não () Não sei
- 21- Se na questão anterior você respondeu que há redes/pessoas de apoio a vítima de transfobia em sua instituição, digite, a seguir, que rede é essa. _____
- 22- Você aceitaria participar de uma segunda etapa desta pesquisa nos concedendo uma entrevista em que sua identidade seja preservada (ou seja, será mantido total sigilo em relação a sua pessoa)? () Sim () Não

APÊNDICE C - MODELO ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**Roteiro de Entrevista Semiestruturada**

- 1- Você poderia me dizer como é estar em sua classe, como se sente com seus colegas e professores, sendo um homem transexual/transmasculino?
- 2- Você já se sentiu agredido ou insultado durante seu processo de formação? O que aconteceu exatamente? Em qual momento isso aconteceu? Você relaciona isso a transfobia?
- 3- Você já recebeu algum apelido que não gostou durante o período de formação? Qual foi? Como você se sente ou se sentiu com isso?
- 4- Em algum momento, você foi impedido de utilizar o banheiro masculino? Fale um pouco sobre isso.
- 5- Houve algum momento em que pensou em desistir do curso, em decorrências das situações de transfobias?
- 6- Durante o processo de formação, você já precisou procurar apoio por alguma situação? A quem você já recorreu? De que maneira ocorreu o acolhimento?
- 7- Quais são as políticas que a Instituição oferece para atender situações de transfobia?
- 8- Você considera que situações de transfobia é um agravante para a evasão “exclusão” de pessoas transmasculinas do sistema educacional?
- 9- Sobre a passabilidade, você acha que fazendo o processo de hormonização, o risco de ser perseguido ou ser alvo de transfobia, reduz ou pode ser um agravante para invisibilizar a existência dos homens trans?